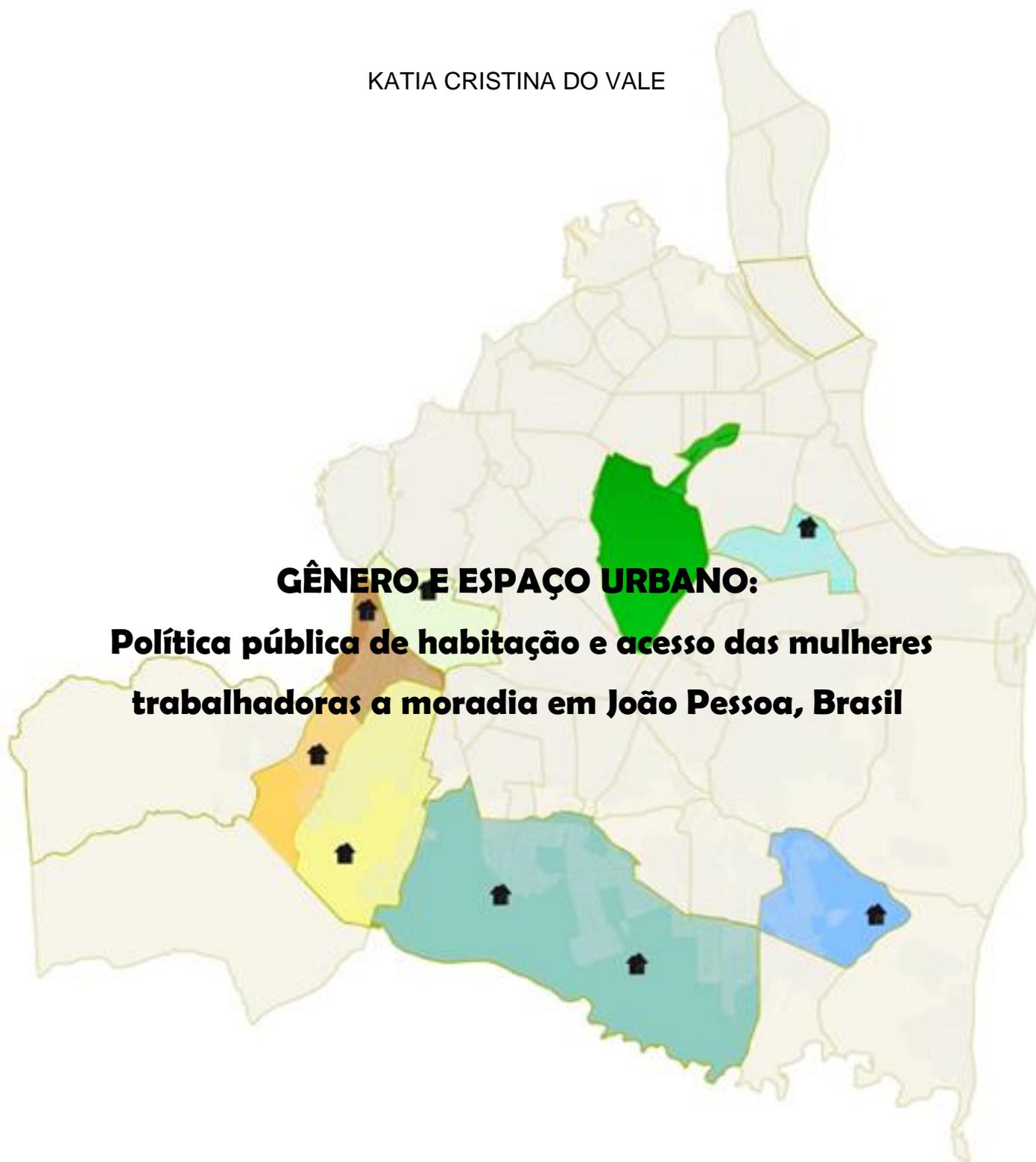


UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

KATIA CRISTINA DO VALE



GÊNERO E ESPAÇO URBANO:

**Política pública de habitação e acesso das mulheres
trabalhadoras a moradia em João Pessoa, Brasil**

João Pessoa
2023

KATIA CRISTINA DO VALE

GÊNERO E ESPAÇO URBANO:

**Política pública de habitação e acesso das mulheres trabalhadoras a moradia em
João Pessoa, Brasil**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como
parte dos requisitos necessários à obtenção do
grau de Doutora em Geografia
Orientadora: Profa. Dra. María Franco-García

João Pessoa
2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

V149g Vale, Katia Cristina do.

Gênero e espaço urbano : política pública de habitação e acesso das mulheres trabalhadoras a moradia em João Pessoa, Brasil / Katia Cristina do Vale. - João Pessoa, 2023.

167 f. : il.

Orientação: Maria Franco-García.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCEN.

1. Geografia urbana. 2. Geografia do trabalho. 3. Moradia popular - Mulheres. 4. Políticas públicas - Habitação - João Pessoa (PB). 5. Espaço urbano. I. Franco-García, Maria. II. Título.

UFPB/BC

CDU 911.375.1(043)



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DA DEFESA DE TESE
DE DOUTORADO DA ALUNA KATIA CRISTINA DO
VALE, CANDIDATA AO TÍTULO DE DOUTORA EM
GEOGRAFIA, NA ÁREA DE TERRITÓRIO,
TRABALHO E AMBIENTE.

1 Aos 31 (trinta e um) dias do mês de Agosto de dois mil e vinte e três, às 13:30
2 (treze) horas, no Auditório do CCEN/UFPB, reuniram-se, em caráter de solenidade
3 pública, os membros da comissão designada para avaliar Katia Cristina do Vale,
4 candidata ao grau de doutora em Geografia, na área de Território, Trabalho e
5 Ambiente. Foram componentes da banca examinadora os professores Maria Franco-
6 Garcia (orientadora) – Doutora em Geografia; Arlete Moyses Rodrigues (examinadora
7 interna) – Doutora em Geografia; Rafael Faleiros de Pádua (examinador interno) –
8 Doutor em Geografia; Araci Farias da Silva (examinadora externa) – Doutora em
9 Geografia e Maria das Graças Silva Nascimento Silva (examinadora externo) –
10 Doutora em Geografia, sendo o primeiro, o segundo e terceiro integrantes do corpo
11 docente da UFPB, a quarta integrante do corpo docente da UFRPE e a quinto
12 integrante do corpo docente da UFRO. Dando início aos trabalhos, a Presidente da
13 banca, Profa. Maria Franco-Garcia, após declarar os objetivos da reunião, apresentou
14 a candidata Katia Cristina do Vale, a quem concedeu a palavra para que defendesse,
15 oral e sucintamente, sobre o tema apresentado, intitulado: " **GÊNERO E ESPAÇO**
16 **URBANO: Política pública de habitação e acesso das mulheres trabalhadoras à**
17 **moradia em João Pessoa, Brasil**". Após discorrer sobre o referido tema, a candidata
18 foi arguida pelos examinadores, na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão
19 em caráter secreto, a proceder à avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por
20 atribuir-lhe o conceito **Aprovada**. Face à aprovação, declarou a Presidente achar-se a
21 avaliada legalmente habilitada a receber o Grau de doutora em Geografia, cabendo à
22 Universidade Federal da Paraíba, providências, como de direito, à expedição do
23 Diploma a que a mesma fez jus. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a Ata, que
24 segue assinada e aprovada pela Comissão Examinadora.

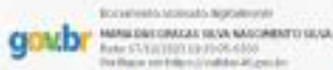
25
26
27
28
29 Prof. Dra. Maria Franco-Garcia
30 Orientadora

31
32
33
34
35 Prof. Dr. Rafael Faleiros de Pádua
36 Examinador interno
37
38
39

40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51

Profa. Dra Arlete Moyses Rodrigues
Examinadora interna

Profa. Dra. Araci Farias da Silva
Examinadora Externa



Profª Drª. Maria das Graças Silva Nascimento Silva
Examinadora Externa

A todas as mulheres que lutam para conquistar seu espaço e a partir dele poderem ter e proporcionar melhores condições de vida às suas filhas e filhos.

AGRADECIMENTOS

Durante a trajetória da pesquisa, contei com a colaboração de algumas pessoas que foram essenciais para esse momento. Entendendo que este não seja o fim, mas a conclusão de uma etapa que propus viver.

E nessa etapa quero primeiramente agradecer a Deus pela capacidade e discernimento para as melhores decisões. A fé em Deus (no meu entendimento) é importante para acreditar que tudo é possível.

Aos meus pais (in memoria), agradeço o amor e incentivo aos estudos, por me educarem com ensinamentos que guardarei sempre em meu coração. Também agradeço aos meus irmãos (Karinn, Solange, Valdir e Genielson) por todo apoio, amizade e encorajamento

Gostaria de agradecer a minha querida e amada orientadora professora María Franco García que desde o meu início na pesquisa acadêmica motivou, incentivou e orientou na caminhada. Quero agradecer a confiança, o respeito, a compreensão e pelos sábios conselhos sempre que a procurei para conversar.

Agradeço a professora Doralice Satyro Maia por receber-me no Laboratório de Estudos Urbanos no qual aprendi e foi essencial para o percurso percorrido no processo da construção do conhecimento. Obrigada pela confiança, disponibilidade e conversas.

Aos professores do PPGG, pela dedicação e ensinamentos que foram indispensáveis para meu desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional.

Em especial agradecer a Rodrigo Brito, Mariana Borba, Helena Paz, Cristina Oliveira, Valdomiro Fernandes pelo companheirismo e por participarem do trabalho campo, disponibilizando o seu tempo para aplicarmos os questionários com as mulheres moradoras dos residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida.

Quero agradecer a todos que contribuíram com as cestas básicas para serem sorteadas com as mulheres moradoras dos residenciais pesquisados. As cestas básicas foi a forma que encontramos de ajuda-las no momento.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente com esta tese.

RESUMO

A tese intitulada “GÊNERO E ESPAÇO URBANO: Política pública de habitação e acesso das mulheres trabalhadoras à moradia em João Pessoa, Brasil, tem como objetivo principal refletir sobre a produção do espaço urbano a partir da análise do acesso das mulheres trabalhadoras de baixa renda à moradia popular, através de políticas públicas de habitação implementadas na cidade de João Pessoa. Nossa análise centra-se em um grupo de mulheres específico, contudo multidimensional e diverso: as mulheres trabalhadoras que residem em espaços urbanos periféricos na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba. A investigação partir das experiências concretas desse grupo de mulheres, historicamente marginalizado e sujeito político deste estudo, para entender de forma ampliada um dos principais problemas sociais urbanos no Brasil: a desigualdade e injustiça de gênero no acesso à habitação. Teoricamente, a análise é fundamentada na *questão da moradia* como um problema que integra a *questão de gênero e do direito à cidade*. Nossa hipótese parte do entendimento que a cidade, entre outras coisas, é produto de uma política pública habitacional de classe que historicamente marginaliza o acesso das mulheres à moradia. Para avançar nessa premissa de partida, levantamos duas indagações: 1) Quais foram e quais são os limites concretos para o acesso das mulheres trabalhadoras à moradia? 2) Na atualidade, o acesso das mulheres a política pública de habitação aprofunda ou não o processo de feminização da periferia? As leituras realizadas nos possibilitaram entender que a questão da falta de moradia para as mulheres, dá-se por um conjunto de fatores históricos que estão ligados a divisão sexual do trabalho, a desigualdade salarial que condicionam a mulher a rendas mais baixas que a dos homens, inclusive entre aquelas que estão em atividade no mercado de trabalho e a ausência de políticas públicas de habitação social destinadas as mulheres de baixa renda. Por meio da pesquisa de campo com aplicação de questionários com as mulheres do PMCMV, obtenção dos dados junto a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e Caixa Econômica Federal verificamos que na cidade de João Pessoa/PB, existem sim um acesso diferenciado das mulheres a moradia no espaço urbano. No qual, o percentual de titularidade masculina é predominante nas unidades habitacionais em todos os conjuntos construídos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) (1960 a 1986). Assim, entende-se que a uma concentração de recursos econômicos pelos homens que possibilita o acesso a bens materiais sobretudo a propriedade privada da terra e da moradia. A conclusão a que se chega ao final desta tese é que existe a Feminização da periferia. Ou seja, a precarização da vida das mulheres na periferia ocorre em meio a um serie de contradições e desafios. Embora a política pública de habitação do PMCMV tenha sido implementada para garantir o direito e o acesso à moradia das mulheres trabalhadoras, em contrapartida, surgem processos que contribuem para a precarização de suas vidas na periferia urbana de João Pessoa. A precarização da vida das mulheres na periferia vai além das condições habitacionais.

Palavras-chave: Gênero, Espaço Urbano, Habitação, Políticas Públicas

ABSTRACT

The thesis entitled "GENDER AND URBAN SPACE: Public housing policy and access of working women to housing in João Pessoa, Brazil, has as its main objective to reflect on the production of urban space from the analysis of the access of low-income working women to popular housing, through public housing policies implemented in the city of João Pessoa. Our analysis focuses on a specific, yet multidimensional and diverse group of women: workers who live in peripheral urban spaces in the city of João Pessoa, state of Paraíba. The investigation starts from the concrete experiences of this group of women, historically marginalized and political subject of this study, to understand in a broader way one of the main urban social problems in Brazil: gender inequality and injustice in access to housing. Theoretically, the analysis is based on the issue of housing as a problem that integrates the issue of gender and the right to the city. Our hypothesis starts from the understanding that the city, among other things, is the product of a class public housing policy that historically marginalizes women's access to housing. To advance this starting premise, we raise two questions: 1) What were and what are the concrete limits to working women's access to housing? 2) At present, does women's access to public housing policy deepen the process of feminization of the periphery or not? The readings carried out enabled us to understand that the issue of homelessness for women is due to a set of historical factors that are linked to the sexual division of labor, wage inequality that condition women to lower incomes than men. , including among those who are active in the labor market and the absence of public policies for social housing aimed at low-income women. Through field research with the application of questionnaires with the women of the PMCMV, obtaining data from the Municipality of João Pessoa (PMJP) and Caixa Econômica Federal, we verified that in the city of João Pessoa/PB, there is indeed a differentiated access for women housing in urban space. In which, the percentage of male ownership is predominant in housing units in all sets built by the National Housing Bank (BNH) (1960 to 1986). Thus, it is understood that there is a concentration of economic resources by men that enables access to material goods, especially private ownership of land and housing. The conclusion reached at the end of this thesis is that there is a Feminization of the periphery. That is, the precariousness of women's lives in the periphery occurs amidst a series of contradictions and challenges. Although the public housing policy of the PMCMV has been implemented to guarantee the right and access to housing for working women, on the other hand, processes have emerged that contribute to the precariousness of their lives in the urban periphery of João Pessoa. The precariousness of women's lives in the periphery goes beyond housing conditions.

Keywords: Gender, Urban Space, Housing, Public Policy

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - REGISTRO DA EQUIPE APLICANDO OS QUESTIONÁRIOS COM AS MULHERES NO RESIDENCIAL VIEIRA DINIZ, 2022.....	27
FIGURA 2 - REGISTRO DO TRABALHO DE CAMPO NO RESIDENCIAL VIEIRA DINIZ COM ALGUMAS MULHERES QUE PARTICIPARAM NA PESQUISA	27
FIGURA 3 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, ENTRE 1935 E 1963	66
FIGURA 4 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO (POR BAIRROS) DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (1960 – 1983)	70
FIGURA 5 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL TITULARIDADE FEMININA E MASCULINA NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ENTREGUES PELO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH), 1960-1980.....	78
FIGURA 6 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO PMCMV EM JOÃO PESSOA, 2018.....	93
FIGURA 7 - IMAGENS DOS RESIDENCIAIS IRMÃ DULCE E JARDINS DAS COLINAS, EMPREENDIMENTOS DO PMCMC, JOÃO PESSOA, 2022.....	94
FIGURA 8 - IMAGENS DOS RESIDENCIAIS VIEIRA DINIZ E JARDIM VENEZA, EMPREENDIMENTOS DO PMCMC, JOÃO PESSOA, 2022	95
FIGURA 9 - IMAGENS DE RESIDENCIAIS DO PMCMV LOCALIZADOS EM ÁREAS NÃO PERIFÉRICAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA	95
FIGURA 10 - MAPA DA TIPOLOGIA DE CLASSES DE RENDA E LOCALIZAÇÃO DE RESIDENCIAIS DO PMCMV NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, 2022	98
FIGURA 11 - PERCENTUAIS DE UNIDADES HABITACIONAIS POR GÊNERO NOS EMPREENDIMENTOS DO PMCMV - FAIXA 1, EM JOÃO PESSOA, 2018.....	102
FIGURA 12 - MUDANÇA DE USO NO RESIDENCIAL IRMÃ DULCE, JOÃO PESSOA	123
FIGURA 13 - RESIDENCIAL JARDINS DA COLINA COM GARAGENS ROTATIVAS, JOÃO PESSOA	124
FIGURA 14 - PARADA DE ÔNIBUS DO RESIDENCIAL IRMÃ DULCE, BAIRRO DE GRAMAME - JOÃO PESSOA.....	138
FIGURA 15 - PRAÇA PRÓXIMA AO RESIDENCIAL MANACÁ, BAIRRO PARATIBE, JOÃO PESSOA	139
FIGURA 16 - ACADEMIA AO AR LIVRE PRÓXIMA AO RESIDENCIAL IRMÃ DULCE E JARDIM DAS COLINAS, BAIRRO DE GRAMAME, JOÃO PESSOA.....	140
FIGURA 17 - ACADEMIA AO AR LIVRE PRÓXIMA AO RESIDENCIAL VIEIRA DINIZ E JARDIM VENEZA, BAIRRO DAS INDUSTRIA, JOÃO PESSOA.....	140

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - PERCENTUAIS DE MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA MORADORAS DE RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, 2022	28
GRÁFICO 2 - PERCENTUAIS DE MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA MORADORAS DE RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, SEGUNDO ESTADO DE PROCEDÊNCIA, 2022 ...	29
GRÁFICO 3 - PERCENTUAIS DE MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA MORADORAS DE RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, SEGUNDO NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, 2022	29
GRÁFICO 4 - PERCENTUAIS DE MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA MORADORAS DE RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, SEGUNDO ESTADO CIVIL, 2022.....	30
GRÁFICO 5 - PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO DAS FAIXAS DE RENDA NO DÉFICIT HABITACIONAL DO BRASIL – 2019	37
GRÁFICO 6 - PERCENTUAIS DE FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES SEM CÔNJUGE E COM FILHOS, SEGUNDO RENDA MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS EM JOÃO PESSOA, 2010	39
GRÁFICO 7 - UNIDADES CONTRATADAS, CONCLUÍDAS E ENTREGUES - FAIXA 1 PMCMV - (2009 A 2018) NO BRASIL	84
GRÁFICO 8 - TITULARIDADE DAS UNIDADES HABITACIONAIS POR GÊNERO EM JOÃO PESSOA, 2018	100
GRÁFICO 9 - RENDA DAS(OS) BENEFICIÁRIAS(OS) DO PMCMV FAIXA 1, 2018	103
GRÁFICO 10 - PERCENTUAIS DE MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA MORADORAS DE RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, SEGUNDO TITULARIDADE DOS IMÓVEIS, 2022	113
GRÁFICO 11 - PERCENTUAIS DO TIPO DE COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS ENTREVISTADAS, 2023	117
GRÁFICO 12 - PERCENTUAIS DE FAMÍLIAS ENTREVISTADAS SEGUNDO NÚMERO DE FILHOS, 2023	118
GRÁFICO 13 - PERCENTUAIS DAS FAIXAS ETÁRIAS DOS FILHOS E FILHAS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS, 2023	118
GRÁFICO 14 - PERCENTUAIS DE NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DAS MULHERES ENTREVISTADAS NOS RESIDENCIAIS SELECIONADOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2023.....	121
GRÁFICO 15 - LOCAL DE TRABALHO DAS ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA	126
GRÁFICO 16 - FORMAS DE DESLOCAMENTO AO TRABALHO DAS ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, EM JOÃO PESSOA, 2023	126
GRÁFICO 17 - RENDA FAMILIAR DAS ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2022	127
GRÁFICO 18 - PERCENTUAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS NO ENSINO INFANTIL POR RESIDENCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM JOÃO PESSOA, 2023.....	131

GRÁFICO 19 - PERCENTUAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I E II POR RESIDENCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2023.....	132
GRÁFICO 20 - PERCENTUAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO POR RESIDENCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2023.....	133
GRÁFICO 21 - PERCENTAGEM DAS MULHERES QUE PROCURAM ATENDIMENTOS NOS POSTOS DE SAÚDE DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2023...	134
GRÁFICO 22 - USO DIÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO PELAS MULHERES MORADORAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA.....	136

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - DÉFICIT HABITACIONAL POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NO NORDESTE, PARAÍBA E JOÃO PESSOA, 2019	35
TABELA 2 - PERCENTUAIS DO DÉFICIT HABITACIONAL SEGUNDO SEXO DO RESPONSÁVEL NO NORDESTE, PARAÍBA E JOÃO PESSOA, 2019.....	36
TABELA 3 - PROMOÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS POR ENTIDADES PÚBLICAS – BRASIL (1930-1964)	60
TABELA 4 - PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS POR PERÍODOS - BRASIL (1964 – 1986).....	62
TABELA 5 - CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS EM JOÃO PESSOA ENTRE 1935 E 1963.....	65
TABELA 6 - CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS EM JOÃO PESSOA ENTRE 1967 E 1989.....	68
TABELA 7 - PERCENTUAL DE UNIDADE HABITACIONAIS SEGUNDO GÊNERO DA TITULARIDADE NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ENTREGUES PELO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH),1960-1986	76
TABELA 8 - PMCMV: FAIXAS DE RENDA POR FASES (2009 – 2020)	81
TABELA 9 - FAIXAS DE RENDA ATENDIDAS PELO PMCMV E ORIGEM DOS RECURSOS DE ATENDIMENTO DE CADA FAIXA, BRASIL - (2009 -2020)	82
TABELA 10 - NÚMERO DE CONTRATAÇÕES POR FAIXAS DO PMCMV E UNIDADES HABITACIONAIS CONCLUÍDAS E ENTREGUES EM JOÃO PESSOA, DE 2009 A 2018.....	91
TABELA 11 - EMPREENDIMENTOS E QUANTIDADE DE UNIDADES HABITACIONAIS CONCLUÍDAS DO PMCMV POR BAIRRO, EM JOÃO PESSOA (2009 - 2018)	92
TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO DA TITULARIDADE RESIDENCIAL SEGUNDO GÊNERO POR EMPREENDIMENTO DO PMCMV, JOÃO PESSOA, 2018.....	100
TABELA 13 - RENDA MENSAL EM REAIS DAS/OS BENEFICIADAS/OS POR EMPREENDIMENTOS DO PMCMV - FAIXA 1 EM JOÃO PESSOA , 2018.....	104
TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES, SEGUNDO COR/RAÇA* DA CHEFE DE FAMÍLIA E FAIXA DE RENDA FAMILIAR – BRASIL, 2015.....	111
TABELA 15 - NÚMERO DE RESIDENTES POR UNIDADE HABITACIONAL DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV).....	116
TABELA 16 - PERCENTUAIS DO TIPO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR POR DOMICÍLIO DAS MULHERES ENTREVISTADAS, 2023	117
TABELA 17 - TRABALHOS EXERCIDOS PELAS MULHERES DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2023	122
TABELA 18 - CARGA HORÁRIA DIÁRIA DAS MULHERES ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV), EM JOÃO PESSOA, 2023	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALAM - Apoio à Luta pela Moradia
APO - Avaliação Pós-ocupação
BNH - Banco Nacional de Habitação
CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher
CEF- Caixa Econômica federal.
CEGET – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEHAP - Companhia de Habitação Popular
CF - Constituição Federal
CMMs - Conferências Mundiais das Mulheres
CMP - Central de Movimentos Populares
CMP - Central de Movimentos Populares
CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores
FAC - Fundação de Ação Comunitária
FCP - Fundação Casa Popular
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FJP – Fundação João Pinheiros
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.
INOCOOP - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPASE - Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado
IPEP - Instituto de Previdência do Estado da Paraíba
MDM - Movimento pelo Direito a Moradia
MNLM - Movimento Nacional de Luta por Moradia
MST - Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSU - Movimentos Sociais Urbanos
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Habitação - Programa de Aceleração do Crescimento para Habitação.
PMCMV - *Programa Minha Casa, Minha Vida*
PMJP - Prefeitura Municipal de João Pessoa.
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio.
PSF - Programa de Saúde da Família.

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

SFH - Sistema Financeiro de Habitação

UNMP - União Nacional por Moradia Popular

Sumário

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I - DESIGUALDADES DE GÊNERO E A QUESTÃO DA MORADIA URBANA.....	31
1.1 Mulheres chefes de família	32
1.2. Mulheres e déficit habitacional	34
1.3. Mulher e a divisão sexual-espacial do trabalho	41
1.4. Mulher e luta por direitos.....	44
1.4.1 <i>Mulheres Movimentos Sociais Urbanos e Políticas Públicas</i>	47
CAPÍTULO II - POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL: A OMISSÃO HISTÓRICA DO ENFOQUE DE GÊNERO E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	54
2.1. A Política de habitação social no Brasil.....	55
2.2. Caminhos da política de habitação social em João Pessoa	64
2.3. Políticas habitacionais e a histórica omissão da desigualdade de gênero	73
2.4. O Programa habitacional <i>Minha Casa, Minha Vida</i> : origem da titularidade feminina da habitação social no Brasil	79
CAPÍTULO III - POLÍTICAS DE TITULARIDADE RESIDENCIAL FEMININA NO ESPAÇO URBANO DE JOÃO PESSOA.....	86
3.1. Política de Titularidade Residencial Feminina	87
3.2 Políticas públicas de habitação social e a titularidade feminina em João Pessoa	90
3.2.1 - <i>A titularidade feminina do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)</i> ... 99	
CAPITULO IV - FEMINIZAÇÃO DA PERIFERIA: PRECARIZAÇÃO DA VIDA DAS MULHERES NO ESPAÇO URBANO	105
4.1 Chefia, família e acesso a moradia: indicadores da feminização da pobreza... 106	
4.2 A titularidade feminina em residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de João Pessoa.....	113
4.3 Os limites dos cuidados e da dependência na vida das mulheres.....	115
4.4 Os limites do trabalho remunerado na trajetória das mulheres.....	120
4.5 Os limites da divisão sexual do trabalho doméstico	128
4.6 Os limites da falta de acesso a serviços urbanos pelas mulheres	130
4.7 Os limites da falta de acesso a espaços públicos pelas mulheres.....	139
4.8 Perspectivas e desafios das mulheres moradoras de periferia em João Pessoa	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	149
ANEXO I	163
ANEXO II	168

INTRODUÇÃO

O trabalho que apresentamos nesta tese articula as contribuições da geografia urbana e da geografia do trabalho ao campo multidisciplinar dos estudos de gênero, especificamente, ao debate sobre o acesso das mulheres trabalhadoras a direitos, dentre eles, o direito a moradia. A nossa análise centra-se, particularmente, em um grupo específico de mulheres, sendo este, contudo, multidimensional e diverso: mulheres trabalhadoras que residem em espaços urbanos periféricos na cidade de João Pessoa, estado da Paraíba. Nossa investigação é a partir das experiências concretas desse grupo de mulheres, historicamente marginalizadas e sujeito político deste estudo, para entender de forma ampliada um dos principais problemas sociais urbanos no Brasil: a desigualdade e injustiça de gênero no acesso a habitação. Teoricamente, a análise é fundamentada na *questão da moradia* como um problema que integra a *questão de gênero e do direito à cidade*.

Para articular ambas as questões, fundamentamo-nos na teoria e no conceito da interseccionalidade, fruto do pensamento crítico feminista negro norteamericano, originariamente apresentado e desenvolvido na obra de Kimberlé Williams Crenshaw (2015). Para esta autora, trata-se do estudo de como identidades sociais sobrepostas – no caso da nossa pesquisa, a mulher, trabalhadora, pobre, moradora de periferia – se relacionam com os sistemas e estruturas de opressão, dominação e discriminação – no caso da nossa pesquisa, o patriarcado, o capitalismo e a segregação socioespacial urbana.

A interseccionalidade parte da base da coexistência de diferentes sistemas de opressão que situam uma mesma pessoa – em concreto, uma mulher – em uma situação particular de desvantagem. Na nossa pesquisa sobre a mulher trabalhadora de baixa renda, moradora da periferia urbana, os sistemas de opressão são dados, por um lado, pelo gênero – ou seja, pelos estereótipos culturais e sociais associados ao feminino. Por outro lado, pelas desigualdades de classe – que fazem com que seja negado às trabalhadoras o acesso a oportunidades e recursos - e pela discriminação socioespacial e o preconceito cultural, que são vivenciados por serem moradoras de “periferia” urbana.

Para autores como Arochena (2021), a interseccionalidade determina que estruturas patriarcais estejam mais assentadas/arraigadas em espaços que apresentam limites e dificuldades maiores para o desenvolvimento econômico e

social, como podem ser determinadas áreas marginalizadas e segregadas das periferias pobres urbanas nas cidades brasileiras. Ao tempo, os estereótipos culturais que associam a periferia a espaços de escasso desenvolvimento econômico e social determinam e retroalimentam tal preconceção e os diversos sistemas de opressão que o geram, o que, por consequência, transforma-se em um ótimo terreno de reprodução dos preconceitos contra as mulheres pobres moradoras de periferia urbana.

Entretanto, a presença de preconceitos e discriminações não é aceita no corpo jurídico do país. A Constituição Federal (CF) brasileira de 1988 traz em seu corpo uma série de preceitos que buscam garantir a igualdade e a não discriminação por qualquer motivo. Um exemplo é o artigo 5º, que estabelece que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...] (art. 5º, caput).

A CF deixa claro, também, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]” (art. 5º, I), e o artigo 7º regula a “proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.

Contudo, pesquisas (CRENSHAW, 2015) mostram as enormes desigualdades que sofrem as mulheres, em particular, as mulheres negras e indígenas. Como apontam os dados do IPEA (2003, 2011), essa violação aos direitos humanos torna-se ainda mais grave quando constatamos a magnitude da população brasileira que está sujeita, cotidianamente, a agressões, humilhações e outros tipos de violência baseadas na sua cor ou raça.

Priorizamos os marcadores de classe e de gênero na nossa análise, mas isso não significa que não sejamos conscientes de que questões como a racial e a indígena, em uma sociedade colonizada e ex-escravista como a brasileira, não sejam também determinantes no estudo da feminização da periferia urbana. Apenas por uma questão de recorte, focamos os esforços nas duas primeiras categorias.

Utilizamos a categoria social de gênero na perspectiva apontada por Edenilse Rosa (2007 apud. SANTOS, 2005), segundo a qual o gênero é uma construção social usada para definir, explicar e justificar a desigualdade. Para a autora, tal desigualdade está presente no nosso cotidiano e na nossa sociabilidade e, embora seja “contestável e mutável ao longo do tempo, é ordenada e consistente” (p. 61). Ao adotar essa

categoria, nossa pesquisa dá sequência ao esforço inicial da teoria feminista, a qual ampliou e reinterpretou categorias para “tornar as atividades e relações sociais das mulheres analiticamente visíveis no âmbito das diferentes tradições intelectuais” (HARDING, p. 7, 1993), entre elas, a geográfica.

Além disso, as desigualdades de gênero fizeram com que as mulheres estivessem sempre nas lutas políticas por melhorias dos serviços urbanos, ocupassem cargos de lideranças comunitárias e nas lutas nos bairros e trouxessem para a cena política as demandas específicas de ser mulher negra, pobre, moradora da periferia, morros e alagados das cidades (SILVA, 2017).

O objetivo principal desta tese é articular o fenômeno do crescimento do número de mulheres pobres chefes de família no Brasil com a expansão da periferia urbana. Para isso, colocamos nossa atenção na contradição entre o acesso das mulheres à casa própria – via políticas públicas de habitação popular – e a ausência de equipamentos, serviços e condições dignas nas áreas de moradia popular, que tencionam a dialética da feminização da periferia. Se, por um lado, a conquista real da casa própria se efetiva através de programas de habitação com titularidade feminina, como é o Programa *Minha Casa, Minha Vida* (PMCMV), a periferia torna-se um espaço de convívio cada vez mais precarizado para essas mulheres.

As inquietações de pesquisa que acabamos de apresentar e que desenvolvemos no decorrer da tese têm a sua origem há um tempo atrás. Foi em 2007, quando tivemos o primeiro contato com a luta de resistência das famílias do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM)¹, na cidade de João Pessoa. Esse contato inicial levou-nos a construir e defender nosso Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)² de Bacharelado em Geografia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Nessa oportunidade, acompanhamos o processo de luta das famílias de trabalhadores e trabalhadoras que se encontravam desprovidos das condições básicas de habitação/moradia e que encontraram uma resposta a essa necessidade na organização social junto ao MNLM. As estratégias utilizadas na época foram a ocupação de prédios públicos e de terrenos desocupados e abandonados na cidade

¹O MNLM é um movimento político de massa que organiza famílias de trabalhadores sem moradia e/ou com moradia sem condições dignas no projeto de Reforma Urbana. Em geral, seus objetivos relacionam-se à defesa de certos direitos da população, como o direito a uma moradia de qualidade, saúde, educação, à garantia de uma formação humana das crianças e adolescentes, bem como de seus familiares e/ou responsáveis (VALE, 2007, p. 34).

²VALE, Katia Cristina. Geografia da luta pela moradia em João Pessoa: o acampamento urbano Jorge Luiz (MNLM). Monografia – Curso Bacharel em Geografia, CCEN/UFPB, 2007.

de João Pessoa.

Nessa primeira pesquisa, conseguimos mostrar como esses sujeitos políticos, os sem-teto³, despossuídos do direito de morar e viver dignamente, entendiam a luta e resistência coletiva como forma de atingir seu direito à cidade. Podemos afirmar que, passados mais de quinze anos desses primeiros resultados de pesquisa, um número significativo de famílias da classe trabalhadora de baixa renda em João Pessoa continua se organizando em torno da luta por melhores condições de vida e por direito à cidade.

Melhores condições de vida são base para sua reprodução, das suas famílias, das suas comunidades e dos espaços onde moram. Todavia, para o grupo pesquisado, as demandas atuais representam desafios coletivos por melhores condições de habitabilidade.

A primeira pesquisa, em 2007, realizada em acampamentos urbanos, mostrou também a significativa parcela de trabalhadoras e trabalhadores que se autodeclararam formalmente desempregadas(os) e que exerciam diferentes atividades informais para garantir o sustento das suas famílias. Verificamos que existia uma segregação por gênero, sendo que grande parte dos homens sem-teto entrevistados trabalhavam como operários braçais na construção civil, desempenhavam atividades autônomas como ambulantes e/ou catavam materiais para a reciclagem. Enquanto as mulheres sem-teto trabalhavam informalmente como domésticas e/ou catadoras de materiais recicláveis.

Constatamos que a baixíssima renda diária com a qual sobreviviam homens e mulheres sem-teto colocava-os nas mesmas condições existenciais de necessidade e precariedade. Contudo, quando atentamos para o cotidiano dos acampamentos, percebemos que as tarefas próprias da esfera da reprodução – não remuneradas – das famílias acampadas eram unicamente desempenhadas por mulheres e meninas, tais como: as tarefas de limpezas dos barracos de lona e dos espaços comunitários; a preparação das refeições; a organização da cozinha; a lavagem das louças e das roupas; e o cuidado das crianças. Exceto no caso de alguns homens viúvos e/ou solteiros, o trabalho reprodutivo na esfera doméstica era exclusivamente masculino. Foi nesse momento que surgiu a necessidade de dar uma explicação às contradições

³ Os sem-teto são trabalhadores que não têm onde morar e ocupam terrenos vazios e prédios públicos como forma de luta e reivindicação, para pressionar o Estado para a implementação de políticas de reforma urbana (VALE, 2007, p. 44).

de gênero inerentes à luta por direitos sociais e, particularmente, à luta por moradia.

No ano de 2012, concluímos nossa pesquisa de mestrado⁴, desta vez no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental da UFPB. Ainda com nosso objetivo em mente, priorizamos analisar a qualidade de vida⁵ dos moradores do conjunto habitacional Gervásio Maia⁶, utilizando o método de Avaliação Pós-ocupação (APO)⁷. Tal método considera variáveis da infraestrutura urbana; a mobilidade e o acesso ao trabalho e lazer, à cultura, à educação, à saúde; a segurança; e a adequação ambiental. Na pesquisa, constatamos novamente a existência de uma clara segregação de gênero nas atividades exercidas no âmbito do trabalho produtivo-remunerado. Os dados revelaram que os homens se concentravam na construção civil, como serventes de pedreiros e pintores, ou como caseiros de granjas nas proximidades do conjunto. A pesquisa também constatou o elevado número de homens trabalhadores informais ocupados em atividades de venda ambulante e no comércio e recolhida de materiais para a reciclagem, ao passo que as principais atividades produtivas exercidas pelas mulheres que participaram da nossa pesquisa foi o trabalho doméstico por diária (diaristas), o comércio, venda de confecções e a revenda de cosméticos.

A pesquisa permitiu-nos constatar que, se a falta de acesso a habitação é um dos grandes problemas urbanos enfrentados no Brasil, o acesso a moradia sem acesso ao trabalho digno – longe de ser apenas uma contradição que precariza ainda mais a dura existência das famílias trabalhadoras de baixa renda – é um passo na luta pelo direito à cidade.

Os resultados da nossa pesquisa corroboraram o apontado pelos trabalhos de Ikuta (2003, 2008), para quem a questão da moradia é um dos componentes de todo um conjunto de precariedades manifestadas nas condições de existência dos

⁴VALE, Katia Cristina. Avaliação Pós-Ocupação do Residencial Gervásio Maia. Dissertação (Mestrado), UFPB/CT, João Pessoa, 2012.

⁵ A qualidade de vida, segundo Vitte (2002), é um instrumento de planejamento que serve como um parâmetro do grau de cobertura das necessidades dos indivíduos ou grupos sociais. Também, permite a detecção de desigualdade social derivada dos diferentes graus de satisfação das necessidades, proporcionando bases para a elaboração de estratégias para melhorar o bem-estar.

⁶O Conjunto Gervásio Maia está localizado no bairro do Grotão, na região sudoeste do município de João Pessoa, no Estado da Paraíba.

⁷ A APO, portanto, diz respeito a uma série de métodos e técnicas que diagnosticam fatores positivos e negativos do ambiente no decorrer do uso. Esses fatores são analisados a partir das questões: socioeconômica, infraestrutura, conforto ambiental, fatores estéticos, funcionais e comportamentais, levando em consideração o ponto de vista dos próprios avaliadores, projetistas e dos usuários (ORNSTEIN; ROMERO, 2003).

trabalhadores. Segundo a autora,

Existe uma preocupação com um processo fundamental: a separação forçada entre o trabalhar – esfera da produção – e o morar – esfera da reprodução, através da despossessão do trabalhador das condições de vida, até o ponto em que ele constrói inúmeras casas, mas permanece sem-teto (p. 8).

A pesquisa mostrou como a separação forçada da vida dentro e fora do trabalho representava uma limitação analítica e política. Conceber a esfera da produção e da reprodução de forma separada revelou-se para nós como um limite de pesquisa com consequências diretas sobre a análise da vida das mulheres trabalhadoras moradoras de conjuntos habitacionais populares de periferia. Sua condição de mulher fez com que, historicamente, elas fossem responsabilizadas pelas tarefas da reprodução social e dos cuidados. O ônus dessas atividades para as mulheres tem uma conexão direta com as desigualdades e assimetrias de gênero enfrentadas no mundo do trabalho produtivo.

Após esse percurso, em 2018, iniciamos o que, hoje, apresentamos como nossa tese de doutorado. O objetivo principal foi construir uma reflexão fruto do processo de amadurecimento sucintamente apresentado, agora com o intuito de refletir sobre a produção do espaço urbano, a partir da análise do acesso das mulheres trabalhadoras de baixa renda à moradia popular, através de políticas públicas de habitação implementadas na cidade de João Pessoa.

Nossa hipótese parte do entendimento de que a cidade, dentre outras coisas, é produto de uma política pública habitacional de classe que, historicamente, marginaliza o acesso das mulheres a moradia. Para avançar nessa premissa, levantamos duas indagações:

- 1) Quais foram e quais são os limites concretos para o acesso das mulheres trabalhadoras a moradia?
- 2) Na atualidade, o acesso das mulheres à política pública de habitação aprofunda ou não o processo de feminização da periferia?

Visando responder as questões indicadas, a tese está organizada em 4 (quatro) capítulos. O Capítulo I tem como objetivo apresentar o processo através do qual a mulher trabalhadora no Brasil se transformou de sujeito de direito formal em sujeito de direito real, enfatizando a luta e a mobilização social em áreas populares urbanas. O capítulo foi intitulado *Desigualdades de gênero e a questão da moradia*

urbana. Nele, apresentamos uma análise das desigualdades de gênero existentes no âmbito da habitação – correlacionando-as com os dados do déficit habitacional no Brasil e em João Pessoa. Apresentamos também o significado da casa – a partir da concepção da produção e reprodução das relações de gênero; a emergência da mulher trabalhadora como um sujeito de direito: lutas e efetivações de políticas públicas; e a mulher, movimentos sociais e políticas públicas.

O Capítulo II, intitulado *Políticas habitacionais no Brasil: a omissão histórica do enfoque de gênero e seus desdobramentos em João Pessoa*, tem como objetivo analisar o envolvimento do Estado na oferta habitacional para a população de baixa renda e identificar quando a mulher passa a ser sujeito de direito na política pública de habitação social. Para elaboração desse capítulo, foram utilizados dados secundários coletados na revisão bibliográfica com a finalidade de contextualizar as bases de elaboração do *Programa Minha Casa, Minha Vida* (PMCMV).

O banco de dados utilizado para a elaboração de mapas e tabelas provém do cadastro dos imóveis da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) do ano de 2017. Essa informação contribuiu para a elaboração do banco de dados específicos de gênero, ou seja, na identificação do sexo de cada proprietário das unidades habitacionais e da expansão da cidade a partir das políticas públicas habitacionais e o processo de segregação socioespacial.

O banco de dados com os nomes dos proprietários possibilitou-nos classificar a titularidade dos imóveis como: feminino; masculino; banco privado; banco público; igreja; lotes da prefeitura e do Estado; construtora e incorporadora; Fundação de Ação Comunitária – FAC; Indústria; Comércio; Empresa de transporte etc. Concluída essa etapa de classificação, elaboramos a tabela com a porcentagem da titularidade dos imóveis e o mapa de distribuição espacial da titularidade feminina e masculina dos conjuntos habitacionais entregues pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) dos anos de 1960-1980.

O Capítulo III tem como título *Políticas de titularidade residencial feminina no espaço urbano de João Pessoa*. O objetivo é mostrar o processo de aprofundamento da segregação socioespacial de gênero após a implementação da Política de Titularidade Residencial Feminina.

O acesso das mulheres a moradia a partir das políticas públicas de habitação está inserido no contexto das relações de poder de desigualdade entre homens e mulheres. Portanto, buscamos compreender a política habitacional brasileira, bem

como investigar a viabilização da Política de Titularidade Residencial Feminina pelo Estado.

Para elaboração desse capítulo, utilizamos o banco de dados da Caixa Econômica Federal (CEF), disponibilizado em seu próprio *site*. A coleta de dados envolveu microdados dos beneficiários do PMCMV - Faixa 1 – como nome do mutuário, CPF, valor da renda mensal e data de assinatura do contrato – e dados específicos do empreendimento – como município, bairro, nome do empreendimento etc. Os dados foram compilados, tratados e padronizados, dando origem a um novo banco de dados específicos para a pesquisa, que proporcionou a elaboração dos mapas referentes ao gênero e à localização dos empreendimentos construídos no PMCMV.

A partir dos dados, localizamos 13 empreendimentos na cidade de João Pessoa. Destes 13 empreendimentos, estavam disponíveis no *site* da CEF os dados dos beneficiários de 8 empreendimentos. Para cada empreendimento, foi construída uma tabela referente aos dados: nome do empreendimento, localização, nome do mutuário, gênero, ano, fundo de investimento e renda.

Após a tabulação dos dados, foram criados os mapas, gráficos e tabelas. Foi elaborada uma tabela com os empreendimentos e o total de unidades habitacionais, uma tabela com a distribuição da renda por empreendimento e gráficos referentes à renda das mulheres e homens beneficiados. A renda referente às beneficiadas dos empreendimentos do PMCMV - faixa 1 foi dividida pela autora em três faixas de renda: Faixa 1A, a renda varia de 0 a 800,00 reais; Faixa 1B, a renda varia de 801,00 a 1.200,00 reais; e Faixa 1C, a renda varia de 1.200,01 a 1.800,00 reais.

No Capítulo IV, intitulado *Feminização da periferia: precarização da vida das mulheres no espaço urbano*, debruçamo-nos sobre duas ideias fundamentais – feminização e periferia –, que apontam para a compreensão de que o processo de “feminização da periferia” não é uma questão quantitativa, mas remete-nos ao “feminino” precarizado no contexto da sociedade patriarcal atual.

A contradição que sustentamos é a de que, ao mesmo tempo que uma política pública de habitação social garante o direito e o acesso a moradia das mulheres trabalhadoras, algo histórico – dando resposta a uma necessidade concreta que acontece a partir da produção capitalista do espaço – contraditoriamente, advém o processo de precarização da vida.

No que tange aos aspectos metodológicos, um dos procedimentos compreendidos na confecção desta tese foram os trabalhos de campo junto às mulheres moradoras dos conjuntos habitacionais selecionados para estudo. Tais trabalhos foram realizados em 7 (sete) empreendimentos do *Programa Minha Casa Minha Vida* - Faixa 1, na cidade de João Pessoa, quais sejam: Residencial Jardim Veneza – conhecido como Dilmão –; Vieira Diniz; Irmã Dulce; Jardim das Colinas; Manacá; Morada dos Hibiscos e Anayde Beiriz.

A pesquisa de campo foi realizada a partir da observação dos residenciais – com registros fotográficos dos empreendimentos –, das áreas de lazer – como as praças e os espaços abertos – e das escolas próximas aos residenciais. Os questionários foram destinados às mulheres beneficiadas do PMCMV. A análise dos dados possibilitou-nos entender as dimensões da vida que, além do acesso a moradia, “precarizam o cotidiano” dessas mulheres trabalhadoras.

No início dos trabalhos de campo, contatamos pessoas conhecidas que residiam nos residenciais para nos auxiliar ou mesmo dar suporte no primeiro contato com as moradoras. Nesse momento, ligamos para Eliane – que é ex-aluna do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e reside no residencial Vieira Diniz –, para o aluno Felipe – da Graduação em Geografia, que reside no Residencial Jardim das Colinas – e para Anny – que é ex-aluna da Graduação em Geografia e reside no residencial Irmã Dulce.

Os trabalhos de campo foram realizados com a ajuda dos amigos Rodrigo Brito (aluno do mestrado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB e membro do CEGET), Helena e Cristiano (aluna e aluno da Graduação em Geografia e membros do CEGET), Mariana Borba (Doutora em Geografia) e Valdomiro Júnior, bem como pelas minhas irmãs, Karinn do Vale e Solange do Vale. Com elas e eles, compartilhei todas as dificuldades encontradas na realização do trabalho de campo.

As idas aos residenciais aconteceram entre os meses de agosto e dezembro de 2022. O primeiro campo foi o Residencial Vieira Diniz, com o objetivo inicial de aplicar os questionários com as mulheres, mas, pela proximidade com o residencial Jardim Veneza, conhecido como Dilmão, pôde-se observar as diferenças entre eles. No primeiro momento, perguntamo-nos como 2 (dois) residenciais são construídos próximos e com tanta diferença em estrutura física.

Conversamos com uma moradora, que é síndica do Vieira Diniz, a qual relatou as dificuldades financeiras das mulheres residentes em ambos os residenciais. A partir

desse momento, surgiu a ideia de ajudá-las, e propomos a arrecadação de cestas básicas com o objetivo de sorteá-las após a aplicação dos questionários. Assim, entramos em contato com amigos, familiares e conhecidos, pedindo contribuições para a compra das cestas.

Outro relato das dificuldades financeiras enfrentadas pelas mulheres dos residenciais foi verbalizado pela nossa amiga Eliane, moradora do Vieira Diniz. Uma criança moradora do residencial havia sido internada por desnutrição, pois seus pais não tinham condições financeiras para comprar alimentos. Esse fato reforça a fala da síndica acerca das dificuldades financeiras por que as famílias estavam passando, muitas vezes, não tendo dinheiro para comprar o básico de alimentos. Nesse dia, finalizamos o campo com o objetivo de retornar com as cestas básicas para sorteá-las entre as mulheres entrevistadas.

Retornamos ao residencial Vieira Diniz para colar cartazes, convidando as mulheres residentes para participar do sorteio das cestas e responder ao questionário. Foram distribuídos 20 cartazes em várias entradas dos blocos, e a síndica enviou um áudio no grupo do *Whatsapp* do residencial reforçando o convite.

Para arrecadação das cestas básicas, contamos com a ajuda dos familiares e amigos, que se dispuseram a contribuir financeiramente e na divulgação da campanha para a arrecadação. Os eventos foram realizados no salão de festas do Residencial Vieira Diniz (Figura 1) e contaram com a participação da síndica do Vieira Diniz para organizar esse momento e das mulheres dos residenciais Vieira Diniz e Jardim Veneza para responder os questionários.

Ao chegarem, as mulheres ficavam à espera na fila, e, assim, existia a interação entre elas, com muita conversa e sorrisos. Esse processo proporcionou-nos muito aprendizado. A partir das conversas, com as mulheres pudemos conhecer as dificuldades diárias enfrentadas por cada uma delas. Esse dia foi muito importante, porque pudemos sair da nossa realidade “confortável” e conhecer outras realidades, muito além do que estava posto no nosso dia a dia.

FIGURA 1 - REGISTRO DA EQUIPE APLICANDO OS QUESTIONÁRIOS COM AS MULHERES NO RESIDENCIAL VIEIRA DINIZ, 2022



FONTE: Trabalho De Campo, 2022

As mulheres viviam em situação de muita pobreza; muitas sem trabalho, cuidando dos filhos sozinhas; mulheres com companheiros que não estavam trabalhando. A maioria das entrevistadas possuía pouca escolaridade, conseqüentemente, tendo dificuldades para conseguir um trabalho com boa remuneração.

Após a aplicação dos questionários, os papéis com os nomes das participantes eram recortados, e iniciava-se o sorteio das cestas básicas. O sorteio era muito gratificante, pois, naquele momento, estávamos ajudando a suprir uma necessidade específica, que era a de ter uma refeição no dia seguinte (Figura 2).

FIGURA 2 - REGISTRO DO TRABALHO DE CAMPO NO RESIDENCIAL VIEIRA DINIZ COM ALGUMAS MULHERES QUE PARTICIPARAM NA PESQUISA



FONTE: Trabalho De Campo, 2022

Para cada trabalho de campo realizado, uma nova estratégia era construída para se chegar ao nosso objetivo: aplicar os questionários com as mulheres dos

residenciais do *Programa Minha Casa Minha Vida* e conhecer sua vivência com o espaço da moradia e da cidade.

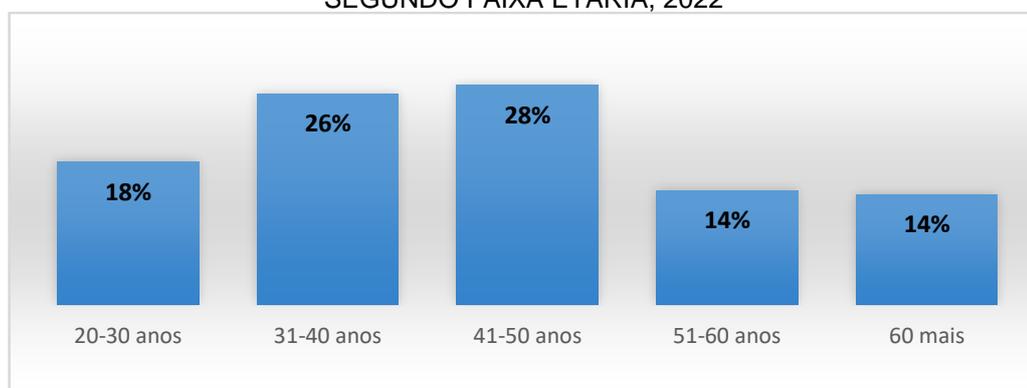
Nos residenciais Irmã Dulce e Jardim das Colinas, observamos que havia um movimento intenso das mulheres no final da tarde nas ruas e calçadas. As mulheres sentavam-se nas calçadas, e as crianças ficavam nas ruas brincando, andando de bicicleta, jogando bola etc. Tal fato chamou a atenção para o melhor horário para conversar e aplicar os questionários com as moradoras.

Nos residenciais Manacá, Morada dos Hibiscos e Anayde Beiriz, foram várias idas *in loco* no horário da tarde. Fazíamos porta a porta com as moradoras. A aplicação dos questionários foi de bastante aprendizado para coletar informações para o trabalho acadêmico e muito mais para a vida pessoal.

Com o resultado desse levantamento de dados em campo, elaboramos as seguintes sistematizações: quem são as mulheres que moram nos sete (7) residenciais do PMCMV e que participaram na pesquisa.

O número total das mulheres participantes foi de 364, dentre as quais, a faixa etária com maior disponibilidade para participar das entrevistas foi entre 41-50 anos, representando 28% da amostra. Na sequência, as mulheres entre 31-40 anos, representando 26%, e a faixa de 20-30 anos, representando 18%. As mulheres na faixa entre 51-60 anos e na faixa com mais de 60 anos representam, respectivamente, 14% do total de mulheres entrevistadas, como mostra o Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - PERCENTUAIS DE MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA MORADORAS DE RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, 2022

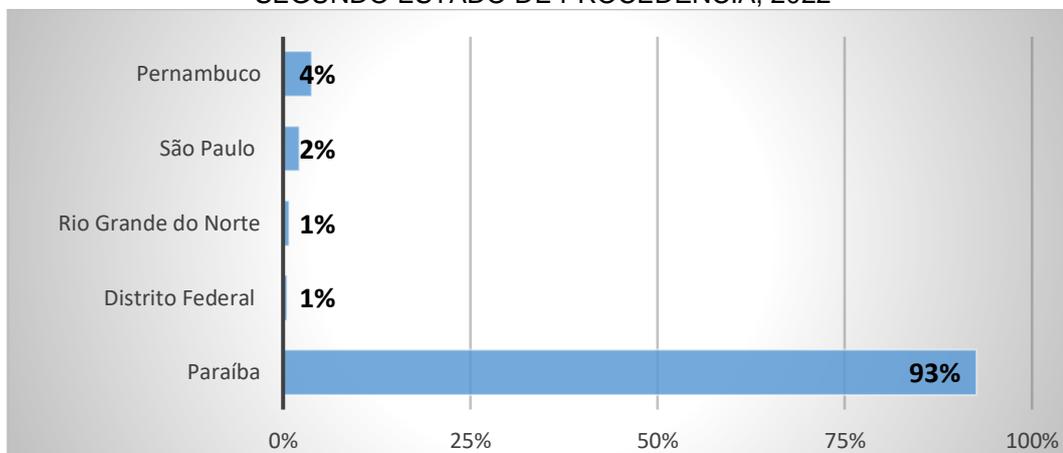


Fonte: Pesquisa de campo, 2022

Os locais de origem das mulheres moradoras da periferia pesquisadas são quase em sua totalidade do estado da Paraíba (93%), seguidas das nascidas no estado vizinho, Pernambuco, (4%). No grupo pesquisado, constatou-se também a

existência de moradoras procedentes de São Paulo (2%), do Distrito Federal (1%) e do Rio Grande do Norte (1%), como mostra o Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - PERCENTUAIS DE MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA MORADORAS DE RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, SEGUNDO ESTADO DE PROCEDÊNCIA, 2022

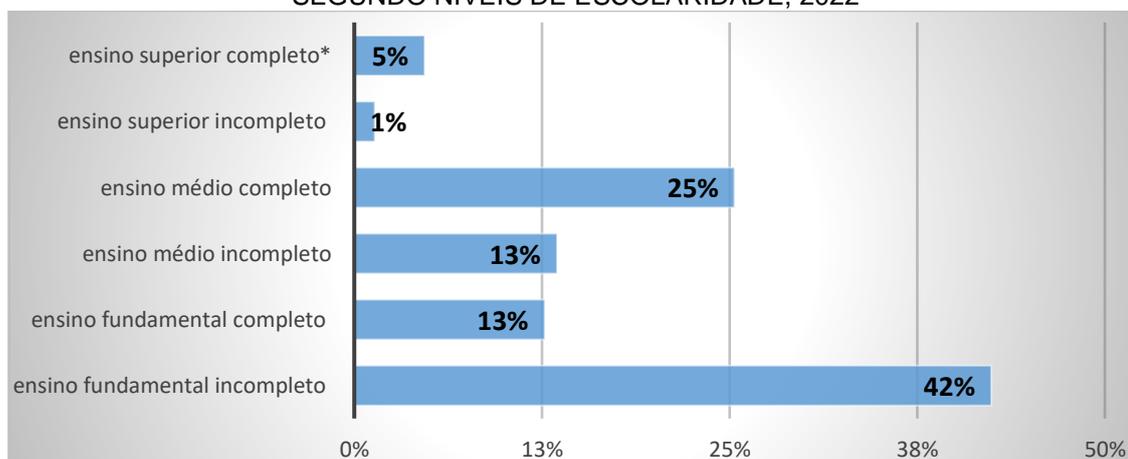


Fonte: Pesquisa de campo, 2022

As mulheres nascidas na Paraíba são originárias de 34 localidades diferentes no estado. Em termos quantitativos, a representação mais significativa é das mulheres naturais de João Pessoa, seguida de uma minoria de mulheres naturais de Campina Grande, Santa Rita, Mamanguape, Alagoa Grande e Guarabira.

A escolaridade das mulheres que participaram na pesquisa é muito baixa. Cerca de 42% não possui o Ensino Fundamental completo, e apenas uma quarta parte das entrevistadas declarou ter concluído o Ensino Médio, como mostra o Gráfico 3:

GRÁFICO 3 - PERCENTUAIS DE MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA MORADORAS DE RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, SEGUNDO NÍVEIS DE ESCOLARIDADE, 2022

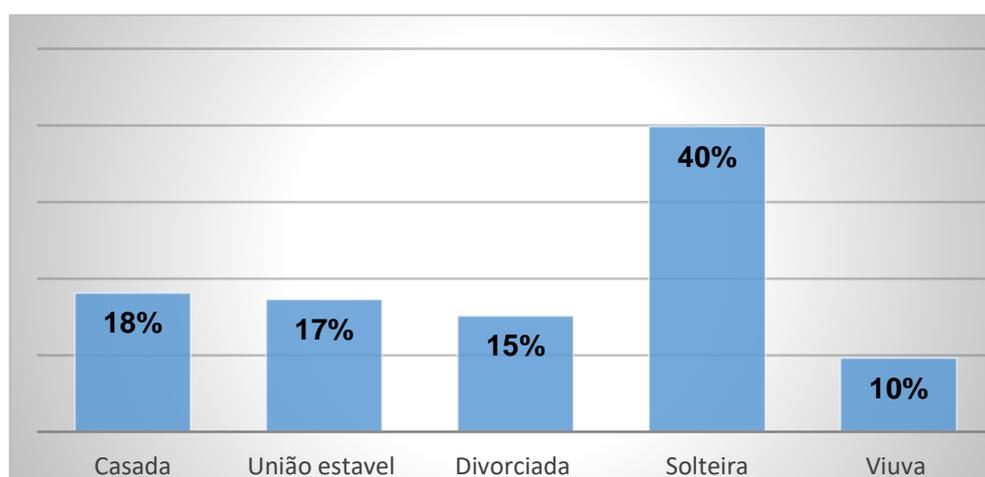


* As áreas de formação das mulheres com ensino superior foram Pedagogia, Magistério e Biomedicina

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

De acordo com os dados da pesquisa, 70% das entrevistadas se autodeclararam como pardas; 25% como brancas, e 5% como pretas. No que tange ao estado civil, que, segundo Poliana Monteiro (2015, p. 101), “é um elemento significativo para a apreensão do nível de vulnerabilidade da mulher, pois indica o tipo de composição familiar”, destacam-se as mulheres solteiras (40%), seguidas das casadas (18%), das mulheres em união estável (17%), das divorciadas (15%) e, finalmente, das mulheres viúvas (10%). O gráfico 4 demonstra essas porcentagens.

GRÁFICO 4 - PERCENTUAIS DE MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA MORADORAS DE RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, SEGUNDO ESTADO CIVIL, 2022



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

A trajetória de vida das mulheres moradoras dos residenciais pesquisados foi e está sendo construída por diversas vivências no espaço urbano de João Pessoa. As experiências relatadas são próximas, por serem marcadas por várias dificuldades financeiras, de acesso a serviços básicos como saúde, educação, transporte e lazer, mas também por terem sonhos, esperanças e capacidade de luta e organização diária por melhores condições de vida. Cada questionário aplicado a cada mulher que nos recebeu nos conjuntos visitados foi uma oportunidade de adentrarmos no cotidiano espacial das suas vidas. A generosidade ao nos conceder o seu tempo vale o esforço deste trabalho.

**CAPÍTULO I - DESIGUALDADES DE GÊNERO E A QUESTÃO DA MORADIA
URBANA**

1.1 Mulheres chefes de família

Uma questão fundamental para dar início à análise é contextualizar a importância da criação e implementação das políticas públicas de habitação para as mulheres trabalhadoras. Para isso, trazemos, inicialmente, dados que nos ajudam a elaborar uma imagem das múltiplas dimensões da vida precarizada que grande parte das mulheres “chefes de família⁸” de baixa renda possuem no Brasil.

A expressão chefe de família remete à pessoa responsável pela família. No Brasil, o modelo hierarquizado e pouco democrático da família patriarcal, herdada do seu passado colonial e consolidada no decorrer do tempo, teve um grande impacto na organização social e política. A predominância da estrutura familiar foi sempre controlada pelo poder patriarcal (do marido e/ou do pai), ou seja, do cônjuge homem. Embora o patriarcado esteja na base da construção da sociedade brasileira, as formas específicas da sua manifestação, evolução e transformação se deram em uma dinâmica própria e assumiram novas configurações, influenciadas pela formação da sociedade urbano-industrial (SAMARA, 2002).

No entanto, não deixa de ser revelante que o “desmonte” dos pilares da estrutura social patriarcal apenas estejam começando e tenha iniciado muito recentemente: legalmente, a esposa só deixou de ser tutelada pelo marido com a promulgação da Lei nº 4.121, de 1962, conhecida como o Estatuto da Mulher Casada; a Lei do Divórcio só foi aprovada em 1977; o “pátrio poder” (o poder do homem) na família só foi revogado com a Constituição de 1988, que, em seu artigo 226, estabelece a paridade de direitos e deveres entre cônjuges e, de ambos, em relação aos filhos. E, finalmente, o novo Código Civil brasileiro, afinado com a Constituição, que só entrou em vigor em janeiro de 2003. A legislação mais igualitária sobre o relacionamento de gênero e geração dentro da família só ocorreu de forma gradual no decorrer dos séculos XX e XXI. Seguimos no caminho.

Um dos resultados dessas mudanças mais recentes é a própria adoção do conceito *mulheres chefes de família* no levantamento, coleta e registro de dados censitários, realizados por instituições oficiais no Brasil.

⁸ Para facilitar a leitura dos termos, “chefia de família” e “chefe de família” serão utilizados no texto sem aspas, independentemente da origem do levantamento de dados.

De modo geral, a partir da incorporação e uso pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁹ do termo nos estudos demográficos de base quantitativa, a expressão *mulheres chefes de família* foi vista como um fenômeno positivo em termos dos ganhos em autonomia feminina dentro das famílias. Porém, como lembram as demógrafas Elza Berquó e Suzane Cavenaghi (1988), esse termo é muito mais complexo. Ele retrata distintas situações dos arranjos familiares, nem sempre favoráveis em relação a um maior padrão de vida das mulheres e, de fato, de autonomia. De formas diferentes, ser a pessoa responsável pela família, ou a pessoa de referência, pode envolver circunstâncias que são resultados de oportunidades e outras que são fatalidades. Segundo o estudo Suzane Cavenaghi e José Estácio Diniz Alves (2018),

Existem diversos tipos de arranjos familiares em que se encontram as mulheres chefes de família, como casal sem filhos, casal com filhos (mulher, cônjuge, filhos e outras pessoas), monoparental feminino (mulher sem cônjuge e com filhos e/ou outras pessoas), arranjo unipessoal (mulher morando sozinha) e outras famílias (como grupos aparentados sem núcleo reprodutor e pessoas sem laço de parentesco marido-esposa ou pais-filhos) (p. 15).

Nos dois primeiros casos, geralmente famílias com o núcleo reprodutor presente, os homens predominam na chefia da família. Porém, o crescimento da chefia feminina foi muito grande nesses dois arranjos nas últimas décadas. Para as autoras, o crescimento da chefia feminina ocorre pela “negociação com o marido/companheiro e reflete um reconhecimento da importância da mulher na família nuclear” (p. 16), ou “está relacionada a uma maior liberdade em responder sobre a chefia, sem seguir o senso comum, refém do comportamento patriarcal histórico” (p. 17).

No caso do arranjo doméstico monoparental feminino, em geral, a mulher é automaticamente definida como chefe da família. E, segundo estudo de Ricardo Barros, Louise Fox e Rosane Mendonça (1994), esse tipo de família¹⁰ sempre esteve

⁹ Nos Censos Demográficos, o IBGE adota o conceito de família censitária, que é aquela que compartilha um mesmo domicílio particular e mantém laços de consanguinidade, conjugalidade ou normas de convivência (IBGE, 2022).

¹⁰ Todavia, com o aumento das separações e divórcios em todas as classes sociais, o crescimento da chefia feminina pode estar relacionado com uma maior oportunidade de rompimento de relações. Como a mulher na estrutura patriarcal é a detentora dos deveres do cuidado, ainda que a lei no Brasil permita guarda compartilhada (Lei no 13.058, de 2014), a monoparentalidade feminina ainda é expressivamente maior que a masculina (CAVENAGHI, S; ALVES, J.E.D, 2018).

associado ao fenômeno da feminização da pobreza¹¹. Para as autoras e o autor, o aumento continuado da chefia feminina, que tem acontecido no Brasil desde a década de 1980, chama a atenção para cinco preocupações atuais: 1) o crescimento das famílias chefiadas por mulheres se mantém e aumenta progressivamente; 2) estas famílias estão sobrerrepresentadas entre as mais pobres; 3) o grau de sobrerrepresentação tende a aumentar mesmo quando a pobreza geral diminui; 4) o bem-estar dos filhos é adversamente afetado; e 5) a pobreza dessas famílias tende a prejudicar o desenvolvimento dos filhos e a acumulação de capital humano do país. Os autores chamam a atenção para a reprodução do ciclo intergeracional de pobreza na medida em que as crianças em famílias monoparentais femininas têm maior probabilidade de estarem fora da escola, maior dificuldade para encontrar emprego (principalmente, emprego formal) e maior dificuldade em conciliar o trabalho e o estudo.

No Brasil, como apontado, estudos mostram que as famílias chefiadas por mulheres cresceram nas últimas décadas. De acordo com o Censo Demográfico de 2000, as mulheres comandavam 24,9% dos 44,8 milhões de domicílios particulares existentes no país. Em 2010, essa proporção cresceu para 38,7% dos 57,3 milhões de domicílios brasileiros, o que representa um aumento de 13,7%. Nas famílias formadas pelo responsável sem cônjuge e com filho/a(s), as mulheres foram maioria na condição de responsável (87,4%)¹² (SNIG/IBGE, 2022).

As sistematizações do que tem ocorrido nas últimas décadas e, principalmente, nos anos mais recentes, elucidam os desafios colocados pelo crescente número de mulheres chefes de família que alimenta a feminização da pobreza. A essa tendência, somamos, neste estudo, a falta de acesso a moradia digna por esse tipo de famílias, que está em aumento.

1.2. Mulheres e déficit habitacional

O *déficit habitacional* no Brasil é calculado, desde 1995, pela Fundação João Pinheiro (FJP), a partir de microdados da Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD) do IBGE. O conceito agrupa indicadores que tratam de mensurar a falta de habitações

¹¹Ampliamos o debate sobre o fenômeno da feminização da pobreza no capítulo final desta tese.

¹²O critério para definir a pessoa responsável pela família é de que aquela pessoa seja reconhecida como tal pelos demais membros do domicílio (BRASIL, 2014).

e/ou a existência de habitações em condições inadequadas para o seu uso. A metodologia para o seu cálculo baseia-se em quatro (4) componentes: 1) domicílios precários; 2) coabitação familiar involuntária; 3) ônus excessivo com aluguel urbano; e 4) adensamento excessivo de domicílios alugados (FJP, 2021).

Em 2021, o Brasil tinha o déficit habitacional absoluto estimado de 5,876 milhões de domicílios, dos quais 5,044 milhões estão localizados em área urbana e 832 mil em área rural. O principal componente do déficit foi o ônus excessivo com o aluguel urbano, com 51,7% do total do país. Este indicador é constituído por famílias urbanas com renda de até três (3) salários mínimos¹³ que moram em casa ou apartamento e que despendem mais de 30% da sua renda com o aluguel. Em seguida, as habitações precárias representam 25,2% do déficit, e, por último, a coabitação, com 23,1% do déficit total. Este último parâmetro ocorre quando duas ou mais famílias convivem juntas em um mesmo ambiente no qual não dispõem de liberdade e privacidade, fazendo-se necessário a construção de novas moradias (FJP, 2021).

Em João Pessoa, em 2021, havia um déficit habitacional absoluto de 46.937 domicílios, sendo 42.487 situados na área urbana e 4.450 na área rural, o que representa um déficit habitacional relativo ao total de domicílios particulares permanentes ou improvisados de 10,5%, superior aos valores desse mesmo indicador para o Brasil, para a região Nordeste e para o estado da Paraíba, como mostra a Tabela 1.

TABELA 1 - DÉFICIT HABITACIONAL POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO NO NORDESTE, PARAÍBA E JOÃO PESSOA, 2019

	Urbano	Rural	Total	Relativo (%)
Brasil	5.044.322	832.377	5.876.699	8,0
Nordeste	1.318.326	460.639	1.77.964	9,2
Paraíba	11.601	20.782	132.383	9,8
João Pessoa	42.487	4.450	46.937	10,5

Fonte: Fundação João Pinheiros, 2021
Elaboração própria

Em relação à composição do *déficit* habitacional no estado da Paraíba, o ônus excessivo com o aluguel urbano (41,3%) foi o principal componente do déficit total, seguido das habitações precárias (33,9%) e a coabitação (24,9%). Já na cidade de

¹³ O valor do salário mínimo em 2023 corresponde a R\$ 1.320.

João Pessoa, ainda que o componente principal foi o ônus excessivo com o aluguel urbano (50,9%), este foi seguido pela coabitação (28,1%) e, na sequência, pelas habitações precárias (21,0%).

Se observarmos, além dos componentes do déficit, o gênero do responsável pelo “domicílio *déficit*”, verificamos que os dados da FJP apontavam, no ano de 2021, índices maiores no Brasil, quando o responsável pelo domicílio eram mulheres (60%). O mesmo acontece no estado da Paraíba, com uma maioria de 59,3% de mulheres no *déficit*, e na cidade de João Pessoa, com 57,3%, como mostra a Tabela 2.

TABELA 2 - PERCENTUAIS DO DÉFICIT HABITACIONAL SEGUNDO SEXO DO RESPONSÁVEL NO NORDESTE, PARAÍBA E JOÃO PESSOA, 2019

	Homem	Mulher
Brasil	40,0(%)	60,0(%)
Nordeste	40,5(%)	59,5(%)
Paraíba	40,7(%)	59,3(%)
João Pessoa	42,7(%)	57,3(%)

Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiros, 2021
Elaboração própria

Nas três escalas levantadas, os dados apontam com clareza a maioria de domicílios déficit que tem mulheres como pessoa de referência.

Segundo informes da FJP (2020, 2021), a partir do ano 2016, pôde-se observar um déficit habitacional em todas as regiões, e, em todos os seus componentes, crescentemente, tem sido uma mulher a responsável pelo domicílio em termos absolutos e percentuais.

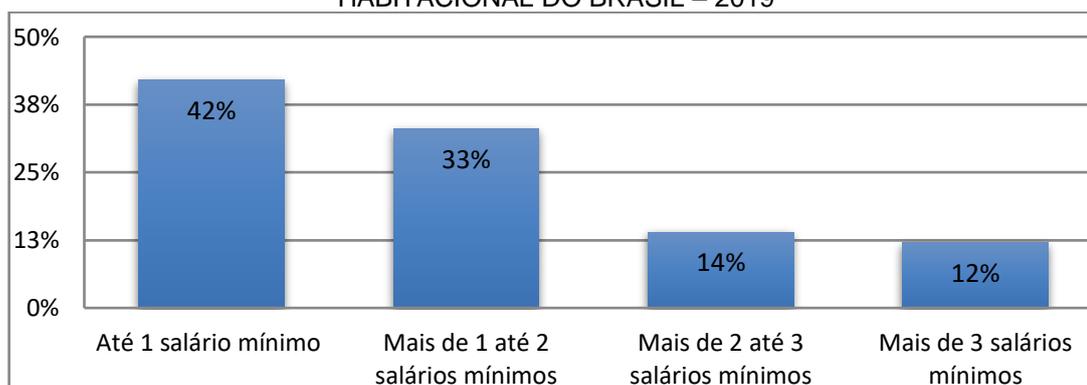
Uma das respostas dadas à ampla presença feminina no déficit habitacional no país tem a ver com a divisão sexual do trabalho de ordem patriarcal, segundo a qual o tempo das mulheres é usado não apenas para garantir as necessidades produtivas, senão também as reprodutivas. Questão que não acontece, maioritariamente, com os homens. Para as autoras Charmain Levy, Anne Latrendresse e Marianne Carle-Marsn (2013), essa condição mantém as desigualdades salariais de gênero, as assimétricas condições de trabalho. O resultado disso é que grande parte da renda das mulheres é mais baixa que a dos homens, inclusive entre aquelas que estão em atividade no mercado de trabalho. Segundo as autoras, “elas têm menos ou nenhum capital a investir e mais dificuldades para obter

crédito para aceder uma propriedade” (LEVY; LATENDRESSE; CARLE-MARSN, 2013, p. 311)

Já quando verificamos as faixas de renda domiciliar no Brasil, o que constatamos é que 42% do déficit habitacional está concentrado nas famílias com faixa de renda de até 1 salário mínimo; 33% em famílias com faixa de renda entre 1 e 2 salários mínimos; 14% nas famílias entre 2 a 3 salários mínimos, e apenas 12% em famílias com mais de 3 salários mínimos, como demonstra o Gráfico 5. A síntese dos dados mostra que a desigualdade de renda e de gênero¹⁴ é determinante do déficit habitacional.

A desigualdade e concentração de renda no país fazem da sua organização uma das “mais desiguais do mundo, o que transforma o Brasil em um país dos ‘sem’; sem-terra, sem teto, sem lugar”, como denuncia María Franco-García (2004, p. 61) na sua pesquisa sobre o acesso à propriedade da terra das mulheres trabalhadoras rurais sem-terra, no interior do estado de São Paulo.

GRÁFICO 5 - PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO DAS FAIXAS DE RENDA NO DÉFICIT HABITACIONAL DO BRASIL – 2019



Fonte: Dados básicos: Fundação João Pinheiros, 2021
Elaboração própria

A questão-problema da nossa tese se expressa nos dados apresentados em nível nacional. Defendemos que a falta de habitação (a “questão da moradia”) para as mulheres trabalhadoras de baixa renda é uma dimensão da questão urbana que, concomitantemente com outras faces das múltiplas violências e desigualdades

¹⁴ Ambas, junto a raça e/ou etnia, interseccionam o sujeito principal do déficit habitacional no país: a mulher trabalhadora negra de baixa renda.

baseadas no gênero¹⁵, reproduzem espaços urbanos segregados e segregadores, que reforçam e recriam as desigualdades de gênero.

A cidade é para nós *generificada* nos padrões da sociedade patriarcal, das suas normas e regulações, do seu planejamento e das suas políticas públicas. Pesquisa realizada por Araci Farias Silva (2020, pg 281) com mulheres moradoras da comunidade Porto do Capim mostra que o “fenômeno da *generificação* da luta por moradia e/ou habitação, sinaliza a centralidade das mulheres na reprodução social da força de trabalho e na preservação dos seus territórios de vida”. Segundo a autora, a produção de uma cidade é um processo que vai além da mera interação dos corpos no espaço, “todavia, eles tem gênero, tem classe, estão racionalizados e sexualizados”(pg. 281).

Na análise que desenvolvemos nos capítulos desta pesquisa, usamos o conceito de gênero na perspectiva que Mércia Silva (2017) atribui à categoria, ao frisar que ela é uma das dimensões que organiza as diferentes estruturas sociais de poder no sistema hierárquico e de privilégio dos homens sobre as mulheres.

A dimensão de gênero articulada a outras categorias sociais, como a classe e a raça, junto ao processo de segregação socioespacial na/da produção do espaço urbano, explicita a interseccionalidade na qual a periferia urbana é gerada. Ao mesmo tempo, essa interseccionalidade revela e dá protagonismo analítico a um dos seus sujeitos: as mulheres pobres, radicalizadas e moradoras precarizadas da periferia urbana.

As implicações dessa interseccionalidade são as próprias experiências vividas, as trajetórias pessoais e coletivas dessas mulheres no tempo e nos espaços gerados pela articulação de sistemas de controle e subalternização do feminino, no contexto das sociedades capitalistas, racistas, patriarcais e heteronormativas.

Por isso, defendemos que a interseccionalidade – gênero, classe, raça e território – nos ajuda a entender por que, nas cidades brasileiras, dentre elas, João Pessoa, os domicílios de baixa renda chefiados por mulheres constituem o grupo social mais afetado e vulnerável à moradia, agudizando-se essa situação quanto elas

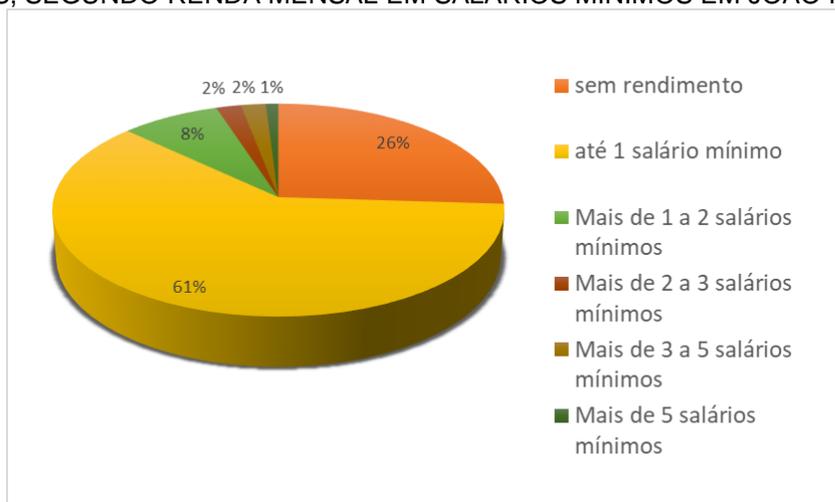
¹⁵ Por violências e desigualdades baseadas no gênero, referimo-nos a toda e qualquer discriminação e/ou pressão sofrida por uma pessoa pelo fato de ter uma identidade de gênero não hegemônica, e, por isso, representar um grupo vulnerável ou estar em situação de vulnerabilidade (FRANCO-GARCIA, 2021). No caso da nossa pesquisa, as mulheres.

são mulheres negras. Na cidade de João Pessoa, segundo o IBGE (2010)¹⁶, o percentual de domicílios com mulheres sem cônjuge e com filhos corresponde a 53% do total dos domicílios, o que acompanha as médias nacional e estadual.

Se projetarmos esses dados, acompanhando a tendência crescente do número de domicílios chefiados por mulheres no Brasil – como sinalizam os supracitados estudos de Levy, Latendresse e Carle-Marsn (2013) –, e levando em consideração que se passaram mais de 13 anos, é possível e provável que essa proporção tenha ampliado. O que significa que uma ampla maioria dos domicílios da cidade são chefiados por mulheres com filhos e sem cônjuge¹⁷.

Ao analisar a distribuição das famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge, segundo o rendimento mensal familiar per capita (IBGE, 2010), observamos que, em João Pessoa, a maior proporção dessas famílias apresentava um rendimento de até 1 salário mínimo (61%), enquanto 26% não registrava nenhum rendimento mensal. Já 8% dessas mulheres recebiam mais de 1 a 2 salários mínimos, e apenas 1% das mulheres recebiam mais de 5 salários mínimos, como podemos observar no Gráfico 6.

GRÁFICO 6 - PERCENTUAIS DE FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES SEM CÔNJUGE E COM FILHOS, SEGUNDO RENDA MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS EM JOÃO PESSOA, 2010



Fonte: IBGE, 2010
Elaboração própria

Diante desses dados, e de acordo com as pesquisas consultadas, (OLIVEIRA, 2009; FRANCO-GARCIA, 2021), várias são as questões que chamam a atenção,

¹⁶ Apresentamos os dados referentes ao ano de 2010, último Censo Demográfico publicado pelo IBGE no Brasil, até o momento de elaboração desta pesquisa (agosto de 2023).

¹⁷ Para o IBGE, domicílio é onde o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência (IBGE, 2022).

como: a) desvalorização do trabalho da mulher; b) a baixa remuneração como força de trabalho; c) a ausência de políticas públicas para equilibrar os impactos das desigualdades de gênero/históricas; d) a dupla ou a tripla jornada e o uso do tempo das mulheres para fins de reprodução social; e e) a depreciação da sua vida fora do mundo do trabalho, produtivo e reprodutivo, e a consequente desvalorização social do feminino como representação.

Paralelamente à desvalorização da vida e trabalho das mulheres, visível nos níveis de renda nulos ou muito baixos – como mostrado para cidade de João Pessoa no Gráfico 6 –, resulta um acesso diferenciado e desigual ao uso do solo urbano. As disparidades contidas no espaço urbano fazem das mulheres um grupo vulnerável ao fenômeno da segregação residencial, que é gerado pela diferenciação entre grupos sociais. Em outras palavras, diferenças econômicas, de classe, de poder, de status, entre diversos grupos sociais se refletem no espaço, determinando ou, pelo menos, influenciando decisivamente onde os membros de cada grupo podem viver.

Para Ligia Casimiro (2017), a cidade não cumpre com o papel idealizado de ser um espaço da convivência humana, que promete o desenvolvimento social e econômico, o acesso ao lazer, a habitação, serviços, trabalho e circulação livre. Apenas parte da sociedade apropria-se dela, garantindo e perpetuando desequilíbrios e iniquidades na produção e reprodução de seus espaços de convívio. O direito à cidade passa pelo direito à vida digna dentro dela, e as mulheres trabalhadoras de baixa renda em João Pessoa – particularmente discriminadas, como apresentam os dados de renda – são amplamente excluídas desse direito.

Essa condição coincide com o denunciado por Valéria Pinheiro (2017), ao afirmar que a cidade é perversa para e com as mulheres, ao restringir os seus direitos, como o direito a moradia, mas também o direito ao acesso a escolas e creches; ao pronto-atendimento delas e dos familiares ao seu cuidado nos hospitais e postos de saúde; o direito a não discriminação de gênero na hora da contratação no mercado de trabalho e à igualdade salarial; e o direito à proteção diante do assédio, tornando a rotina laboral e também vital mais dificultosa para elas.

No acesso a direitos fundamentais, a moradia, apesar de reconhecida como um direito social, é, ainda hoje, um privilégio para milhares de pessoas, um grande desafio para as mulheres chefes de famílias, para as diversas administrações públicas e para a sociedade de um modo geral (MARTINS, Bruno, 2016). Além do direito à casa própria, o lar é, para muitas mulheres, muito mais que “um sonho de consumo”.

É a concretude da segurança na reprodução e cuidado delas de sua família. Para algumas mulheres, é o espaço do íntimo, do seu, da garantia de um canto de acolhimento no futuro.

1.3. Mulher e a divisão sexual-espacial do trabalho

A produção de representações e significados da função social da casa própria, para mulheres e homens, tem a ver com a forma como o espaço é diferentemente apropriado segundo o gênero, nos processos de produção e reprodução das relações sociais na cidade. Para Edenilse Rosa (2017), existe

uma “dicotomia cultivada entre ‘masculino’ e ‘feminino’ na manutenção e reprodução das relações de gênero. A mesma pode ser percebida inclusive na utilização dos espaços sociais de diferentes formas (2017, p. 01).

Atentando-se aos apontamentos dessa autora para entendermos a produção e reprodução das relações sociais de gênero e sua relação com a produção e apropriação do espaço, debruçamo-nos nas principais contribuições das sociólogas brasileiras Danièle Kergoat (2007 e 2009) e Helena Hirata (2007, 2009, 2015 e 2016), das geógrafas María Franco-García (2004) e Terezinha Carvalhal (2021), da filósofa Silva Frederici (2019 e 2021) e da economista Cristina Carrasco (2018). Para todas elas, a divisão sexual do trabalho é uma divisão técnica e territorial. É um modo de organização socioespacial que difere entre as esferas/espços públicos e privados, entre a produção e a reprodução social, de modo que, de acordo com Flávia Biroli e Débora Quintela, “amplia ou restringe a autonomia das pessoas em função de seu sexo” (2020, p. 73).

Para as sociólogas Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007, p. 599), a divisão sexual do trabalho tem como característica “a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.)”. Nas divisões atribuídas pelos papéis de gênero nas relações sociais de trabalho, as mulheres são as responsáveis principais, senão únicas, pelo trabalho reprodutivo, ou seja, pelo cuidado com os filhos, familiares idosos e/ou doentes da família e pelo trabalho doméstico; e os homens, pelo trabalho produtivo, dando a este maior poder, prestígio e valor (ROSA, 2017).

As tarefas da esfera e espaços reprodutivos, impostas cotidianamente às mulheres e assumidas por elas, constituem, para Diana Helene (2019, p. 956), as “tarefas laborais mais informalizadas, mal remuneradas e desvalorizadas no mundo do trabalho. Entre elas, a trabalhadora doméstica vai constituir a categoria vulnerável, devido à baixa remuneração e ao grau de precariedade”. Segundo essas sociólogas, essa é a forma com que o trabalho social se divide em decorrência das relações sociais de gênero entre os sexos. O trabalho organiza-se, portanto, segundo os princípios da separação – existem trabalhos/tarefas/ocupações de homens e de mulheres – e da hierarquização – o trabalho do homem “vale” mais do que o da mulher, tem mais relevância social – entre diferentes dimensões da vida (HIRATA; KERGOAT, 2007).

O trabalho doméstico é uma delas e tem sido, como mostra Silvia Federici (2021) em suas pesquisas, como um “trabalho oculto” realizado pelas mulheres. É o “trabalho invisível”, de Danièle Kergoat (2009). Ambos os termos definem como uma enorme massa de trabalho é realizada gratuitamente pelas mulheres. Para essa autora, é o trabalho “que é feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal” (KERGOAT, 2009, p. 68).

Segundo a economista Cristina Carrasco (2018, p. 40), os trabalhos domésticos, do cuidado e manutenção com fins reprodutivos, ao serem realizados fundamentalmente pelas mulheres, “já não constituiriam algo diferenciado e alheio ao sistema produtivo capitalista, mas se converteriam em parte constitutivas dele, ainda que oculta; e a partir dessa invisibilidade, sustentariam a trama da economia produtiva no sentido capitalista”.

Na mesma linha, Silva Federici relata que o trabalho doméstico

Na verdade, é muito mais que a limpeza da casa. É servir à mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina, existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas (FEDERICI, 2021, p. 28).

Na obra *O Patriarcado do Salário*, Silva Federici (2021, p. 28) defende que, para nós mulheres, “o trabalho para o capital não resulta necessariamente em um contracheque nem principia ou termina nos portões das fábricas”. Ou seja, quando

acordamos pela manhã e realizamos todas as tarefas domésticas e olhamos para a nossa jornada de trabalho, observamos que “não resultou em salário, nosso esforço gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho” (FEDERICI, 2021). Portanto, arrumar um trabalho assalariado não nos libera do trabalho doméstico. Além disso, trabalhando dentro ou fora de casa, temos de dedicar horas de trabalho na reprodução de nossa força de trabalho e da dos outros.

A geógrafa Terezinha Carvalhal (2021), em um estudo realizado sobre a territorialização do trabalho domiciliar das mulheres em Terra Roxa (PR), mostra que há uma sobrecarga na vida dessas mulheres na junção do trabalho assalariado e o trabalho doméstico não-pago, “invisível”, visto que as mulheres carregam no seu cotidiano preocupações com as atividades do lar, com sua sobrevivência, de seus filhos e da família. Para a autora, a dupla jornada de trabalho, que exercem diariamente, vem a sobrecarregar a sua vida e dos seus dependentes, com impactos negativos na sua saúde física e mental e, conseqüentemente, na sua qualidade de vida.

Outros estudos que revelam implicações diretas da organização socioespacial da divisão sexual do trabalho na vida das mulheres foram os realizados pela geógrafa María Franco-García (2004 e 2007), junto aos acampamentos e assentamentos rurais do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na região do Pontal do Paranapanema, no interior do estado de São Paulo. A autora mostra como a divisão sexual do trabalho nesses espaços de convívio e mobilização “alimenta a invisibilidade do trabalho da mulher e dificulta o acesso à tomada de decisões de ordem comunitária” (FRANCO-GARCÍA, 2007, p. 98). Apesar das mulheres trabalhadoras rurais sem-terra, acampadas e assentadas, serem responsáveis por grande parte do trabalho produtivo na terra, segundo a autora, é frequente que pessoas de ambos os sexos caracterizem o trabalho feminino, ou o trabalho realizado pelas mulheres, como uma ajuda, porque a responsabilidade pelas decisões econômicas da casa/família é masculina. Ou seja, “os seus companheiros são os principais responsáveis pela definição de como usar o dinheiro/renda da casa. Salvo as mulheres solteiras e viúvas, são os homens que possuem todo o controle sobre o dinheiro e o custeio” (FRANCO-GARCÍA, 2004, p. 90).

A divisão sexual do trabalho também está referenciada espacialmente. Todavia, o trabalho dentro de casa não garante à mulher de família biparental heterossexual, o direito de tomar decisões. É por isso também que a casa tem um

significado diferente de acordo com o gênero. De maneira geral, para muitas mulheres, a casa representa um espaço de segurança e estabilidade para a efetivação do trabalho reprodutivo com a criação dos filhos, cuidados com os idosos e os afazeres domésticos, ao passo que, para muitos homens, a casa significa o espaço onde, depois da sua jornada produtiva, vai ser assistido.

Segundo Diane Helene (2019), a moradia, para muitas mulheres, significa muito mais que um abrigo ou uma mercadoria, é um espaço essencial de proteção de si e de manutenção daqueles dependentes de seus cuidados. Assim, o valor de uso da moradia para o gênero feminino envolve particularidades que elevam sua importância para muito além de seu valor de troca. A representação da casa própria como uma dimensão fundamental para sua existência como mulher, mãe, esposa, filha, faz com que a luta por esse direito tenha sido uma das grandes bandeiras das associações e movimentos de mulheres, sejam eles feministas ou não.

1.4. Mulher e luta por direitos

As lutas feministas cresceram no decorrer do tempo histórico, tomando muitas formas, porém, movidas por uma questão norteadora: a tomada de consciência da subalternidade à que as mulheres estão condenadas nas sociedades patriarcais e sexistas e a necessidade de revertê-la. O desenvolvimento das lutas e conquistas das mulheres na busca por igualdade de oportunidades, segundo Larissa Coutinho e Yasmin Almeida (2021), tem acontecido como:

[...] meios que elas encontraram de ultrapassar as barreiras criadas pelo conservadorismo, que relegava as mulheres ao plano das coisas, como mero objeto, e exigia dela inteira submissão e obediência (p. 35).

As reivindicações e resistências das mulheres são provenientes da busca pela igualdade de direitos na vida política, cotidiana e coletiva, na cidade e no campo. Destacamos o papel dos movimentos sociais – a exemplo dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU), na luta por moradia e melhores condições de habitabilidade na cidade; os Movimentos Sociais Agrários, na luta pela terra e melhor sobrevivência das famílias do campo; e os Movimentos Feministas, na luta pela igualdade de gênero e de direitos para as mulheres – junto à luta sindical, que têm influenciado e modificado leis e ordenamentos jurídicos a favor do acesso equitativo de grupo vulneráveis a direitos fundamentais (COUTINHO & ALMEIDA, 2021).

No caso das mulheres, para Tânia Biceglia, todas as conquistas tiveram como pano de fundo um movimento de luta por seus direitos.

O movimento social que surgiu em defesa dos direitos de igualdade entre homens e mulheres, para assegurar a liberdade em seu aspecto mais amplo, recebeu a denominação que hoje conhecemos por Feminismo, que renasceu com força redobrada no período que prosseguiu após a Segunda Grande Guerra. No Brasil, ele teve papel fundamental nas principais conquistas, concernente à evolução da situação jurídica da mulher (BICEGLIA, 2003, p. 22).

O movimento feminista representa as lutas e conquistas que, ao redor do mundo, as mulheres têm travado. Para Larissa Coutinho e Yasmin Almeida (2001), trata-se do movimento

[...] que busca a igualdade de oportunidade entre homens e mulheres e procura corrigir as distorções sociais e a discriminação que existe em torno da mulher, unicamente por causa de seu gênero, tendo a igualdade e no empoderamento feminino os pilares de sua essência (p. 35).

Céli Pinto destaca, nas primeiras décadas do século XX, três vertentes diferentes do movimento feminista. A primeira vertente, considerada a mais forte e organizada, “tem como questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos, mediante a participação eleitoral, como candidatas e eleitoras” (PINTO, 2003, p. 14). A segunda vertente é caracterizada pela autora como o “feminismo difuso”, que é formado por mulheres, na grande maioria professoras, escritoras e jornalistas, e que “defendem a educação da mulher e falam de sexualidade, divórcio, da dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público” (PINTO, 2003, p. 15). A terceira vertente do feminismo nacional está composto por mulheres trabalhadoras e intelectuais, militantes do movimento de esquerda, que “defendem a liberação da mulher de uma forma radical, tendo, na maioria das vezes, a questão da exploração do trabalho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas” (PINTO, 2003, p. 15).

Todavia, na análise dessa autora, não tinha chegado o tempo de uma “quarta”, “quinta” e até “sexta vertente”, que entendemos que estão em curso no Brasil. Trata-se da pluralidade das formas de expressão e mobilização protagonizadas por mulheres novas e radicalizadas, mulheres negras e indígenas que, com base no feminismo popular e comunitário, defendem a necessidade de ampliar a análise dos sistemas de opressão que cruzam a vida das mulheres não brancas e não urbanas

no Brasil. Trata-se também de sujeitos não generificados de forma binária, que lutam por acesso a direitos, a partir de suas identidades não normativas e pela dignificação das suas sexualidades. Lutas todas elas herdadas do feminismo e da sua ideia norteadora: a consciência sempre renovada dos sujeitos vulnerabilizados do direito a ter direitos.

Em relação à moradia, a luta das mulheres no Brasil se situa na década de 1940 e início de 1950, quando mulheres de diferentes classes sociais lutavam por diferentes causas, principalmente, contra a carestia. O movimento de mulheres se manteve até os anos 1970, com principais reivindicações nos bairros pobres das grandes cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo, onde as mulheres começaram a lutar contra problemas específicos do espaço urbano, como melhorias nas condições de saúde, educação nas escolas e creches e nos serviços públicos em geral (PINTO, 2003).

Em 1980, as mulheres brasileiras continuavam a lutar contra a falta de serviços, os baixos salários, o desemprego e a pobreza urbana. Para Gisela Damián (1994), dessa forma, as mulheres mais pobres incorporaram a luta das mulheres ao movimento popular, a partir de demandas que surgem de suas formas peculiares de exploração e opressão, criando, assim, seus próprios espaços de discussão e novas formas de organização e luta.

Como observou José Alves *et al* (2019), a história de luta e participação das mulheres na vida pública e política pode ser observada sob os aspectos das mudanças sociais, culturais e políticas das sociedades. “As conquistas femininas aconteceram em função da força e da determinação das mulheres e do movimento feminista, que contribuíram para as transformações sociais” (2019, p. 16).

As conquistas femininas por igualdade de direitos e oportunidades nos âmbitos da sociedade, sejam eles trabalhista, eleitoral, civil e/ou constitucional, possibilitaram às mulheres brasileiras conquistas em diferentes níveis.

Obtiveram o direito de voto em 1932; passaram a ser maioria da população a partir da década de 1940; atingiram a maioria do eleitorado em 1998; reduziram a taxa de mortalidade, elevaram a esperança de vida e já vivem, em média, sete anos acima da média masculina; ultrapassaram os homens em todos os níveis educacionais; aumentaram as taxas de participação no mercado de trabalho, diminuíram os diferenciais salariais e são maioria da população economicamente ativa (PEA) com mais de onze anos de estudo... e à presidência da República (Dilma Rousseff, nas eleições de 2010) (ALVES *et al*, 2019, p. 16)

A evolução dos direitos das mulheres ao longo dos anos, concomitantemente às lutas pela igualdade de fato – que ainda não foi concretizada –, acontece em cada norma, em cada lei, em cada mudança social e em cada inserção da igualdade de gênero na formulação de políticas públicas.

1.4.1 Mulheres, Movimentos Sociais Urbanos e Políticas Públicas

As cidades do Brasil, em sua evolução histórica, têm sido espaços de lutas e disputas por terra, por direitos, por moradia digna, por melhores condições da vida e por trabalho (HEIN & SANCHES, 2020).

A rápida expansão das cidades, a partir de 1950, fez com que a população de baixa renda se deslocasse para áreas afastadas do centro, acelerando um padrão periférico de crescimento urbano baseado na autoconstrução de moradia em loteamentos irregulares, clandestinos ou em favelas, e destituído de serviços básicos (KOWARICK & BONDIKI, 1988).

As décadas seguintes, entre 1970 e 1980, foram marcadas pelo surgimento e crescimento dos movimentos urbanos populares nas grandes cidades, que reivindicavam necessidades mínimas e concretas como a “luta pela terra; o direito de participação popular nas tomadas de decisões do território vivido; o direito à cidade e à moradia digna; e a busca constante por melhores condições de vida e trabalho” (HEIN & SANCHES, 2020, p. 09).

De acordo com Lúcio Kowarick e Nabil Bonduki (1988), os movimentos urbanos populares sugeriram em decorrência do padrão periférico de crescimento urbano, que levou o trabalhador a morar na periferia. Para estes autores,

Ser proprietário de uma casa na periferia tornou-se uma aspiração que era realizada pela família auto construtora, mas a obtenção de serviços e equipamentos básicos dependia de um esforço coletivo que agregasse os moradores dos bairros desprovidos: dispor de serviços mínimos que fazem o urbano diferir do rural passou, então, a ser percebido como direitos básicos de cidadania por parte de moradores das periferias desprovidas que se aglutinavam e lutavam por benefícios públicos (p. 142).

Foi devido à ausência do direito a moradia que os movimentos sociais, como sujeitos coletivos, buscaram a conquista dessa política. No processo de luta de construção da cidade como direito de todos, os movimentos sociais, a partir dos anos

1980, tornaram-se o sujeito central das reivindicações por melhorias nas áreas urbanas, sendo, para Alessandra Sales e Iraídes Torres (2017), a luta por moradia a mais organizada nas grandes cidades.

A demanda por habitação vai fazer com que, na década de 1980, se criem os principais movimentos de organização da luta por moradia no Brasil, dentre eles: a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e a Central de Movimentos Populares (CMP). A ação desses movimentos sociais urbanos pauta, desde então, a luta por moradia no Brasil, com destaque para a participação das mulheres nas lutas por moradia; educação básica, como creches e escolas; infraestrutura urbana, como iluminação, água e posto de saúde. Para Alessandra Sales e Iraídes Torres (2017), são as mulheres que dão visibilidade às diversas desigualdades das quais são as grandes vítimas. Nas reivindicações urbanas, segundo as autoras,

as mulheres sempre estiveram presentes, em sua grande maioria, como sujeitos ativos e combatentes nas manifestações e nas lutas. Nas ocupações de terra, são elas que desafiam o poder da propriedade e dos aparelhos institucionais, tornando-se responsáveis pela produção do barraco, pelo levantamento e manutenção da estrutura básica de sobrevivência da ocupação, e, que por isso mesmo, são elas que enfrentam a repressão policial (SALES; TORRES, 2017, p. 06).

Diane Helene pontua que “as mulheres são, em geral, a maioria dos grupos que constituem os movimentos sociais. Ademais, a maior parte delas é visivelmente composta de mães e, entre elas, muitas mães monoparentais (mães solteiras)” (2019, p. 963).

No contexto de luta e mobilização, as mulheres participaram na construção de políticas públicas, não só no Brasil, senão no mundo todo. Os desafios dessas políticas foram retratados nos compromissos e acordos de quatro Conferências Mundiais sobre Mulheres e em três Conferências das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (HABITAT I, II e III). Os principais destaques dessas conferências foram:

- 1) A I Conferência Mundial da Mulher aconteceu na Cidade do México, em 1975. Esse ano foi o escolhido como o Ano Internacional da Mulher. A ideia era alertar a comunidade internacional sobre “a igualdade plena de gênero e a eliminação da discriminação por razões de gênero, a plena participação das mulheres no

desenvolvimento e maior contribuição das mulheres para a paz mundial” (ONU MULHER, s.d.).

Como resultado da I Conferência Mundial da Mulher, foi elaborado um Plano de Ação e a Declaração do México sobre Igualdade das Mulheres e sua Contribuição para o Desenvolvimento e a Paz. Segundo Tathiana Guarnieri (2010, p. 08), o Plano de Ação tem como objetivos gerais:

promover a igualdade entre homens e mulheres, assegurando a integração e contribuição das mulheres no esforço do desenvolvimento e da paz mundial. Esses objetivos incluíam propostas de ação nacional e internacional para o acesso igualitário das mulheres à educação, treinamento, emprego e participação política, além de melhorias nos serviços de saneamento básico, saúde, moradia, nutrição e planejamento familiar.

O Plano de Ação pediu a criação de uma convenção que abordasse a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres. Em dezembro de 1979, foi elaborada a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher, conhecida por CEDAW. A assinatura formal da Convenção ocorreu em 1980, durante a II Conferência Mundial das Mulheres.

2) A II Conferência Mundial da Mulher aconteceu na Cidade de Copenhague (Dinamarca), em 1980. Seu objetivo foi analisar os progressos alcançados a partir das propostas implementadas na Conferência do México e atualizar o Plano de Ação. Os temas prioritários foram o “acesso à educação, oportunidade de emprego, e serviços de saúde das mulheres” (ONU MULHER, s.d). A Conferência abordou outras medidas, como o direito da mulher em relação à herança, guarda dos filhos e nacionalidade (ONU MULHER, s.d).

3) A III Conferência Mundial da Mulher foi realizada em 1985, na Cidade de Nairóbi (Quênia). O objetivo foi realizar a revisão dos compromissos propostos na I e II Conferência e elaborar um novo guia para os próximos 15 (quinze) anos (GUARNIERI, Tathiana, 2010).

Foi durante a III Conferência Mundial das Mulheres que houve o reconhecimento de que “todos os problemas humanos eram também problemas das mulheres, e assim, elas teriam direito legítimo de participação no processo de tomada de decisões, e na gestão de todas as questões humanas” (RUBIN, 2012, p. 63). Compreendeu-se a partir dela que também que era necessário abordar temas em áreas como violência, pobreza, saúde e educação de mulheres e crianças (RUBIN,

2012).

4) A IV Conferência Mundial da Mulher teve como tema principal a “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz” (ONU MULHER, s.d). Foi realizada em Beijing, na China, em 1995. A Conferência marcou “o reconhecimento definitivo do papel econômico e social da mulher, através do princípio da universalidade dos direitos humanos e o respeito à especificidade das culturas” (RUBIN, 2012, p. 63). Para contribuir para a autonomia e não discriminação das mulheres, foram destacadas 12 áreas críticas onde avançar para o desenvolvimento e ampliação da igualdade de gênero. São elas:

1. A carga persistente e crescente de pobreza que recai sobre a mulher;

2. O acesso desigual da mulher às oportunidades educacionais e a insuficiência destas;

3. As desigualdades no estado de saúde e ao acesso aos serviços de atenção à saúde e o caráter inadequado destes;

4. A violência contra a mulher;

5. Os efeitos dos conflitos armados e outros tipos sobre a mulher;

6. A desigualdade no acesso e na participação da mulher no que concerne à definição de estruturas e políticas econômicas e os processos de produção;

7. A desigualdade entre homens e mulheres na participação do poder e na tomada de decisões em todos os planos;

8. A insuficiência de mecanismos existentes em todos os planos para promover o avanço da mulher;

9. A falta de consciência dos direitos humanos da mulher reconhecidos internacionalmente e nacionalmente, e a falta de compromisso em prol desses direitos;

10. A insuficiência na divulgação dos meios de comunicação para promover a valiosa contribuição da mulher para a sociedade;

11. A falta de reconhecimento suficiente à contribuição feminina na gestão dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, e a falta de apoio adequado a esta contribuição;

12. Direitos das meninas

(RUBIN, 2012, p. 63 *apud* ICIEG, 2010b).

A análise prévia das 4 (quatro) Conferências Mundiais das Mulheres (CMMs) mostra a evolução dos temas a serem tratados sob a perspectiva de gênero. Todas as Conferências tinham como tema central igualdade, desenvolvimento e paz, e, em cada Conferência, foram priorizados subtemas que evidenciavam o avanço e complexificação das reivindicações femininas.

Para Tathiana Guarnieri (2010, p. 07), as CMMs

Refletiam o fortalecimento do movimento feminista no mundo e consolidava o entendimento do feminino em sua forma coletiva, pela conscientização do compartilhamento dos problemas e dificuldades por diferentes mulheres de diferentes partes do globo. Seguiu-se, com isso, para a superação da dicotomização entre “público” e “privado” nas questões de gênero. Era a transformação do “individual” em “coletivo” que fornecia agora as bases do movimento feminista.

No ciclo de Conferências da ONU sobre temas sociais, houve também as Conferências das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, organizada a cada 20 anos. O Habitat I (1976), realizado em Vancouver (Canadá); Habitat II (1996), em Istambul (Turquia); e Habitat III (2016), em Quito (Equador).

O Habitat I teve as diretrizes da habitação e moradia agregada a perspectivas dos assentamentos humanos. A Conferência teve como resultado a Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos e a criação da ONU-HABITAT.

A Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos e o Plano de Ações são as primeiras diretrizes específicas nos tratamentos das questões urbanas elaboradas pela ONU-HABITAT. Para Any Ivo (2016, p. 162), a Conferência “reconhece o crescimento das cidades e o processo de urbanização em grande escala, somados à ausência e/ou à fragilidade dos instrumentos de planejamento” nos assentamentos humanos. Para Ana Carbonari,

Em termos gerais, são as condições de vida nesses assentamentos que devem ser melhoradas, destacando-se a saúde, emprego, educação, higiene, água, energia, alimentação e moradia ou abrigo. Nos termos do artigo 3º da Declaração, “Moradia e serviços urbanos adequados são um direito humano básico, o qual coloca como obrigação dos governos assegurar a sua realização para todas as pessoas” (CARBONARI, 2017, p. 20 *apud* ONU, 1976).

Como resultado da Conferência, foi aprovado o Plano de Ação, que foi consenso entre os 132 Estados presentes. O documento nomeia 64 recomendações em 6 distintas categorias dentro da lógica da urbanização das cidades, sendo elas: Políticas e Estratégias Territoriais; Planejamento Territorial; Habitação, Infraestrutura e Serviços; Terra; Participação Pública; Instituições e Gestão (GALIZA, 2019).

Após 20 anos, foi realizada a Habitat II, em Istambul, com tema principal “*Moradia adequada para todos e desenvolvimento de assentamentos humanos sustentáveis em um mundo em processo de urbanização*”. Esse tema teve como

objetivo atender às necessidades específicas dos “grupos sociais e demográficos que assumem prioridade da atenção pública, aos quais se associa também a construção de assentamentos humanos sustentáveis” (IVO, 2016, p. 163).

Portanto, de acordo com Any Ivo (2016, p. 167), esses assentamentos humanos “traduzem-se em alvos de superação da pobreza, em atenção a segmentos específicos da população, como mulheres, crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência, e também os indígenas e os grupos em situação de vulnerabilidade e pobreza”.

Como resultado da II Conferência, foi criada a Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos e a Agenda Habitat. O documento da Declaração é uma atualização e complementação dos compromissos assumidos na HABITAT I, em Vancouver. Destacam-se:

a interdependência do desenvolvimento urbano e rural; as necessidades especiais das mulheres, crianças e jovens; a moradia adequada como uma necessidade essencial a ser progressivamente realizada; a garantia do funcionamento do mercado de forma eficiente e social e ambientalmente racional, melhorando o acesso à terra e ao crédito, de sorte a tornar a moradia acessível àqueles que estão excluídos do mercado de habitação; medidas de proteção ao meio-ambiente (CARBONARI, 2017, p. 22 *apud* ONU, 1996).

Em outubro de 2016, na cidade de Quito, no Equador, ocorreu a Habitat III, com a proposta de mudança para uma Nova Agenda Urbana, baseada em renovar os compromissos políticos dos Estados sobre o tema do desenvolvimento urbano sustentável, considerando o combate à pobreza; segregação e isolamento; violência extrema e discriminação; xenofobia e racismo; falta de acessibilidade habitacional e serviços básicos (NACIONES UNIDAS, 2012).

Da primeira Conferência Mundial da Mulher, no México, passando pela Conferências das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, em Vancouver, depois por Copenhague, Nairóbi, Beijing, Istambul e Quito, muitas discussões e aprofundamento de propostas decorreram nesses encontros em prol da inserção de demandas femininas, crianças e pessoas mais pobres, que culminaram em grandes avanços no Brasil e no Mundo.

No Brasil, com base nas Conferências Mundiais, sobretudo na Conferência de Beijing, de 1995, constituiu-se, ao longo desses anos, uma agenda relacionada à questão de gênero, com diversas diretrizes no campo das políticas públicas. Uma delas refere-se ao acesso ao poder político e à autonomia das mulheres, definida

pelas agências internacionais como *empoderamento*. Ou seja, a criação de condições de autonomia para as mulheres, envolvendo, portando, mudanças nas relações de poder (CAMPOS, Mariana, 2019).

No campo das políticas públicas, as mulheres tiveram a conquista das demandas por moradia, que ocorreu a partir da criação de um sistema próprio de política habitacional, que deu origem à criação do *Programa Minha Casa, Minha Vida* (PMCMV). O PMCMV foi reconhecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma política habitacional bem-sucedida no que se refere à garantia do direito a moradia de grupos historicamente excluídos, notadamente as mulheres, uma vez que estaria pautado em uma perspectiva interseccional, ou seja, o caso das mulheres negras, indígenas, migrantes e de baixa renda (SILVA, 2021).

Entendemos que as Conferências realizadas pela ONU, aqui citadas, mobilizaram diferentes setores e instâncias da sociedade. A exemplo disso, as agências internacionais, os governos nacionais, os governos locais, os movimentos sociais e os movimentos de mulheres e/ou feministas que atuam, principalmente, na defesa dos direitos de pessoas mais vulneráveis de nosso país, como são as mulheres trabalhadoras de baixa renda e moradoras das periferias urbanas.

O envolvimento dos diferentes governos e do poder público na oferta habitacional para a população de baixa renda no Brasil é o objetivo da análise do próximo capítulo.

**CAPÍTULO II - POLÍTICAS HABITACIONAIS NO BRASIL: A OMISSÃO
HISTÓRICA DO ENFOQUE DE GÊNERO E SEUS DESDOBRAMENTOS**

O objetivo deste capítulo é analisar as políticas habitacionais que, historicamente, o Estado brasileiro tem implementado, para contextualizar as bases da elaboração do programa de habitação social: *Programa Minha Casa Minha Vida* (PMCMV), em 2009.

2.1. A Política de habitação social no Brasil

A questão da habitação da população de baixa renda no Brasil surge como “problema” no século XIX, segundo apontam os estudos sobre o tema (ALMEIDA, 2007). Na época, a falta de moradia e as condições gerais de habitabilidade da população pobre contradiziam as pautas de higiene, de ordem, de moralidade e de economia que se tratavam de impor como sinônimos de progresso e civilidade.

Segundo Nabil Bonduki (2014), com o mercado de trabalho livre, concomitantemente ao crescimento populacional nas grandes cidades brasileiras da época, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belém do Pará e Recife, algumas ações do poder público na questão da habitação para a população trabalhadora de baixa renda foram iniciadas muito timidamente.

Segundo o autor, a política de habitação social no Brasil pode ser dividida em 5 (cinco) períodos: 1º período, que teve início em 1889 e foi até 1930, quando se reconhece a falta de habitação ou habitação adequada para as famílias de trabalhadores de baixa renda como um problema público; 2º período, de 1930 a 1964, que sinaliza o início da habitação social no Brasil com algumas ações públicas; 3º período, entre 1964 e 1986, quando teve início a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), facilitando a construção de um expressivo número de unidades habitacionais em conjuntos habitacionais; 4º período, que vai de 1986 a 2002, que, para Bonduki (2014), seria o período de transição entre a extinção do BNH e a criação do Ministério das Cidades, em 2003 – tempo de ausência de uma política federal de habitação; e, por fim, o 5º período, fase em curso, caracterizada pela aprovação do Estatuto da Cidade (2001), a criação do Ministério das Cidades (2003), a formulação de uma nova Política Nacional de Habitação (2004) e do Plano Nacional de Habitação (2008).

A *primeira fase da política habitacional* do Brasil ocorreu a partir do crescimento urbano do país. Nas cidades, instalou-se um mercado de trabalho e mão de obra que atraiu trabalhadores e trabalhadoras rurais obrigadas a morar em um

ambiente “novo”: o urbano (BLAY, 1978). Para essas novas famílias moradoras, a cidade oferecia poucas alternativas habitacionais, concentrando-se, principalmente, em casas de cômodos¹⁸, cortiços, vilas operárias, conjuntos de casas geminadas, mini palacetes de edificação seriada e outros.

Os cortiços eram construções de baixo investimento para os proprietários, uma vez que

o terreno podia ser pequeno, mal localizado e situado em áreas alagadiças; as exíguas construções eram executadas com material da pior qualidade e a ausência de instalações hidráulicas reduzia significativamente os custos (BONDUKI, 2014, p. 26).

Com a precariedade de sua construção e sua condição de insalubridade, os cortiços passaram a representar um perigo para a saúde pública (SILVA, 1989). Dessa forma, os cortiços eram vistos pelos setores das elites como locais de moradia com vários problemas para a sociedade, por não se adequarem aos padrões de higiene desejados. Segundo Maria Silva (1989) e Caliane Almeida (2007), as críticas realizadas às habitações das famílias trabalhadoras pelas classes altas da sociedade brasileira na época referiam-se:

aos materiais utilizados, essencialmente à madeira, que conservavam a umidade no espaço interno das residências; à escassez de ventilação e iluminação nesses ambientes, devido ao reduzido número, ou até mesmo à inexistência, de aberturas para o exterior; à proximidade das construções que comprometia a circulação do ar; à promiscuidade, originada pela convivência de grande quantidade de pessoas de diferentes sexos e idades numa mesma residência; e à poluição ocasionada pelos resíduos eliminados pelas indústrias, que impregnavam as moradias e a água consumida, originando doenças (ALMEIDA, 2007, p. 25).

Além dos cortiços, também existiam as denominadas vilas operárias¹⁹, que se destinavam aos trabalhadores qualificados e à classe média (SILVA 1989). Nas vilas operárias, apenas as famílias de trabalhadores, com membros com alguma qualificação, conseguiam pagar o aluguel, como o caso dos funcionários públicos, comerciários e outros assalariados de maior renda. Também existiam as vilas operárias das empresas. Era comum que empresários conseguissem vantagens ao

¹⁸ Os trabalhadores que eram mal remunerados e não tinham capacidade de pagar aluguel de uma casa saudável acabavam residindo em moradias coletivas, denominadas de cortiços, cabeça de porco ou casas de cômodos. Os cortiços são uma sequência de pequenas habitações ou cômodos insalubres, sem instalações sanitárias e localizadas em áreas próximas ao centro das cidades (BONDUKI 2014).

¹⁹ As vilas são um conjunto de casas simples, higiênicas, salubres e moralmente recomendadas, construídas para serem alugadas a alguns trabalhadores da cidade (BONDUKI, 1988).

alugar moradia aos seus operários, como o pagamento de aluguel garantido. Este era descontado na própria folha, o que representava salários menores e o trabalho de vários membros da família, além da fidelidade dos trabalhadores e trabalhadoras, pois a demissão implicaria na perda da casa. Para Eva Alterman Blay (1985, p. 11),

A vila operária, ou a casa na vila operária, constitui o elemento mediador entre a venda da força de trabalho e o preço pago por esta força. Quando a casa é ofertada ao trabalhador, ela passa a interferir nas relações de produção. Ela tem, ao lado do valor de uso, um valor de troca. Mas, se percebemos com relativa clareza como a casa é usada pelo capital, desconhecemos como concretamente ela foi e é usada no ajustamento das relações de produção. Por outro lado, desconhecemos inteiramente a avaliação que o operário faz de uma casa quando ela é introduzida como um dos componentes de sua relação com a fábrica.

Outra forma de moradia na gênese da habitação popular urbana, descrita por Bonduki (2014), foram as vilas particulares. Estas eram pequenos conjuntos de casas geminadas até constituírem maiores núcleos. Caracterizavam-se por não ter nenhum tipo de equipamento coletivo e eram destinadas aos funcionários das empresas promotoras. Esses empreendimentos visavam, novamente, à renda da locação por parte dos empresários. Foram construídos no Brasil tanto por pequenos investidores como por grandes empresas construtoras.

Esse conjunto de condicionantes mostra como a fase que dá início à política habitacional do país foi marcada por avaliação, levantamento e constatação da precariedade e insalubridade das moradias urbanas das famílias trabalhadoras e pelo reconhecimento da habitação social como um problema público. Mesmo com o reconhecimento do problema habitacional, Bonduki (2014) analisa que

o poder público acabou por ter uma presença insignificante no enfrentamento do problema, limitada a ações tímidas, como favorecer, com isenções fiscais, a produção rentista privada, e a exercer o poder de polícia sanitária (2014, p.13).

O *segundo momento*, que teve início em 1930 e se estendeu até 1964, foi marcado pela ascensão do governo de Getúlio Vargas e pelo surgimento da habitação social no Brasil. A habitação passou a ser vista como uma

política de desenvolvimento instituída pelo então presidente, que possuía como um dos principais vieses a industrialização do país. Por essa ótica, a moradia destinada aos trabalhadores tornou-se fator primordial para a reprodução da força de trabalho (ALMEIDA, 2007, p. 69).

Nesse período, o governo passou a intervir nos aspectos da vida econômica do país. Segundo Bonduki (2014), isso foi feito atendendo tanto ao processo de produção como ao mercado de locação habitacional. O que acabou com a tendência de deixar questões como a construção, comercialização, financiamento e locação habitacional ao livre mercado. As estratégias governamentais pretendiam garantir melhores condições de vida e de habitação para os trabalhadores urbanos (KOWARICK & BONDUKI, 1988).

Para isso, segundo mostram os estudos, uma das medidas propostas foi o acesso a moradia baseado no auto-emprego da casa própria. Isso sempre em assentamentos precários e periféricos, em favelas e ocupações urbanas. As famílias trabalhadoras de baixa renda passaram a habitar de forma massiva e concentrada em favelas e em loteamentos periféricos distantes, de difícil acesso e praticamente sem nenhum equipamento urbano, além de edificarem eles mesmos suas moradias nas horas livres, na perspectiva de obterem a “casa própria”, como relatam os autores consultados (KOWARICK & BONDUKI, 1988; BLAY, 1985; RODRIGUES, 2003).

O fato de ter acesso à compra do terreno permitia às famílias iniciarem a construção da casa própria. Como descreve Arlete Moysés Rodrigues, as famílias começam a construir suas casas “através de um processo longo e penoso, calcado na cooperação entre amigos e vizinhos ou apenas na unidade familiar” (RODRIGUES, 2003, p. 30).

Segundo a autora (2003, p.31),

A construção é realizada nos fins-de-semana e em parte das férias. O ritmo da construção depende do “tempo livre”, do dinheiro disponível para a compra do material de construção e da contratação eventual de um trabalhador especializado para determinadas etapas da construção.

Essas alternativas habitacionais encontradas pela população mais precarizada social e economicamente têm em comum também a precariedade das moradias. Seu tamanho é reduzido, a qualidade dos materiais utilizados para a construção é baixa, os projetos de edificação são defeituosos e improvisados e, além disso, faltam serviços básicos urbanos como luz, água, esgoto, coleta de lixo, pavimentação, escola, atividade de lazer e outros de qualidade (SILVA, 1989).

Para Maria Silva (1989), essa tentativa foi apenas uma “*solução locacional*” que, normalmente, acarretou problemas para os moradores, como é o dispêndio de muitas horas no percurso entre o local de residência das famílias, sua moradia, e os

locais de emprego. As longas distâncias somadas ao precário sistema de transporte coletivo de grande parte das cidades brasileiras torna a jornada de trabalho mais exaustiva do que ela já é, precarizando a vida “fora do trabalho” dessas famílias (SILVA, 1989).

Outro aspecto importante para compreender a problemática da habitação no espaço urbano no segundo período do século XX é o aumento expressivo do crescimento populacional, que propiciou o início da construção dos conjuntos habitacionais. Segundo Nabil Bonduki (2014, p. 41), nesse período, “a produção e o financiamento de unidades habitacionais promovidas pelo Estado alcançaram quase 175 mil unidades” em todo o país. As unidades habitacionais, inicialmente, foram construídas por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs)²⁰, criados na década de 1930.

Todavia, segundo Caliane Almeida (2007), a atuação dos IAPs representou uma “política social incompleta”. Sua crítica recai no fato de que somente quem tinha direito de financiar uma unidade habitacional ou um terreno, ou adquirir empréstimos junto as Carteiras Prediais dos Institutos, eram os trabalhadores associados, ficando a população de mais baixa renda excluída desse processo. Ao não priorizar de modo algum as famílias de rendas mais baixas, a política permitiu e propiciou benefícios a quem realmente não tinha necessidade básica de habitação social.

Autores como Nabil Bonduki (1994) e Caliane Almeida (2007) denunciam que a limitação de atuação dessa política ocorreu devido ao preconceito com os moradores das favelas e áreas de ocupações ilegais. Essas famílias de trabalhadores e trabalhadoras foram consideradas pelos representantes do poder público como “marginais”. Isso justificava a sua exclusão plena da proteção do Estado e, pela ótica dos IAPs, exclusão do direito de serem beneficiadas por programas habitacionais (BONDUKI, 1994; ALMEIDA, 2007).

Contudo, nessa fase, os autores defendem que os IAPs exerceram um importante papel no que se refere à concepção de moradias em todo o país. Em decorrência de sua origem, alargou-se a atuação do Estado na produção direta de

²⁰ Os IAPs eram organizados de forma corporativa, divididos por categoria profissional, dentre elas: marítimos (IAPM), industriários (IAPI), bancários (IAPB), comerciários (IAPC), condutores de veículos e empregados de empresas de petróleo (IAPETEC) e estivadores (IAPE). Os IAPs tinham por objetivo, primeiro, garantir aposentadoria e pensões à previdência social, seguido do atendimento à saúde, vindo, por último, as inversões imobiliárias, em que estava incluída a possibilidade de produzir e financiar moradias para os associados dos institutos (BONDUKI, 2014).

conjuntos habitacionais, e iniciou-se o financiamento de moradias para famílias trabalhadoras, mesmo não sendo elas as mais empobrecidas.

A partir de 1946, o Brasil conheceu a primeira política nacional de habitação, com a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), primeiro órgão estatal em nível nacional voltado para a produção de moradias populares (BONDUKI, 2014).

A Fundação Casa Popular (FCP), objetivou criar uma entidade que ajudasse a reduzir o déficit habitacional. Isso seria possível através da aquisição ou construção de moradias ligadas à habitação de interesse social para atender a demanda da população trabalhadora de modo geral, ou seja, incluindo os trabalhadores informais. Segundo Caliane Almeida (2007), a produção habitacional da FCP foi destinada, principalmente, aos trabalhadores pobres sem emprego regular.

A FCP tinha como proposta a edificação de unidades habitacionais de baixo custo com prestações fixas, construídas em terrenos ou glebas doadas pelos municípios. Portanto, priorizava a construção de casas, e as prefeituras ficavam com a responsabilidade de implantar a infraestrutura e os equipamentos sociais para a população, o que, muitas vezes, não foi executado. No âmbito da FCP, foram produzidos 143 conjuntos habitacionais em todo país, com o total de 19.156 unidades habitacionais, enquanto os Institutos construíram 127.195 unidades habitacionais, como mostra a Tabela 3. Do ponto de vista quantitativo, especificamente, a produção da FCP correspondeu a um décimo das habitações sociais concebidas pelos IAPs.

TABELA 3 - PROMOÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS POR ENTIDADES PÚBLICAS –BRASIL (1930-1964)

Órgão Promotor	Conjuntos Residenciais		Construção ou aquisição	Total
	Unidades Projetadas	Unidades Construídas	Financiamento para construção ou aquisição	Financiadas/ Construídas
IAPs	80.158	50.989	76.206	127.195
FCP-Fundação da Casa Popular	20.278	19.156	-	19.156
DHP -Departamento de Habitação Social	2.881	755	-	755
Outros órgãos regionais	10.519	5.954	-	5.954
Áreas residenciais das cidades novas	24.700	22.000	-	22.000
TOTAL GERAL	138.536	98.854	76.206	175.060

Fonte: Bonduki (2014, p. 50)

Segundo Bonduki (2014), do ponto de vista qualitativo, a produção dos conjuntos habitacionais destaca-se pelo nível dos projetos e pela importância na abrangência em várias cidades brasileiras. Assim, para o autor, o resultado da produção habitacional:

[...] mostra que o país teria condições, nos anos 1940, para implementar uma massiva produção habitação social, de excelente qualidade, se não capaz de atender às necessidades da população de baixa renda, ao menos para limitar e conferir um outro padrão de qualidade ao incontrolável processo de favelização e periferação que tomou conta das principais cidades brasileiras (BONDUKI, 2014, p. 50).

O *terceiro período da política de habitação social*, segundo relatam os estudos, foi marcado pelo intenso processo de periferação das moradias populares. Isso foi devido à política de produção de habitação do Banco Nacional de Habitação (BNH), instaurado pelo golpe militar de 1964 e que se estende até 1986. Contudo, para Nabil Bonduki (2014, p. 64), esse “período foi o único – pelo menos até o início do século XXI – em que o país teve, de fato, uma Política Nacional de Habitação”.

Em 1967, foi criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que passou a garantir uma fonte estável de recursos a baixo custo, para, assim, viabilizar o investimento em habitação social. Essa fonte de recurso somou-se ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), criado em conjunto com o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Segundo Maria Silva (1989, p. 49), o BNH apresentou-se como a primeira grande proposta social do Governo Militar e tinha como objetivo a busca de legitimação social dos militares no governo, “tendo a pretensão de se mostrar receptivos as necessidades do povo”. Além da busca da legitimação do novo governo, o plano habitacional visava criar um clima de “estabilidade social” e de “ordem” no país. Pois, segundo a autora, a ideologia da casa própria tinha como objetivo também o de criar sentimento de pertinência. Isso poderia transformá-lo em instrumento de manutenção da ordem social, almejada pelos militares sob seus comandos. Outra das metas do plano era atenuar a crise econômica que vivenciava o país, por meio da geração de novos empregos e da dinamização da indústria de materiais de construção e da construção civil.

Os resultados quantitativos obtidos pela política habitacional, em 22 anos, foram significativos: o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) financiou a produção

de 4.271.562 de unidades, das quais 2.372.991 destinadas à habitação popular, com recursos do FGTS; e 1.898.571 de unidades habitacionais para a classe de renda média, com recurso do SBPE, como demonstra a Tabela 4.

TABELA 4 - PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS POR PERÍODOS - BRASIL (1964 – 1986)

Período	Presidente	Habitação popular	SBPE	Total Geral
1964 - 1969	Castelo Branco e Costa e Silva	304.845	120.469	425.314
1970 - 1974	Garrastazu Medici	233.962	326.146	560.108
1975 - 1979	Ernesto Geisel	802.919	400.108	1.203.027
1980 - 1984	João Figueiredo	925.223	972.366	1.897.589
1985 - 1986	José Sarney	106.042	79.482	185.534
TOTAL		2.372.991	1.898.571	4.271.562

Fonte: BONDUKI, 2014

Apesar do expressivo número de unidades habitacionais construídas nesse período, esse volume ficou muito aquém das enormes necessidades geradas pelo processo de urbanização nas cidades brasileiras e as desigualdades sociais que esse processo potencializou.

Com o fim do BNH (1986), o desequilíbrio do SFH e a redemocratização das instituições políticas, teve início o *IV período*. Essa fase é marcada pela criação do Ministério das Cidades, em 2003, e ausência de uma política federal de habitação. Os programas habitacionais passaram a ser promovidos pelos estados e municípios, financiados com fontes alternativas do SFH.

A construção dos novos paradigmas nas políticas urbana e habitacionais foi baseada nos princípios: função social da propriedade; direito a habitação digna; direito à universalização do acesso ao saneamento básico; direito a transporte público de qualidade; e direito à gestão democrática da cidade.

No entanto, a construção e o financiamento habitacional nesse período ficaram ainda mais limitados. Concomitantemente, as condições de moradia dos mais pobres se agravaram, e o déficit habitacional aumentou em todo país. Em consequência, as favelas e outras formas de assentamentos precários passaram a crescer nas cidades.

O V período teve início no século XXI e representa a atual fase da política habitacional no país, segundo a classificação cronológica de Nabil Bonduki. Nessa fase, alguns acontecimentos se destacam, dentre eles: a inclusão do direito a moradia na Constituição, no ano de 2000; a aprovação do Estatuto da Cidade, no ano de 2001; a criação do Ministério das Cidades, em 2003; a formulação de uma nova Política Nacional de Habitação (2004) e do Plano Nacional de Habitação (2008) (BONDUKI, 2014).

É nesse período que, pela primeira vez, desde os tempos do BNH, conta-se com recursos suficientes para desenvolver programas no âmbito da habitação social, possibilitando um impacto muito mais forte no déficit habitacional dos setores de baixa renda. Podemos destacar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado no ano de 2007, que teve como objetivo implementar grandes obras de infraestrutura, dentre elas um programa de caráter social de inclusão territorial: *Programa Minha Casa, Minha Vida* (PMCMV).

O PMCMV tornou-se um marco na política habitacional através da produção massiva de moradias. O pacote habitacional do PMCMV foi lançado em 2009 como forma de acelerar as ações do PAC e foi apresentado como uma das principais ações do Governo Federal no primeiro mandato do Presidente Lula, em reação à crise econômica internacional e também como uma política social de grande escala (SHIMBO, 2010).

Da mesma forma que na década de 1980 – quando foram construídas uma grande quantidade de habitações periféricas pelo BNH –, as implantações dos residenciais provenientes dos recursos do PMCMV também são alvo de discussão e crítica, pois continuam sendo construídos em áreas distantes dos centros urbanos. Para Viviane Oliveira (2014), o problema habitacional brasileiro é tratado apenas como a produção da casa, sem um planejamento sobre a localização, infraestrutura e o padrão de moradia. A crítica que lava a autora sobre o PMCMV é a seguinte:

O Minha Casa, Minha Vida é apontado como extremamente positivo do ponto de vista de ser um programa que visa reduzir o déficit habitacional, visto que, mesmo após décadas do fim do BNH, nenhuma outra política exclusiva à construção de novas habitações foi implantada. Porém, algumas falhas, assim como no passado, continuam a se repetir, que é o fato do problema habitacional ser tratado resumidamente como casas a serem construídas, não levando em consideração outros fatores como a proximidade da malha urbana, acessibilidade, qualidade, infraestrutura, entre outros recursos que reconheçam o direito à cidade (OLIVEIRA, 2014, p. 08).

As políticas de habitação no Brasil, ao longo da história, foram implementadas para atender interesses privados (KLINTOWITZ, 2016). Ao longo do século XX e XXI, como mostra a periodização de Nabil Bonduki (2014), assistiu-se a uma forte articulação entre o poder público, o Estado, e diferentes segmentos do setor produtivo. Essa articulação garantiu a priorização de políticas habitacionais voltadas para o crescimento econômico vinculadas ao direito a moradia, até então estruturada através do BNH, e recentemente do PMCMV.

Isso porque morar é muito mais do que ter acesso a uma habitação própria. Morar implica, necessariamente, ter acesso aos direitos que mantenham essa habitação como própria, para si e para o conjunto de familiares residentes e dependentes, sob a responsabilidade do seu titular. Por isso, políticas públicas e programas de habitação, necessários para proporcionar moradia para as famílias com rendas mais baixas, se não garantem a ampliação do acesso a outras necessidades básicas – como a infraestrutura urbana (redes de água e esgoto, iluminação pública, drenagem pluvial, pavimentação, redes de informação etc.) e serviços urbanos (transporte, saúde, educação, coleta de lixo, lazer, cultura, etc.) – perpetuam a precarização da vida das famílias já periféricas.

2.2. Caminhos da política de habitação social em João Pessoa

Para a análise das políticas habitacionais em João Pessoa até o ano de 1963, utilizamos nesta tese o trabalho de João Lavieri e Maria Lavieri (1999), intitulado “*A questão urbana na Paraíba*”, e a dissertação de Ângela Nunes (2008), que tem como título “*A atuação do Montepio na produção Estatal de habitação em João Pessoa de 1932 a 1963*”.

Para o período pós-BNH até 2018, utilizamos as pesquisas de Mariana Bonates (2007), com título “*Ideologia da casa própria... sem casa própria. O Programa de Arrendamento Residencial na Cidade de João Pessoa-PB*”; de Doralice Satyro Maia (2014), intitulada “*Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB*”; e a pesquisa de Eliane Santos (2020), intitulada “*O Programa Minha Casa, Minha Vida e a expansão urbana na zona Sul da Cidade de João Pessoa: Uma análise do Bairro Gramame.*”

Levando em consideração a periodização feita por Nabil Bonduki para a política de habitação social no Brasil, em João Pessoa, a fase inicial (1935 a 1963) representa um momento histórico de ações ainda muito tímidas, com o financiamento de apenas 849 novas moradias em 14 conjuntos habitacionais, como mostra a Tabela 5.

As unidades habitacionais no período foram financiadas pelo IAPs, Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE), FCP e pelo Montepio dos Funcionários Públicos do Estado da Paraíba (BONATES, 2008; LAVIERI & LAVIERI, 1999).

TABELA 5 - CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS EM JOÃO PESSOA ENTRE 1935 E 1963

	Conjuntos Habitacionais	Nº de habitações	Ano de Construção	Localização
1	Vila dos Macacos	35	1935	Tambiá
2	*	30	1940-1950	Torre
3	*	30	1940-1950	Centro
4	*	30	1949	Torre
5	Vila Popular	150	1950	Jaguaribe
6	*	32	1952	Torre
7	Vila dos Motoristas ou José Américo de Almeida	50	1955	Jaguaribe
8	Expedicionários	230	1955	Expedicionários
9	Henrique de La Roque	75	1959	Expedicionários
10	João Goulart	50	1960	Expedicionários
11	Bancários	30	1963	Centro
12	Santa Júlia	35	-	Centro
13	*	40	-	Centro
14	*	32	-	Torre
Total		849		

Fonte: Lavieri & Lavieri (1999) e Santos (2020)

Os conjuntos habitacionais construídos nesse momento histórico foram de pequeno porte, por possuírem poucas unidades habitacionais. As unidades eram financiadas a um público alvo: os funcionários do Governo Estadual da Paraíba. Os conjuntos foram construídos nas imediações do centro urbano da capital, nos bairros

da Paraíba (IPEP), antigo Montepio. Outros agentes foram criados a partir da nova política, como a Companhia de Habitação Popular (CEHAP) e o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (INOCOOP).

A partir da década de 1960, houve grandes intervenções urbanas a nível nacional, em especial, nas áreas de habitação, com a construção de conjuntos habitacionais nas periferias das cidades, infraestruturas e equipamentos urbanos (LAVIERI & LEVIERI, 1999). Na cidade de João Pessoa, houve a intensificação da ocupação do solo urbano, a partir da construção dos conjuntos habitacionais localizados na direção nordeste ao sudoeste-sudeste, como os bairros 13 de Maio, Jardim Luna, Ipês, Pedro Gondim, Cidade dos Funcionários e Castelo Branco, no total de 2.333 (duas mil trezentas e trinta e três) unidades habitacionais, como mostra a Tabelas 6.

Nos anos de 1970 a 1974, com a política nacional de expansão econômica, que incentivava o crescimento da cidade e a valorização do solo, sobretudo em áreas mais valorizadas, houve, na cidade de João Pessoa, um decréscimo do número de moradias construídas em conjuntos habitacionais. Nesse período, foram construídos os conjuntos Castelo Branco II e Castelo Branco III, Costa e Silva e João Agripino, totalizando 2.266 (duas mil duzentas e sessenta e seis) moradias, como apresenta a Tabela 6. Lavieri & Lavieri (1999) destacam que, nesse momento, os financiamentos se voltaram principalmente para a construção de unidades habitacionais isoladas de alto padrão construtivo, proporcionando um adensamento das áreas nobres da cidade na direção norte, com expansão dos bairros Cabo Branco e Tambaú para Manaíra e Bessa.

Entre 1975 e 1979, a expansão urbana de João Pessoa passou a ocorrer de forma mais intensa, com a construção de 4.593 (quatro mil quinhentas e noventa e três) unidades habitacionais em conjuntos habitacionais. Os principais bairros contemplados foram Ernani Sátiro, Brisamar, Cristo, Jardim Luna, José Américo, Ernesto Geisel, Distrito Industrial e o Altiplano Cabo Branco (Tabela 6).

Foi no período de 1980 a 1986 que se intensificou o processo de periferização da cidade, com a construção dos grandes conjuntos habitacionais na região sul-sudeste, com os bairros Bancários, Anatólia, Mangabeira e Valentina, totalizando 20.476 unidades habitacionais. Essas informações podem ser observadas na tabela 6.

TABELA 6 - CONJUNTOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS EM JOÃO PESSOA ENTRE 1967 E 1989

ANO	AGENTES	CONJUNTOS HABITACIONAIS	TOTAL DE UNID. HABITACIONAIS
1967 - 1969	IPASE IPEP CEHAP INOCOOPs	Jardim 13 de Maio Jardim Luna IPES Pedro Gondim Cidade dos Funcionários II Castelo Branco I	2.333
1970 - 1974	CEHAP INOCOOPs	Castelo Branco II Castelo Branco III Costa e Silva João Agripino	2.266
1975 - 1979	IPASE IPEP CEHAP INOCOOPs	Ernani Sátiro Brisamar Cristo Redentor José Américo Ernesto Geisel Distrito Industrial Altiplano Cabo Branco	4.593
1980 - 1986	IPEP CEHAP INOCOOPs	Bancários Anatólia Mangabeira Valentina Bairro das Indústrias	20.476

Fonte: Lavieri & Lavieri (1999), Bonates (2007)

Com base na Tabela 6, elaboramos o mapa de localização dos conjuntos habitacionais construídos na política do BNH, a partir de 1960 a 1986. Eliane Campos (2020) concorda com Luciana Araújo (2006) e Kátia Vale (2018) quando afirma que, nesse período, a produção de moradia reforçou a dinâmica da expansão da cidade, promovendo um processo de periferização.

Para Doralice Sátiro Maia (2014), a política habitacional do BNH não só resolveu o problema da moradia, senão provocou a periferização da população de baixa renda. A segregação espacial concretizou-se nesse período, já que a política de construção de grandes conjuntos habitacionais foi levada a cabo em lugares apartados dos centros da cidade.

Já Marcio Valença reforça que as políticas do BNH contribuíram para a expansão dos limites urbanos, com a construção de grandes conjuntos habitacionais que, por serem, quase sempre, nas periferias das cidades, deixaram grandes vazios urbanos, posteriormente utilizados, “fomentando a especulação imobiliária e marcando um padrão de expansão urbana esparso” (VALENÇA, 2014, p. 343). Esses

conjuntos habitacionais caracterizavam-se pela sua precariedade em infraestrutura básica e serviços urbanos como: falta de pavimentação, saneamento básico, precários serviços de abastecimento de água e de transporte coletivo. Para o autor,

aos poucos e com demora, eram providos pelo Estado, muitas vezes segundo o calendário eleitoral, em movimentos clientelistas, de forma bastante desigual e com pouca coordenação (VALENÇA 2014, p. 343).

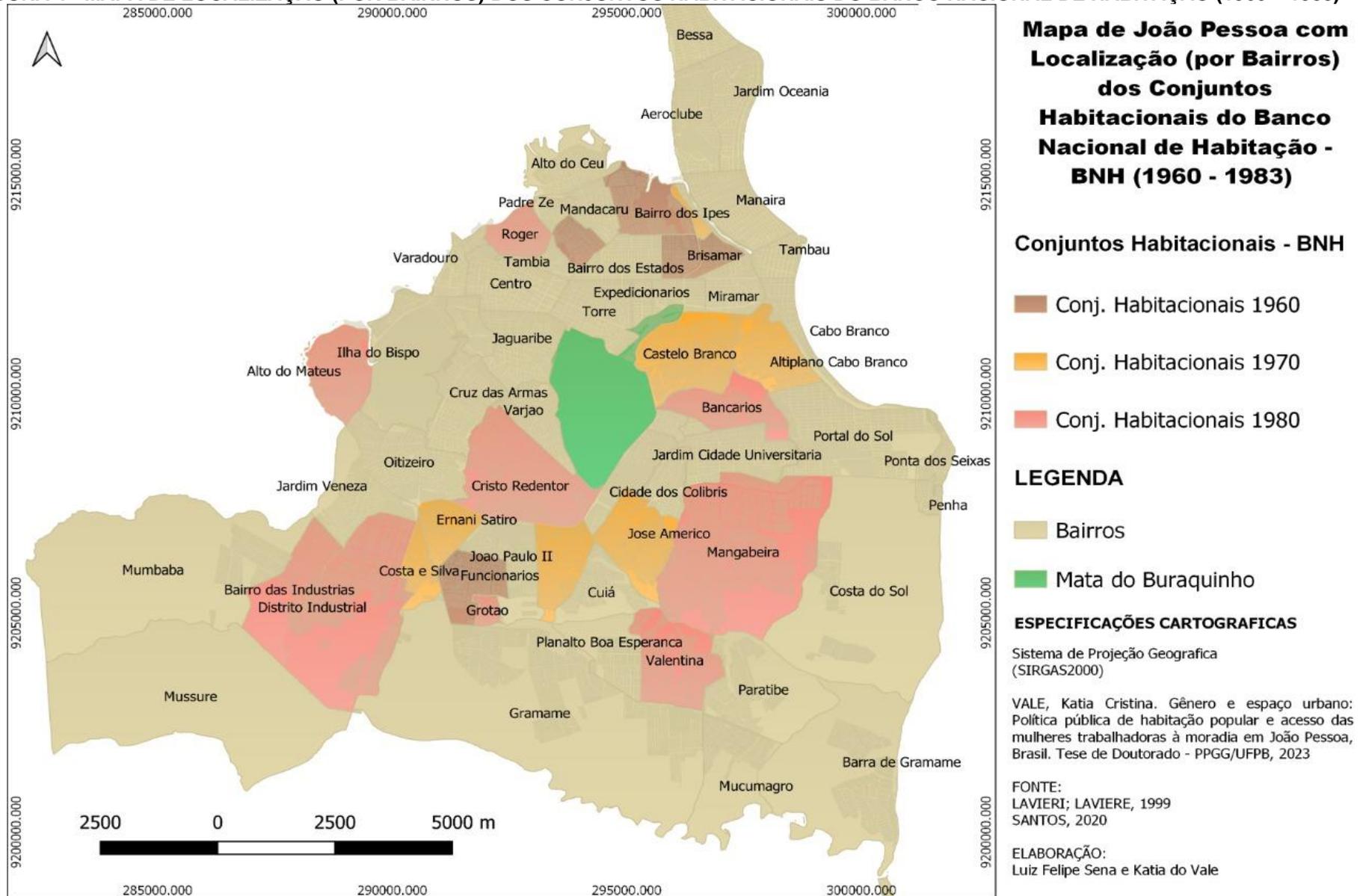
Segundo Mariana Bonates (2007, p. 152), esse fato resultou do sistema de funcionamento da política, já que

encarregava todas as instituições (CEHAP, APASE, IPEP e INOCOOP) apenas da construção das casas e deixava sob a responsabilidade dos órgãos municipais e estaduais a elaboração e execução dos equipamentos comunitários e da infraestrutura.

Conforme Bonates (2007), os anos de 1986 a 1989 foram o período de menor produção habitacional realizada pelos agentes públicos. Em João Pessoa, foram construídas 1.546 unidades habitacionais, distribuídas em 3 (três) conjuntos: Valentina II, Funcionários III e Conjunto Radialistas.

Com o fechamento do BNH, houve uma acentuada queda na construção de novas moradia a nível nacional, e na cidade de João Pessoa não foi diferente. Com o fim do BNH, as atribuições passaram para a responsabilidade do banco público Caixa Econômica Federal (CEF). A CEF financiou, em 1989, 791 novas moradias, distribuídas em 5 (cinco) empreendimentos. Dentre os quais, apenas 1 (um) empreendimento foi financiado com recurso do FGTS (Funcionários IV, com 573 unidades habitacionais) e coordenado pela CEHAP. Os outros 4 (quatro) empreendimentos foram financiados com recursos da poupança (SBPE) e direcionados para a iniciativa privada, sem a intermediação de agentes públicos.

FIGURA 4 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO (POR BAIRROS) DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (1960 – 1983)



A produção de moradias em João Pessoa, a partir de 1990, marca a IV fase da política de habitação e da atuação do estado na construção de novas unidades habitacionais. Mariana Bonates (2007) separa a produção de moradias em agentes públicos (governos estadual e municipal) e agentes privados (Cooperativa Habitacional do Estado da Paraíba e as empresas da construção civil).

Os agentes públicos responsáveis pela construção de moradias para a população de baixa renda são: CEHAP, IPEP, Prefeitura Municipal de João Pessoa e Fundação de Ação Social (FAC). Já os agentes privados participaram da construção de unidades habitacionais por meio do financiamento pela Caixa Econômica Federal (CEF)

No início da década de 1990, com o governo de Fernando Collor e complementação do governo por Itamar Franco, caracterizado por uma política geral de privatização, a produção de habitação social foi representada pela atuação de um único agente público (CEHAP), que promoveu a construção de 2.529 unidades habitacionais de 1990 a 1992 e, no segundo momento, de 1993 a 1994, com construção de 40 moradias.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, a política urbana no Brasil foi deixada para segundo plano. Segundo Márcio Valença (2014, p. 344), “a prioridade foi sempre a estabilidade econômica e o avanço da reforma do Estado com mais privatizações, abertura comercial, enxugamento do Estado, arrocho salarial e coisas do tipo”.

De modo geral, as construções das unidades habitacionais foram realizadas pelos agentes públicos PMJP, CEHAP, IPEP e FAC. Foram construídas 11.412 moradias nos 2 (dois) mandatos do governo de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 a 2002.

A nível municipal, a PMJP desenvolveu ações pelos programas habitacionais do governo federal “*Carta de Crédito Associativo*”, “*Habitar Brasil*” e “*Morar Melhor*”, para a construção de alguns conjuntos habitacionais em diferentes bairros da cidade, totalizando 2.099 unidades habitacionais. Como demonstrado por VALE e GARCIA (2008) e Mariana Bonates (2007), essa ação proporcionou melhorias e saneamento de unidades habitacionais das populações mais carentes, em área de risco ambiental, áreas insalubres e em abrigos provisórios.

A nível estadual, as ações habitacionais foram pelos agentes públicos da CEHAP, FAC e IPEP. A CEHAP atuou na produção de 2.088 unidades habitacionais,

com recurso do FGTS e da OGU, em consonância com os programas habitacionais do governo federal, como PROHAP, Habitar-Brasil e Carta de Crédito Associativo.

A FAC, em todo recorte temporal, construiu e melhorou 1.143 moradias, todas localizadas em áreas de extrema precariedade. Para Mariana Bonates (2007), o FAC surgiu com o objetivo de atender os problemas habitacionais da população mais carente do estado, através da recuperação, reforma ou construção de novas habitações para as populações que viviam em situação de risco, em especial, em favelas.

O IPEP atuou com uma ação isolada e sem a intervenção do governo federal, com a construção de 5.793 unidades, com recursos próprios dos mutuários, por meio do “*Programa Habitacional Solidário*” (PHS).

A partir de 1990, segundo Mariana Bonates (2007), apesar da política neoliberal implantada no Brasil, que impunha uma forte pressão para reduzir as responsabilidades do poder público nas questões sociais, o governo federal continuou intervindo ativamente na questão habitacional.

A partir da gestão do governo de Lula, em 2003, melhorou-se o acesso aos programas habitacionais para a população de baixa renda, pois houve um aumento no valor de recursos designados para moradia, em relação ao segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso.

À produção habitacional na cidade de João Pessoa, efetuada, no período de 2003 a 2006, pelos agentes públicos CEHAP e PMJP, somam-se 3.648 unidades habitacionais. A CEHAP produziu 1.510 unidades, financiadas pelo PSH e pelo Pró-Moradia, e a PMJP construiu 1.336 novas unidades, financiadas com recursos da OGU, FDS e FGTS. Nesse período, os agentes públicos voltaram a construir conjuntos habitacionais de grande porte, com mais de 1.000 unidades, com características locacionais e tipológicas semelhantes aos conjuntos produzidos na vigência do BNH.

No decorrer do governo Lula, foi lançando o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). Segundo Márcio Valença (2014, p. 40), este passou a ser o “carro-chefe da política urbana do governo federal e medidas de combate à crise financeira internacional”.

O PAC, lançado em 2007, buscava retomar as obras de infraestrutura econômica e social, cuja construção o governo federal praticamente abandonara desde 1980 (MARICATO, 2014). A maior parte dos recursos do PAC referente à

moradia e infraestrutura urbana foi destinada para a urbanização de favelas. A urbanização de favelas, conforme Ermínia Maricato (2014, p. 74), “assegura uma condição urbana saudável exatamente para os mais pobres, consolidando sua localização e também relações já construídas como entorno”.

Em seguida, o governo federal lançou, em 2009, o PMCMV, destinado a impulsionar a construção de moradia como forma de reagir à anunciada crise internacional. Para Camila Leal (2014), o PMCMV é um programa desenhado pelo governo federal e por empresas privadas para garantir a construção e financiamento de um milhão de moradias para famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos:

A preocupação do programa é restrita à quantidade de moradias e não à sua condição urbana, reeditando os erros antigos e amplamente discutidos como a política do BNH, no tocante à qualidade arquitetônica e urbanística da produção habitacional e quanto à sustentabilidade econômica (LEAL, 2014, p. 956).

O PMCMV faixa 1, na cidade de João Pessoa, contratou mais de 10 mil unidades habitacionais para a construção de moradias destinadas à população de baixa renda, localizadas predominantemente em áreas periféricas da cidade. Os empreendimentos foram construídos nos bairros Distrito Industrial, Muçumagro, Gramame, Oitizeiro, Bairro das Indústrias, Paratibe, Trincheiras, Manaíra (Comunidade São José) e Bancários (Comunidade do Timbó). Os empreendimentos foram implementados sob o discurso da moradia digna e da casa própria, entretanto, para as famílias de baixa renda, foi imposta a localização de suas moradias, distante de onde viviam anteriormente, do acesso aos serviços e aos seus locais de trabalho.

2.3. Políticas habitacionais e a histórica omissão da desigualdade de gênero

A omissão do Estado diante da desigualdade da relação social de gênero no acesso a moradia é, injustamente, histórica. Ela tem a ver com as bases patriarcais que o configura e dá forma às suas instituições, políticas e marcos regulatórios. A cidade, em sua conformação e dinâmica espacial, atribui padrões e relações sociais que acabam por reproduzir o lugar da mulher na sociedade, enfatizando a falsa dicotomia do público/privado. A compreensão das relações entre homens e mulheres, de acordo com Gerder Lerner (2019, p. 290), é explicada pelos “papéis e

comportamentos considerados apropriados aos sexos que eram expressos em valores, costumes, leis e papéis sociais”.

Para a autora, o desenvolvimento da agricultura promoveu a “troca de mulheres”. Nesse período, as mulheres passaram a ser propriedades adquiridas por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles. As mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para beneficiar as suas famílias (LERNER, 2019).

Com o processo de escravidão, os serviços sexuais das mulheres passaram a fazer parte da sua mão de obra, e seus filhos passaram a ser propriedades dos seus senhores.

Dessa forma, a escravidão de mulheres, combinando tanto o racismo quanto o machismo, precedeu a formação de classes e a opressão de classes. As diferenças de classes foram, em seu início, expressas e constituídas em termos de relações patriarcais (LERNER, 2019, p. 291).

A classe para os homens tem como base as relações com os meios produtivos. Os proprietários dos meios de produção dominavam os seus subordinados e adquiriam as mulheres como mercadoria para serviços sexuais. Para serem ou não de uma determinada classe, as mulheres dependem dos meios produtivos e recursos adquiridos pelos homens, sendo mediadas por seus vínculos sexuais (LERNER, 2019).

Em uma análise histórica, Silvia Federici, em seu livro intitulado “*Mulheres e caça as bruxas*”, descreve que a caça às bruxas é um acúmulo de processo social de discriminação e desigualdade em relação às mulheres para a formulação do mundo capitalista. Este foi construído sobre diferenças sexuais existentes e (re)construídas para cumprir novas funções sociais, tendo como ponto de partida o cercamento e privatização de terras.

Federici (2019) aponta dois elementos principais para a caça às bruxas: a) o processo de cercamento e privatização de terras; e b) a ampliação do controle social sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva das mulheres.

Os processos de cercamento e privatização da terra levaram às mudanças como: a formação de uma classe proprietária de terras; a produção agrícola capitalista; e a formação de uma população de pedintes e errantes que representava uma ameaça ao desenvolvimento do capitalismo. Para a autora,

Essas mudanças não foram de natureza puramente econômica; elas refletiram em todos os aspectos da vida, produzindo uma grande reestruturação de prioridades, normas e valores sociais (FEDERICI, 2019, p. 22).

O corpo e a sexualidade feminina foram colocados a serviço da satisfação das necessidades sexuais dos homens e reprodução de mão de obra abundante, levando ao reconhecimento de um papel legítimo de esposas e mães para as mulheres. No entanto, as limitações postas às mulheres para o casamento, a procriação e a obediência incondicional ao esposo, foram estabelecidas como “pilares da moralidade e da estabilidade política” (FEDERICI, 2019, p. 68).

A autora defende que perseguição às mulheres

preparou o terreno para o confinamento das europeias no trabalho doméstico não remunerado. Isso legitimou sua subordinação aos homens, dentro e fora da família. Deu ao Estado controle sobre sua capacidade reprodutiva, garantindo a criação de novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras. Dessa forma, as caças às bruxas estruturam uma ordem especificamente capitalista, patriarcal, que continua até hoje, embora tenha se ajustado constantemente em resposta à resistência das mulheres e às necessidades sempre em transformação do mercado de trabalho (FEDERICI, 2019, p. 91).

Considerando a história das mulheres na sociedade desde sua origem, elas sempre assumiram papéis e lugares específicos nos espaços públicos ou privados, com diversas formas de violência política, econômica e cultural, que perpassam gerações e entrelaçam as perspectivas de raça, classe social e gênero.

Ainda que homens e mulheres possam compartilhar da mesma situação de classe, vivenciam seu dia a dia de maneiras diferentes, devido à dimensão que constitui o que é chamado de experiência de gênero. Esta atribui a homens e mulheres lugares diferenciados no mundo perante relações de poder, que conferem, historicamente, ao homem uma posição dominante (CAMPOS, 2019 *apud* MACEDO, 2002).

A partir da compreensão da desigualdade de gênero nas relações sociais, é possível voltar o olhar sobre os processos que são construídos e que constituem os sujeitos sociais no contexto urbano. Nesse sentido, fazemos uma reflexão em torno das condições sociais entre homens e mulheres na produção e reprodução do espaço da cidade.

Entende-se que as mulheres não dispõem das mesmas condições que os homens para enfrentar os problemas ocorridos na vida urbana, principalmente

aquelas que estão inseridas no segmento da população de baixa renda. Para Campos (2019), há uma concentração de poder e recursos econômicos pelos homens, sobretudo no que se refere ao acesso e à propriedade privada da terra, da moradia e de outros bens materiais.

Nessa perspectiva, homens e mulheres possuem acessos desiguais na aquisição da propriedade da terra e da moradia no espaço urbano, conseqüentemente, necessidades diferenciadas no seu cotidiano.

A Figura 5, mostra o acesso diferenciado entre homens e mulheres à propriedade das unidades habitacionais (moradias) da política de habitação dos conjuntos entregues pelo BNH em João Pessoa.

Com base nos dados coletados para a elaboração do Mapa (Figura 5) e posterior análise, elaboramos a Tabela 7, que apresenta o percentual de unidades habitacionais segundo o gênero da sua titularidade dos conjuntos habitacionais construídos na política do BNH, a partir de 1960 a 1986.

TABELA 7 - PERCENTUAL DE UNIDADE HABITACIONAIS SEGUNDO GÊNERO DA TITULARIDADE NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ENTREGUES PELO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH), 1960-1986

BAIRRO	FEMININO	MASCULINO
Altiplano Cabo Branco	31%	69%
Alto do Mateus	35%	65%
Bairro das Indústrias	33%	67%
Bairro dos Ipês	34%	66%
Bancários	33%	67%
Castelo Branco	35%	65%
Cidade dos Funcionários	41%	59%
Costa e Silva	34%	66%
Cristo Redentor	34%	66%
Distrito Industrial	31%	69%
Ernani Sátiro	40%	60%
Ernesto Geisel	28%	72%
Roger	37%	63%
Grotão	34%	66%
Jardim 13 de Maio	37%	63%
João Agripino	37%	63%

José Américo	37%	63%
Mangabeira	41%	59%
Pedro Gondim	33%	67%
Valentina	44%	56%

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2017

Estes dados mostram que a titularidade das unidades habitacionais de políticas públicas de habitação, anteriores ao PMCMV, tinham como predominância a propriedade masculina da habitação. Como visualizamos na Tabela 7, em todos os conjuntos habitacionais construídos na cidade de João Pessoa pelo BNH, os homens tiveram maiores porcentagens na propriedade (titularidade) das unidades habitacionais.

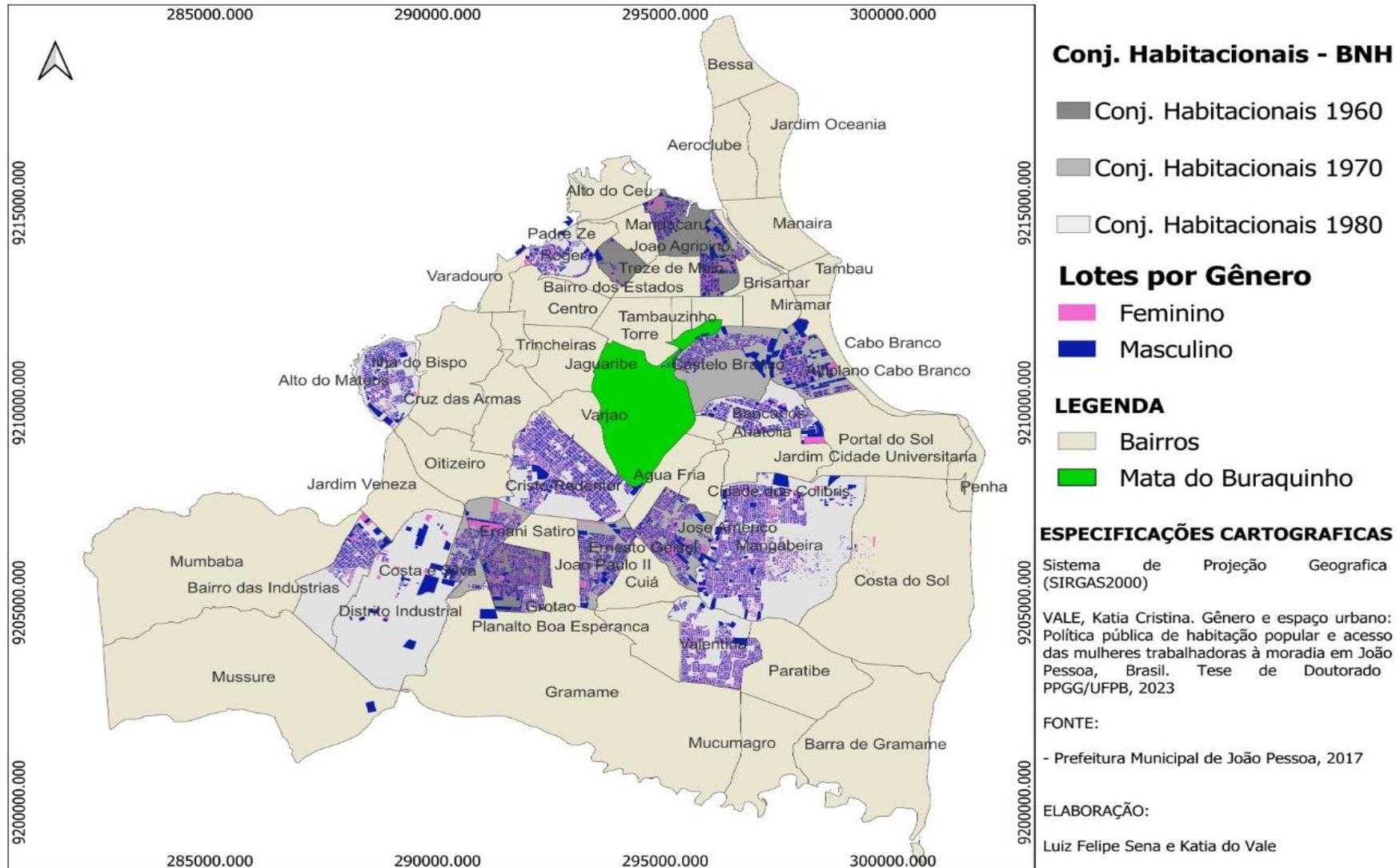
O bairro Ernesto Geisel apresenta maior porcentagem da propriedade (titularidade) masculina, com 72%. Em seguida, os bairros do Altiplano Cabo Branco e Distrito Industrial, 69%, e Bancários, Bairro das Indústrias e Pedro Gondim, 67% das unidades habitacionais. O bairro que apresenta uma menor desigualdade na titularidade dos imóveis é o Valentina, 56% da titularidade masculina, seguido de Mangabeira e Cidade dos Funcionários, 59%.

A trama histórica da apropriação privada da terra e da moradia no espaço urbano periférico em João Pessoa, antes da implantação do PMCMV, mostra como a cidade é generificada. Mostra também que isso só é possível através da ação do poder público, do Estado, que, omitindo as desigualdades sociais de gênero, reforça sua permanência, criando e recriando espaços para sua reprodução e naturalização. Quando, em um bairro, mais de 7 unidades habitacionais em cada 10 construídas com fins sociais são de propriedade exclusiva de homens, verifica-se a negação do direito constitucional de ser igual perante a lei.

Se considerarmos a desigualdade no acesso a moradia que sofreram e sofrem grande parte mulheres – junto à falta de acesso a bens e serviços básicos para a sobrevivência própria e de seus filhos e filhas –, a desigualdade de gênero, e logo a injustiça social, apenas se amplia.

É por isso que entendemos como papel do Estado na minimização e correção desses erros históricos, que estão na base de grande parte das múltiplas violências contra as mulheres no país.

FIGURA 5 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL TITULARIDADE FEMININA E MASCULINA NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ENTREGUES PELO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH), 1960-1980



2.4. O Programa habitacional *Minha Casa, Minha Vida*: origem da titularidade feminina da habitação social no Brasil

O Programa *Minha Casa, Minha Vida* (PMCMV) surgiu como medida de reestruturação do setor produtivo brasileiro diante da chamada Crise dos *Subprimes* americanos que, em 2008, tinha provocado a quebra de bancos e impactado a economia financeirizada mundial (KLINTOWITZ, 2016; AMORE, 2015). Através do PMCMV, o governo brasileiro viu uma maneira de ajudar o setor produtivo da construção civil e evitar o aprofundamento da crise do mercado (AMORE, 2015), confirmando, assim, o importante papel desempenhado pela construção civil no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A construção civil, por ser um ramo muito vantajoso para o capital e responsável pelo aumento dos postos de trabalho, conseqüentemente, contribui para a diminuição do índice de desemprego e para a diminuição da demanda posta pelo grande déficit habitacional ao longo do tempo, devido à ausência de políticas públicas voltadas para a habitação (LACERDA; SOARES 2020).

Nesse contexto, o PMCMV foi aprovado pela medida provisória nº 459, em 25 de março de 2009, instituído pela Lei 11.997, de 7 de julho de 2009, que cria o que, no seu artigo 1º, afirma ter como finalidade a produção de moradias para as famílias de baixa renda, sendo esta a legislação que rege a 1º fase do Programa (2009-2010) como um todo. Como afirma o Artigo 1º,

O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) (BRASIL, 2009).

O Artigo 35-A é do interesse da nossa pesquisa, já que introduz uma mudança significativa na legislação sobre a titularidade dos imóveis concedidos pelo poder Público, indicando que seja, preferencialmente, no nome da mulher chefe de família a concessão dessa titularidade. Assim, como descrito,

Nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento ou da união estável, com subvenções oriundas de recursos do orçamento geral da União, do Fundo de

Arrendamento Residencial (FAR)²¹ e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)²², será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável, excetuados os casos que envolvam recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS²³ (BRASIL, 2012).

Porém, as diretrizes de funcionamento do PMCMV, segundo Danielle Klintowitz (2016, p. 10), apresentam um problema na sua concepção, já que foram “elaboradas pela Casa Civil e Ministério da Fazenda, em diálogo com os setores imobiliários e da construção civil, desconsiderando os avanços discutidos nas agendas de reforma urbana”. O resultado disso, segundo a autora, foi a criação de uma política pública de habitação que não levava em conta as propostas dos movimentos de reforma urbana e o Ministério das Cidades, e tinha como principal foco a construção de habitações, ao invés de reestruturar o terreno em solos urbanos (KLINTOWITZ, 2016).

Inicialmente, o programa foi pensado para famílias de melhor poder aquisitivo, ou seja, que tivessem uma renda mensal acima de três salários mínimos. No entanto, o Ministério das Cidades lutou para que fossem contempladas famílias de menor renda, criando, assim, a Faixa 1 do Programa e o *Minha Casa, Minha Vida Entidades*²⁴.

A partir desse momento, as operações de crédito do Programa se organizaram em três faixas: A Faixa 1 foi direcionada às famílias de baixa renda, com preferência à titularidade feminina; as Faixas 2 e 3 foram destinadas às habitações de mercado, para as famílias de renda média (NASCIMENTO NETO; ULTRAMARI, 2022).

Para a Faixa 1 do Programa, a renda dos beneficiários não poderia ultrapassar o valor de 3 (três) salários mínimos (SM); na Faixa 2, a renda não poderia exceder o valor de 6 (seis) salários mínimos (SM); na Faixa 3, o valor da renda não poderia

²¹ O Fundo de Arrendamento Residencial – FAR teve atuação nas regiões metropolitanas para municípios com população superior a 50 mil habitantes (SANTOS, 2020).

²² O Fundo de Desenvolvimento Social - FDS é destinado ao financiamento de projetos de investimentos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários (SANTOS, 2020).

²³ A fonte de recurso para as Faixa 2 e 3 advém do FGTS, sendo o principal diferenciador o rendimento família, que pode abranger famílias com renda mensal entre 3 (três) a 10 (dez) salários mínimos (SANTOS, 2020).

²⁴ O Minha Casa, Minha Vida Entidades é destinado a famílias organizadas em cooperativas, associações e/ou entidades privadas sem fins lucrativos (SANTOS, 2020).

ultrapassar 10 (dez) salários mínimos (SM)²⁵ (Tabela 8) (BRASIL, 2009). No decorrer da sua primeira década, o Programa passou por mudanças importantes quanto ao valor de suas faixas de acesso, acrescentando a faixa de renda de 1,5 salários mínimos.

TABELA 8 - PMCMV: FAIXAS DE RENDA POR FASES (2009 – 2020)

FASE	FAIXA DE RENDA FAMILIAR MENSAL (em R\$)			
	1	1,5	2	3
1 (2009 a 2011)	Até 1.395,00		De 1.395,01 a 2.790,00	De 2.790,01 a 4.650,00
2 (2011 a 2014)	Até 1.600,00		De 1.600,01 a 3.100,00	De 3.100,01 a 5.000,00
3 (2015 a 2020)	Até 1.800,00	De 1800,00 a 2.600,00	De 2.600,01 a 4.000,00	De 4.000,01 a 9.000,00

Fonte: CALIXTO; MAIA; SPINELLI (2022)

A classificação dos beneficiários do PMCMV foi definida por faixas relacionadas a limites de renda, de forma que, quanto maior a renda, menor o subsídio governamental para aquisição da moradia. Para a Faixa 1, era facultado até 90% de subsídio do valor do imóvel; o restante era pago pelo beneficiário em financiamento sem juros e prestação de, no máximo, R\$ 270,00. A Faixa 1,5 tinha subsídio de valores de até R\$ 47.500,00, com juros a 5% ao ano, pagos pelos beneficiários. A Faixa 2 concedia subsídio de até R\$ 29.000,00, com juros de 6% a 7% ao ano, e na Faixa 3, os imóveis financiados tinham 8,16% de juros ao ano (CALIXTO; MAIA; SPINELLI, 2022).

As famílias da Faixa 1 do Programa são atendidas através do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), no caso do PMCMV Entidades. As famílias com 3 a 6 SM (F2) e 6 e 10 SM (F3) seriam atendidas através do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) (GOBBATO; PICCININI, 2017), como pode ser verificado no Tabela 9.

²⁵ O salário mínimo nacional que corresponde ao ano de 2009 era de R\$ 465,00, de acordo com a Medida Provisória nº 456, de 2009.

TABELA 9 - FAIXAS DE RENDA ATENDIDAS PELO PMCMV E ORIGEM DOS RECURSOS DE ATENDIMENTO DE CADA FAIXA, BRASIL - (2009 -2020)

Faixa	Salário Mínimo (SM)	Origem do Recurso
Faixa 1	0 a 3	Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) – MCMV Entidades
Faixa 2	3 a 6	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)
Faixa 3	6 a 10	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)

Fonte: Elaborado por Gobbato; Piccinini (2017), a partir de dados do Ministério das Cidades (BRASIL, 2014) e da Fundação João Pinheiro (FJP) (2010)

As famílias beneficiadas pelo Programa no Faixa 1 são diferentes das demais, porque o recurso é do Orçamento Geral da União (OGU), através dos Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) – MCMV Entidades, e por ser destinado para a população de mais baixa renda. Nessa faixa, além de não haver pagamento de juros, o imóvel é quase todo subsidiado, refletindo o caráter social do programa (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PMCMV, 2020).

As formas de acesso ao PMCMV ocorrem de maneira diferenciada para cada uma das faixas. No caso da Faixa 1, o acesso é através de seleção organizada pelos estados, municípios e/ou entidades e associações. É supervisionada pela Caixa Econômica Federal (CEF) ou pelo Banco do Brasil (BB), que passou a atuar junto ao programa a partir de 2012 (SOUSA, 2018).

Os municípios participam do processo por meio, principalmente, da definição da área a serem construídos os imóveis e da oferta de infraestrutura. A construção é a cargo do setor privado, e os recursos para a viabilização do Programa são provenientes da União. Após o término da obra, a CEF ou o Banco do Brasil (BB) compra o empreendimento, e inicia-se o processo de negociação e entrega aos candidatos selecionados (SOUSA, 2018).

Para as Faixas 1,5, 2 e 3, não são feitas seleções dos futuros usuários. A CEF ou BB realizam averiguação dos projetos apresentados pelas construtoras e, após aprová-los, libera-os para a comercialização. Todo o processo de comercialização é feito pelas próprias construtoras ou imobiliárias. Os valores dos subsídios variam de acordo com a renda familiar, e o financiamento é fomentado com recursos oriundos do FGTS (SOUSA, 2018).

De forma geral, os imóveis entregues pela Faixa 1 do Programa foram construídos em áreas periféricas, como descreve Maria Calixto, Doralice Maia e

Juçara Spinelli (2022, p. 21): “destituídos do tecido urbano, marcados pela ausência de infraestrutura, equipamentos e serviços, ampliando as desigualdades socioespaciais”. As autoras mostram também que os imóveis entregues pelas demais Faixas de renda apresentam localizações menos periféricas, pois estão localizados, muitas vezes, em áreas mais centrais ou em áreas de expansão urbana com interesse do mercado imobiliário, com imóveis de maior preço e com tendência de “valorização”.

Segundo Maria Calixto, Doralice Maia e Juçara Spinelli (2022, p. 23):

Os discursos oficiais que divulgavam o lançamento do Programa eram ancorados em dados qualitativos do déficit habitacionais, que atingia a marca de 7,2 milhões de moradia, 90% delas concentradas nas faixas de renda inferiores a três salários mínimos.

Para suprir a demanda de moradia no Brasil, o programa iniciou com uma meta de 1 milhão de habitações para famílias com renda de até 10 salários mínimos. Essa fase foi concluída entre 2011 e 2014, no segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff²⁶.

A segunda fase do programa foi aprovada pela Medida Provisória 514/2010 e instituída pela Lei Nº 12.424, de 16 de junho de 2011 (BRASIL, 2010), propondo a meta de mais 2 milhões de habitações até o final de 2014. Em 2016, a terceira fase fixou a meta de 3 milhões de unidades adicionais até o final de 2018 (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO PMCMV, 2020).

Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o governo seguiu com o vice-presidente Michel Temer. Com as mudanças do governo, as novas contratações do PMCMV, na Faixa 1, diminuíram consideravelmente até o final do seu mandato, em 2017, sob alegação de que as metas já haviam sido atingidas (CALIXTO; MAIA; SPINELLI, 2022).

Os desdobramentos durante o ano de 2018 culminaram na diminuição dos recursos e em um novo desenho do Programa, apontando para um novo ciclo das políticas habitacionais no Brasil. O PMCMV foi encerrado pelo Presidente eleito Jair Bolsonaro, e novas propostas foram anunciadas pelo *Programa Casa Verde e Amarela* (DOU/MP 996/2020, 26/08/2020).

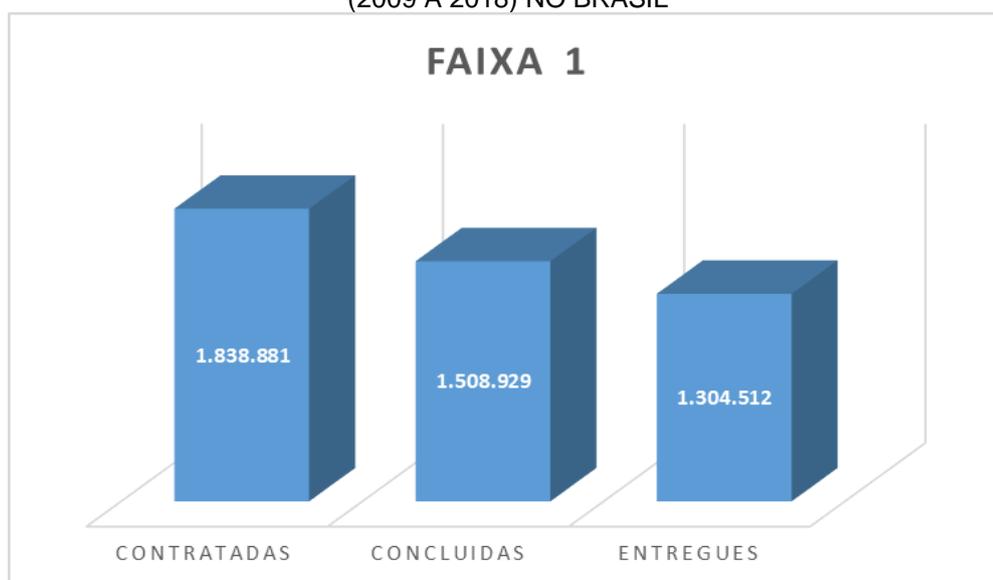
Com o *Programa Casa Verde e Amarela*, o volume de recursos públicos foi reduzido, e ocorreu a ampliação do protagonismo do setor privado, com base na exigência de contrapartida financeira do beneficiário, mesmo para a faixa inicial do

²⁶ O segundo mandato de Dilma foi do ano de 2014 a 2016.

atendimento (NASCIMENTO NETO; ULTRAMARI, 2022).

Em linhas gerais, o PMCMV, frente ao problema habitacional no Brasil, segundo Wilma Lucena e Doralice Maia (2016), demonstrou um considerável desempenho. Desde sua criação em 2009 até o ano de 2018, o Programa contratou para a FAIXA 1²⁷ a construção de 1.838.881 de unidades habitacionais, das quais 1.304.512 foram entregues, com investimento no valor de R\$ 105.969.055.487, viabilizando, desse modo, o conhecido “sonho da casa própria” para muitas mulheres, como mostra o Gráfico 7²⁸.

GRÁFICO 7 - UNIDADES CONTRATADAS, CONCLUÍDAS E ENTREGUES - FAIXA 1 PMCMV - (2009 A 2018) NO BRASIL



Fonte: Caixa Econômica Federal, 2018

O PMCMV foi responsável pelo processo de redefinição socioespacial em diversas cidades brasileiras, a partir do “boom” do mercado imobiliário, tendo em vista que o governo federal passou a incentivar a produção do setor imobiliário e da construção civil. A construção dos imóveis do Programa nas áreas periféricas desencadeou a periferização e novas frentes de expansão, com a ampliação do perímetro urbano.

Esses efeitos também se deixaram ver em João Pessoa, estando a cidade inserida nessa conjuntura e no “boom” imobiliário originado a partir desses

²⁷ A FAIXA 1 na área urbana é destinada para a população com rendimento familiar mensal de até 1.800,00 reais (mil e oitocentos reais).

²⁸ Dados obtidos no site da Caixa Econômica Federal, 2019.

investimentos do poder público para a produção habitacional pelo setor privado. A expansão da produção habitacional e a periferização da mesma passou a ter um novo protagonista: as mulheres trabalhadoras de baixa renda e chefes de família da cidade de João Pessoa.

**CAPÍTULO III - POLÍTICAS DE TITULARIDADE RESIDENCIAL FEMININA
NO ESPAÇO URBANO DE JOÃO PESSOA**

3.1. Política de Titularidade Residencial Feminina

No presente capítulo, abordamos a análise da Política de Titularidade Residencial Feminina na cidade de João Pessoa. No primeiro momento, destacamos a política municipal de habitação popular, Lei 10.697/2005, pioneira e anterior a medidas nacionais, que priorizou as mulheres chefes de família na titularidade de imóveis urbanos com fins residenciais. A Lei municipal objetivou atender diretamente as mulheres e suas famílias no setor habitacional. Em seguida, abordaremos a política nacional de habitação de titularidade feminina, o *Programa Minha Casa, Minha Vida*, de 2009.

Historicamente, as mulheres de menor renda, em especial, aquelas que vivem em situação de aluguel ou sem moradia, sofrem com seus filhos, com a falta de equipamentos públicos, serviços e transportes de qualidade nas cidades. Suas condições socioeconômicas são direcionadas, na sua maioria, aos trabalhos informais com salários inferiores ao dos homens e, muitas vezes, o local de moradia as exclui do direito à cidade (HEIN, CLEONICE & SANCHES, DEBORA, 2020).

A moradia para as mulheres, como temos apresentado no decorrer desta tese, não é apenas expressão de sua condição e posição na sociedade, mas torna-se fator condicionante para o acesso a outras estruturas sociais. A habitação deve ser considerada como um recurso necessário, pois facilita o acesso à saúde, educação, ao trabalho e a uma vida digna (MOLINA, 2006).

Neste sentido, entendemos que uma das dimensões da relação da mulher no uso do espaço urbano se dá através da moradia. Para Irene Molina (2006), três pontos devem ser compreendidos: 1) a propriedade da casa própria; 2) a característica da habitação; e 3) o acesso ao financiamento para compra, construção e manutenção.

No primeiro ponto, Irene Molina (2006) analisa o grau de segurança no acesso à moradia e as possibilidades de mobilidade dentro do mercado imobiliário. Ou seja, as possibilidades que as mulheres têm de comprar uma casa própria, de poder mantê-la, bem como de mudar para outra habitação, se necessário.

No segundo ponto, são consideradas as características da casa, como o tamanho, a localização e a segurança. Para Irene Molina (2006), essas variáveis são condicionantes direta e indiretamente para a qualidade de vida dos moradores.

O último ponto está relacionado ao acesso das mulheres ao mercado de crédito e financeiro, bem como sua renda mensal e posição no mercado de trabalho,

como condicionantes fundamentais para a autonomia no mercado imobiliário e, portando, suas condições em relação ao uso do espaço urbano.

Na nossa análise, priorizamos o acesso a moradia pelas mulheres residentes em João Pessoa, através de linhas de crédito e políticas públicas de habitação popular, especificamente, através de uma política municipal de habitação que, desde sua origem, em 2005, incorporou a preferência feminina na titularidade do imóvel.

A iniciativa que pauta a preferência da titularidade feminina está expressa na Lei 10.697²⁹, de 30 de dezembro de 2005, que regulamenta suas diretrizes no § 7º, ao estabelecer que, “preferencialmente, deverá ser celebrado em nome da esposa ou companheira que compõe o casal”, dentro da seleção de seus beneficiários.

A Lei 10.697/2005 prevê programas habitacionais voltados para a população mais carente na cidade de João Pessoa, na perspectiva de valorizar o direito à moradia e priorizar o atendimento de mulheres e de suas famílias, concedendo-lhes o benefício enquanto titulares do imóvel. A política de habitação adotada teve como objetivo a erradicação dos aglomerados subnormais³⁰, ocupações em prédios públicos, áreas de risco e outros tipos precários de habitação, como barracas de lonas e/ou de papel e de barro (MAIA, 2014).

Em 2007, foram desenvolvidas pesquisas junto aos movimentos de luta por moradia em João Pessoa. Naquele momento, Katia do Vale (2007), constatou que, na cidade, existiam várias ocupações³¹ de terrenos vazios em forma de acampamentos urbanos e ocupações de prédios públicos liderados pelo Movimento Nacional de Moradia (MNLN) e Movimento pelo Direito a Moradia (MDM).

Diante da questão da moradia e da pressão dos movimentos sociais, a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) elaborou o projeto “É pra morar”, que tinha o objetivo de criar conjuntos habitacionais para as famílias com renda mensal inferior a um salário mínimo. Assim, foi construído o Conjunto Residencial Gervásio Maia, com o intuito de eliminar os denominados aglomerados subnormais na cidade. Tratavam-se de habitações precárias em áreas de risco e ocupações de terrenos públicos e privados. A construção do Conjunto iniciou-se em março de 2006, e o

²⁹ Lei criada por Estelizabeth Bezera, primeira mulher na Secretaria de Planejamento em 2005.

³⁰ O IBGE considera aglomerado subnormal o conjunto de domicílios, acima de 50 unidades, que não possuem regularidade fundiária e apresentam precárias condições de infraestrutura e de habitabilidade (IBGE, 2022).

³¹ A ocupação é uma ação política utilizada pelos movimentos sociais na defesa dos interesses dos trabalhadores na conquista da casa própria e no projeto de transformação social que visa melhores condições de vida, acabando com uma das faces das desigualdades sociais (VALE, 2007).

começo da entrega das habitações às famílias ocorreu em dezembro de 2007.

O conjunto Gervásio Maia é um marco na história da habitação popular, pois foi o primeiro residencial do município com preferência feminina na titularidade do imóvel, o que antecede a política de habitação popular no âmbito nacional com o *Programa Minha Casa Minha Vida*.

As políticas públicas de habitação com titularidade feminina ensejam que as mulheres respondam pela maioria das escrituras nos programas de habitação social. Isso, segundo Mariana Campos (2019), permite que se potencializem os meios e os mecanismos de incentivo à tomada de decisão e ampliação da autonomia das mulheres. As mulheres tornam-se proprietárias “do seu cantinho”, e isso muda radicalmente sua condição. Acostumadas com a invisibilidade social e politicamente silenciadas, as mulheres chefes de família e responsáveis pelos seus domicílios passam a ser na concretude parte de um novo sujeito político coletivo, objetivado nos documentos de propriedade da moradia.

A titulação de imóveis concedidos pelo poder público no nome da mulher, de acordo com Denise Lima (2012, p. 21),

é fruto de um contexto social que envolve tanto a sociedade civil organizada, com vistas a conquistas de direitos femininos, como a política Estatal, que busca atender tais reivindicações e legitimar-se por meio de ações que apresentem a maior abrangência possível entre os entes de uma família beneficiária de um programa habitacional. A titularidade seria, então, um misto de questões sociais e questões ligadas a uma legitimação política.

O Conjunto foi financiado pelo Governo Federal em parceria com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e com a participação dos movimentos sociais, como o Apoio à Luta pela Moradia (ALAM), Central de Movimentos Populares (CMP-PB) e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).

Esse conjunto é constituído por 1.336 residências unifamiliares. Para essas habitações, foram transferidas 959 famílias que viviam precariamente na cidade. 300 unidades habitacionais foram destinadas aos servidores municipais, e 77 foram encaminhadas para famílias de vendedoras e vendedores ambulantes. Após a entrega das unidades habitacionais, foram construídos os equipamentos coletivos, como creche, escola, posto de saúde da família, praça, ginásio de esporte coberto e cozinha comunitária (VALE, 2007).

3.2 Políticas públicas de habitação social e a titularidade feminina em João Pessoa

Como apresentamos no capítulo anterior, a habitação é um bem especial produzido dentro da lógica de mercado do sistema capitalista. Isso por que está ligada ao valor do uso da terra urbana, ou seja, cada nova moradia pede um novo pedaço de terra para a sua construção. Contudo, para que uma moradia seja edificada, não se trata de qualquer tipo de terra, mas sim daquelas que têm o acesso aos serviços e infraestrutura básicos, como rede de água, energia, esgoto, acesso ao transporte público, educação, saúde, lazer etc.

Neste contexto, a habitação exerce importância qualitativa e quantitativa no espaço construído das cidades. São múltiplos os termos utilizados para a sua denominação, como “casa”, “moradia”, “habitação” e “conjuntos habitacionais”. Todos, apesar de soarem como sinônimos, apresentam certas características peculiares.

De acordo com Yanna Saraiva (2020, p. 24 apud MARTUCCI, 1990)

[...] a “casa” expõe muito mais o “ente físico”, ou melhor, a forma perceptível propriamente dita, a “moradia” se caracteriza como sendo a casa mais os “hábitos de uso da casa”, ou seja, o “modo de vida dos usuários”. A “habitação”, por sua vez, seria conceituada como a inclusão da casa e da moradia a superfície do espaço urbano. Nessa construção, os conjuntos habitacionais podem ser expostos como uma forma de habitação particular, definida, de modo geral, por enquadrar um grupo de casas, inicialmente padronizadas, de construção do tipo vertical (apartamentos) ou horizontal, oriundas ou não da ação feito do Estado via políticas habitacionais.

Este tópico tem a intenção de refletir sobre a política pública de habitação com titularidade feminina destinada às mulheres que recebem baixos salários na cidade de João Pessoa.

Como citado anteriormente, o PMCMV é uma política habitacional criada em um contexto em que o Governo Federal se caracterizava pela especificidade de maior aproximação da sociedade civil e incorporação de demandas sociais de grupos com pouca visibilidade no campo político.

O PMCMV criou condições para facilitar o acesso a moradia daquelas e daqueles que nunca tiveram acesso a esse bem, especialmente das famílias com rendas mais baixas. Todavia, como colocam Wilma Lucena e Doralice Sátiro Maia (2016, p. 02), “para acelerar a produção de cidades cada vez mais desiguais”.

A cidade de João Pessoa é fruto dessa política habitacional que produz cada vez mais desigualdade, uma vez que se facilitou o acesso a moradia para parte da

população, privilegiando-se, no entanto, as periferias para a localização das unidades habitacionais. E, no caso de João Pessoa, selecionou-se a periferia da periferia para localizar os empreendimentos do Faixa 1 do PMCMV.

Segundo dados da CEF (2018), a cidade de João Pessoa, desde o início do PMCMV, contratou para a construção do Faixa 1 mais de 10 mil unidades habitacionais, como podemos observar nos dados apresentados na Tabela 10.

TABELA 10 - NÚMERO DE CONTRATAÇÕES POR FAIXAS DO PMCMV E UNIDADES HABITACIONAIS CONCLUÍDAS E ENTREGUES EM JOÃO PESSOA, DE 2009 A 2018

Quadro Faixa	Contratadas	UH concluídas	UH entregues
Faixa 1	10.513	7.921	5.653
Faixa 2	35.356	33.941	33.072
Faixa 3	5.277	2.079	1.815

Fonte: Caixa Econômica Federal (2018).
Elaboração própria³².

Foi em 2009 que o PMCMV começou a priorizar o atendimento de mulheres e de suas famílias, concedendo o benefício social enquanto titulares do imóvel financiado. De acordo com pesquisa realizada pelo IPEA em parceria com o Ministério das Cidades (2014), no Brasil, a porcentagem de mulheres entre o número de beneficiários total corresponde a 87,1% dos contratos com a CEF do Faixa 1 do PMCMV (BRASIL, 2014).

De acordo com a publicação que expressa os resultados da pesquisa do IPEA, no Brasil como um todo, 77% das entrevistas realizadas foram com mulheres, e a condição mais frequente das entrevistadas na família é de chefia familiar (52%) (BRASIL, 2014). No mesmo estudo, os dados revelam que a proporção de mulheres entrevistadas na Paraíba foi de 80,6%, e a condição mais recorrente dessas mulheres na família é de chefia familiar, com 61,2% (BRASIL, 2014).

Ao mapear a localização dos empreendimentos residenciais onde moram essas mulheres na cidade de João Pessoa, observamos que estão situados quase que exclusivamente na zona sul da cidade, como mostra a Figura 6, com exceção do Residencial Novo São José, no bairro de Manaíra, Zona Leste da cidade.

³² Os dados da Caixa Econômica Federal (CEF) analisados até o momento da pesquisa foram coletados na página de Downloads (<https://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>). Esses dados foram coletados no ano de 2019. Nos anos seguintes, foi possível verificar a inexistência dos mesmo na página. Entendemos, portanto, que os dados não foram atualizados e foram retirados.

A zona sul da cidade de João Pessoa trata-se da área de expansão urbana gerada pelas construções dos conjuntos habitacionais construídos entre as décadas de 1960 a 1980 pelos BNH. As habitações construídas pelo BNH eram edificadas em áreas distantes do centro, deixando grandes espaços vazios para futura especulação imobiliária (SANTOS, 2020; MAIA, 2014).

As unidades habitacionais concluídas do PMCMV foram construídas em 13 empreendimentos³³, somando um total de 7.921 imóveis até o ano de 2018. A Tabela 11 sistematiza os empreendimentos construídos na cidade, seguidos do número de unidades habitacionais por cada empreendimento e da sua localização por bairro na malha urbana de João Pessoa.

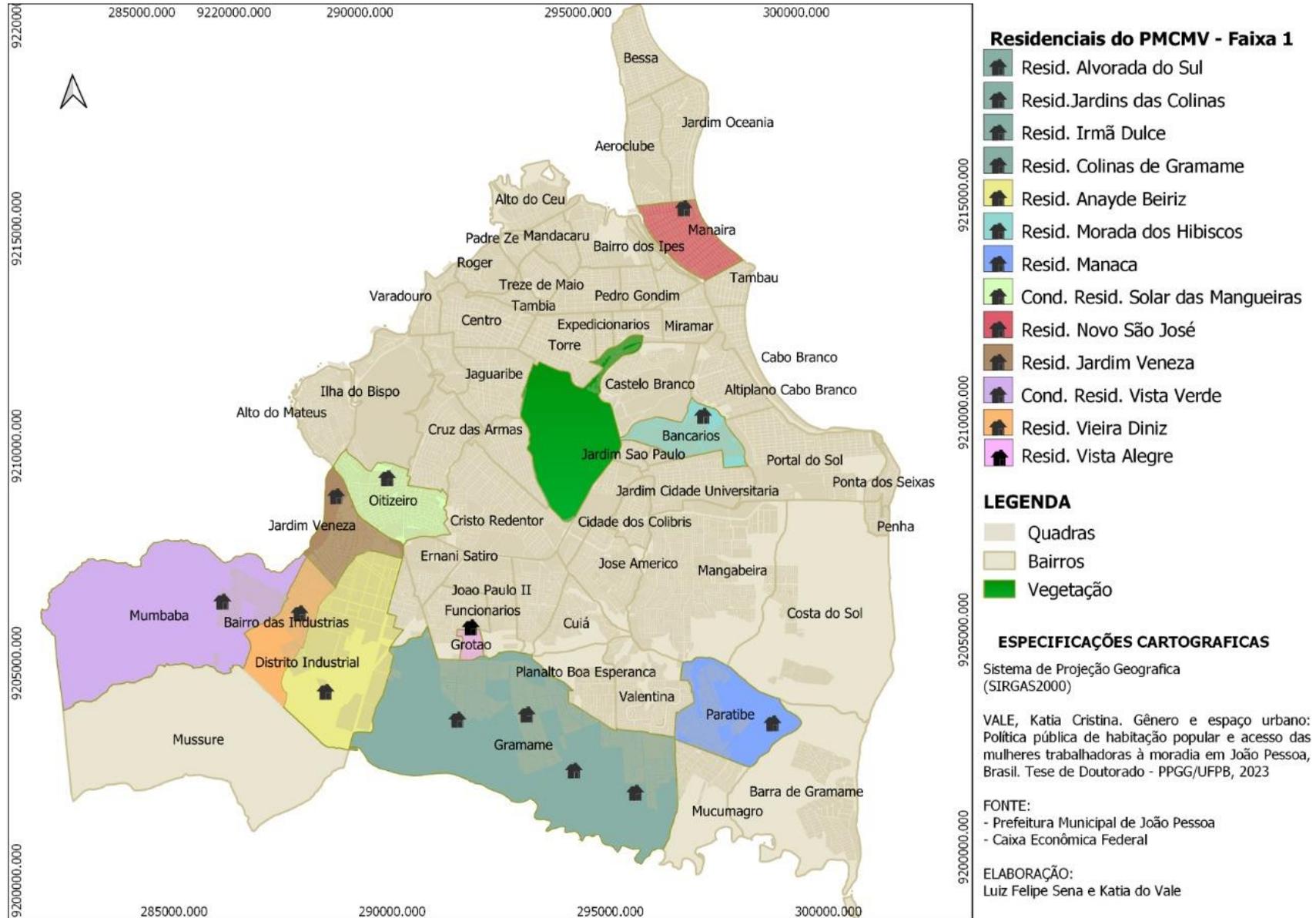
TABELA 11 - EMPREENDIMENTOS E QUANTIDADE DE UNIDADES HABITACIONAIS CONCLUÍDAS DO PMCMV POR BAIRRO, EM JOÃO PESSOA (2009 - 2018)

	Nome do empreendimento	Quant. Habitacionais	Unidades	Bairros
1	Cond. Resid. Solar das Mangueiras	165		Oitizeiro
2	Cond. Resid. Vista Verde	384		Mumbaba
3	Resid. Alvorada do Sul	256		Gramame
4	Resid. Colinas de Gramame	432		Gramame
5	Resid. Irmã Dulce	1.244		Gramame
6	Resid. Jardim Veneza	580		Jardim Veneza
7	Resid. Jardins das Colinas	288		Gramame
8	Resid. Manacá	244		Paratibe
9	Resid. Morada dos Hibiscos	224		Bancários
10	Resid. Anayde Beiriz	584		Distrito Industrial
11	Resid. Novo São José	336		Manaíra
12	Resid. Vista Alegre	2.016		Grotão
13	Resid. Vieira Diniz	992		Bairro das Industrias

Fonte: Caixa Econômica Federal (2018).
Elaboração própria

³³ Segundo os dados da Caixa Econômica Federal de 2018.

Figura 6 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO PMCMV EM JOÃO PESSOA, 2018



A distribuição espacial dos residenciais do Programa indicam, na fase inicial, a presença de condomínios isolados, ou seja, os residenciais foram construídos em áreas distantes de outras habitações. Todavia, em alguns casos, percebe-se a presença de residenciais construídos em uma mesma localização, ou seja, áreas vizinhas. Isso acontece por estarem localizados na periferia, onde os terrenos eram menos valorizados, a exemplo dos Residenciais Jardins das Colinas e Irmã Dulce (Figura 7), localizados no Bairro de Gramame, e dos Residenciais Jardim Veneza e Vieira Diniz (Figura 8), localizados no Bairro Jardim Veneza.

FIGURA 7 - IMAGENS DOS RESIDENCIAIS IRMÃ DULCE E JARDINS DAS COLINAS, EMPREENDIMENTOS DO PMCMC, JOÃO PESSOA, 2022



Fonte: Imagem satélite Google Earth e Trabalho de Campo, 2022

FIGURA 8 - IMAGENS DOS RESIDENCIAIS VIEIRA DINIZ E JARDIM VENEZA, EMPREENDIMENTOS DO PMCMC, JOÃO PESSOA, 2022



Fonte: Imagem satélite Google Earth e Trabalho de Campo 2022

Os residenciais menos periféricos, em termos de distância centro- margens da cidade, são: o Residencial Novo São José, no bairro de Manaíra, na orla litorânea da cidade, (Figura 9A), com 336 UHs, e o Residencial Morada dos Hibiscos, no bairro do Bancários (Figura 9B), com 224 UHs. Como exceções do Programa, ambos os empreendimentos foram construídos em áreas privilegiadas do ponto de vista da localização intra-urbana.

FIGURA 9 - IMAGENS DE RESIDENCIAIS DO PMCMV LOCALIZADOS EM ÁREAS NÃO PERIFÉRICAS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA



(A) Residencial Novo São José



(B) Residencial Morada dos Hibiscos

Fonte: Eliane Santos (2020) e Trabalho de Campo 2022

Estudos sobre o PMCMV na cidade de João Pessoa apontam para o um padrão de localização utilizado como incentivador da desigualdade socioespacial dos beneficiários, ou seja, o programa expande os limites urbanos e as limitações dos moradores no acesso aos serviços urbanos.

De forma geral, os empreendimentos da Faixa 1 do Programa foram implantados em áreas periféricas descontínuas do tecido urbano, marcadas pela ausência de infraestrutura, equipamentos e serviços, ampliando as desigualdades socioespaciais das famílias moradoras no seu cotidiano.

As pesquisas denunciam problemas centrais, como o grande número de residenciais já construídos, porém sem infraestrutura, que reforçam a reprodução do espaço periférico, a segregação socioespacial, a elevação do valor da terra. Autoras e autores, como Phillipe Silva (2015), Eliane Santos (2019), Doralice Mai (2014 e 2022), Wilma Lucena (2022) e Paula Martins (2019), destacam-se por promover uma reflexão da política habitacional do PMCMV, mostrando que há uma problemática referente à localização dos empreendimentos e seus processos de periferização.

Esse processo da continuidade é iniciado na década de 1960, como aponta Paula Martins (2019, p. 110): “a cidade de João Pessoa apresenta neste início de século XXI um quadro de segregação socioespacial que teve origem ainda na década de 1960”. Ele teve sua ampliação a partir da implementação do PMCMV, com seu padrão de localização de empreendimentos, na sua ampla maioria, na periferia.

Paula Martins (2019), comprovou tal fato, através da sistematização e análise dos dados do Censo do IBGE do ano de 2010, referentes às “classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio³⁴” para cada bairro de João Pessoa. A autora realizou o cálculo da média aritmética das “classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio” para cada bairro e, posteriormente, sintetizou com base na divisão de classes sociais por faixas de salários mínimos (SM) estabelecida pelo IBGE. Deste modo, os bairros foram classificados em Classe B (10 a 20 SM), Classe C (4 a 10 SM), Classe D (2 a 4 SM), e Classe E (até 2 SM)³⁵ (Figura 10) (MARTINS, 2019).

Ao analisar a classificação da classe de renda dos bairros, Paula Martins

³⁴ Termo utilizado pelo IBGE.

³⁵ Segundo Martins (2019), nenhuma média das classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio referente aos bairros da cidade apresentou valor que se inserisse na Classe A, isto é, acima de 20 salários mínimos.

(2019) observou que a zonas sul e oeste da cidade apresentam bairros ocupados pelos grupos de menor rendimento que, por sua vez, ocupam a maior parte do território da cidade. Assim, o aspecto mais importante da análise da espacialização das classes de renda na escala de bairro foi “a tendência a uma segmentação latente da área urbana, através da definição de setores cada vez mais socialmente homogêneos no interior do espaço intraurbano” (MARTINS, 2019, p. 112). Para Adriano Botelho (2007, p. 15):

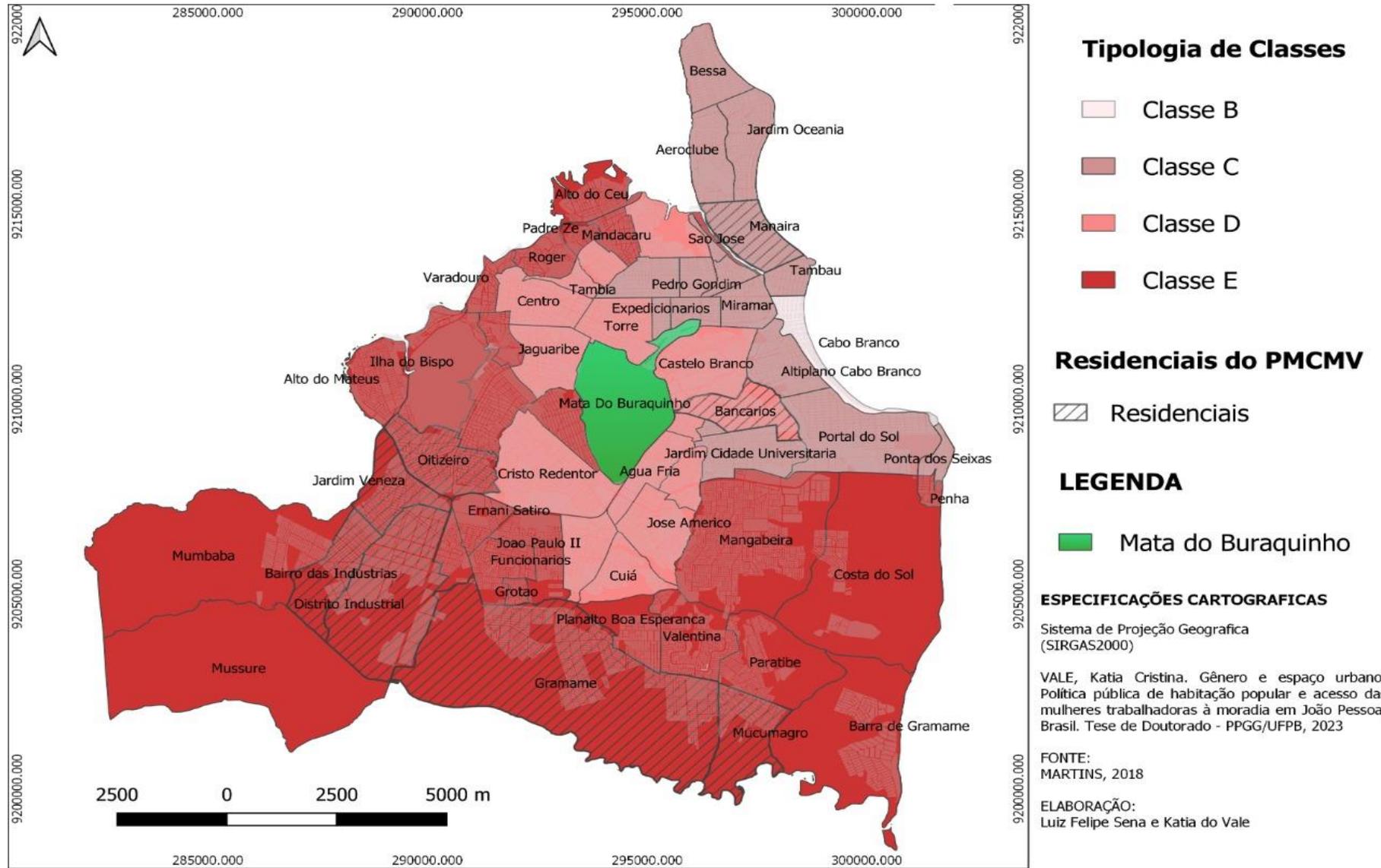
Tal fato tem por consequência um aprofundamento da separação espacial das distintas classes sociais, na medida em que, tendencialmente, homogeneiza-se socialmente as áreas da cidade através dos mecanismos de hierarquização dos preços de acesso à terra urbana e à moradia. Por outro lado, tal homogeneização é acompanhada por uma crescente fragmentação do espaço, que se materializa na diminuição das áreas de transição e de convívio entre distintas camadas socioeconômicas da população. Ao mesmo tempo em que a distância em quilômetros entre os ricos e pobres diminui, a distância socioeconômica aumenta [...].

Como podemos observar na Figura 6 (Mapa de localização dos empreendimentos do PMCMV em João Pessoa, 2022), os residenciais do PMCMV foram construídos nos bairros ocupados pelos grupos de menor rendimento, com exceção do Residencial Morada do Hibisco – que está localizado no Bairro dos Bancários, considerado pela classificação das classes de renda de Paula Martins (2019) como Classe D (2 a 4 SM) –, e do Residencial Novo São José – localizado no Bairro de Manaíra (Classe C - 4 a 10 SM), na Comunidade São José.

Os residenciais do PMCMV são construídos sob o discurso da moradia digna e da conquista da casa própria. Portanto, para as famílias beneficiadas, são estabelecidas as localizações de suas moradias. O problema dessa “falta de escolha” é que essas localizações, via de regra, não garantem o acesso aos serviços urbanos fundamentais para o cotidiano das famílias, negando o seu direito pleno à cidade (SANTOS, 2020). Para Arlete Moyses Rodrigues (2022, p. 10), os residenciais do Programa garantem

[...] moradia como teto, que é importante, mas sem a inserção nos padrões urbanos da atualidade, com precariedade de meios de transportes, de equipamentos públicos e meios de consumo coletivo. Nesse contexto, salta aos olhos que o PMCMV produziu grande número de unidades habitacionais e, ao mesmo tempo, reproduziu a desigualdade socioespacial inerente ao capitalismo.

FIGURA 10 - MAPA DA TIPOLOGIA DE CLASSES DE RENDA E LOCALIZAÇÃO DE RESIDENCIAIS DO PMCMV NA CIDADE DE JOÃO PESSOA, 2022



3.2.1 - A titularidade feminina do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)

As cidades crescem baseadas na lógica da segregação e discriminação, tendo como principal alvo a precariedade de acesso da população de baixa renda aos serviços fundamentais da vida urbana, que vão desde a moradia, disponibilidade de empregos e serviços básicos, como saneamento, iluminação pública, transporte público, limpeza urbana e manutenção e construção de áreas comuns, como praças e jardins (MACEDO, 2002).

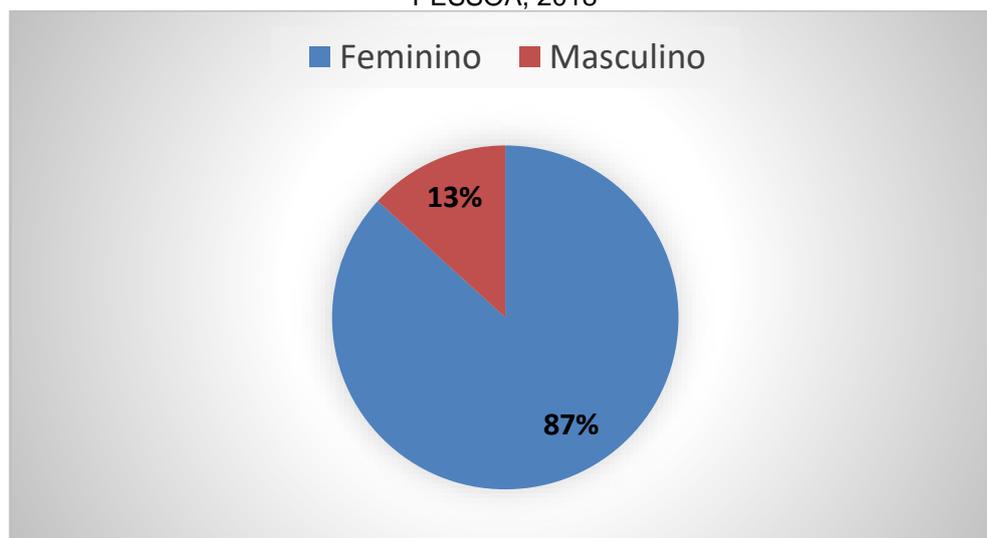
Segundo Márcia Macedo (2002, p. 57), a cidade, como espaço diversificado, atinge de diferentes formas seus diversos grupos sociais, “variando segundo o recorte de classe, étnico/racial, idade/geração, gênero, origem urbano/rural, orientação sexual, religião, entre outros fatores”. Essa diversidade gera diferentes formas de lutas por direitos, fazendo da cidade um espaço social em construção.

No contexto do urbano, as mulheres das classes trabalhadoras não detêm as mesmas condições que os homens para enfrentar os problemas da vida. Raquel Rolnik (2012) analisa o direito sob a perspectiva do gênero, reconhecendo as diferentes dimensões da vida para os homens e mulheres no campo do trabalho, na política e na moradia. Para a autora, a não realização desses direitos ou sua violação tem consequências distintas para os diferentes gêneros.

No tocante à política de habitação do PMCMV com titularidade feminina, trata-se de uma poderosa lei que beneficia as mulheres e reconhece a efetivação do seu direito a moradia. Os dados apresentados a seguir nos ajudam a entender as características das famílias beneficiadas pelo Programa na cidade de João Pessoa.

Por meio do levantamento de dados de 8 (oito) empreendimentos construídos do PMCMV, podemos verificar a titularidade das unidades habitacionais e a renda das beneficiárias no cadastro do programa para a conquista dos imóveis. Os empreendimentos analisados são: Residencial Multifamiliar Anayde Beiriz, Residencial Irmã Dulce, Residencial Jardim Veneza, Residencial Jardins das Colinas, Residencial Manacá, Residencial Morada dos Hibiscos, Condomínio Residencial Solar das Mangueiras e o Residencial Vieira Diniz.

As unidades habitacionais dos residenciais entregues somam um total de 3.840 UH. As mulheres respondem por 87% das escrituras dos empreendimentos, e os homens por 13% das UH, como podemos verificar no Gráfico 8.

GRÁFICO 8 - TITULARIDADE DAS UNIDADES HABITACIONAIS POR GÊNERO EM JOÃO PESSOA, 2018

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2018

Constatamos que, em todos os empreendimentos, o maior número de unidades habitacionais entregues foram para as mulheres. A tabela 12 apresenta os resultados segundo o gênero da titularidade residencial das unidades habitacionais entregues por empreendimento.

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO DA TITULARIDADE RESIDENCIAL SEGUNDO GÊNERO³⁶ POR EMPREENDIMENTO DO PMCMV, JOÃO PESSOA, 2018

Nome do Empreendimento	Feminino	Masculino	Total
Cond. Residencial Solar das Mangueiras	105	60	165
Residencial Irmã Dulce	1.128	116	1.244
Residencial Jardim Veneza	516	64	580
Residencial Jardins da Colina	237	51	288
Residencial Manacá	230	14	244
Residencial Morada dos Hibiscos	177	47	224
Residencial Multifamiliar Anayde Beiriz	511	73	584
Residencial Vieira Diniz	430	81	511
Total	3.334	506	3.840

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2018

Elaboração própria

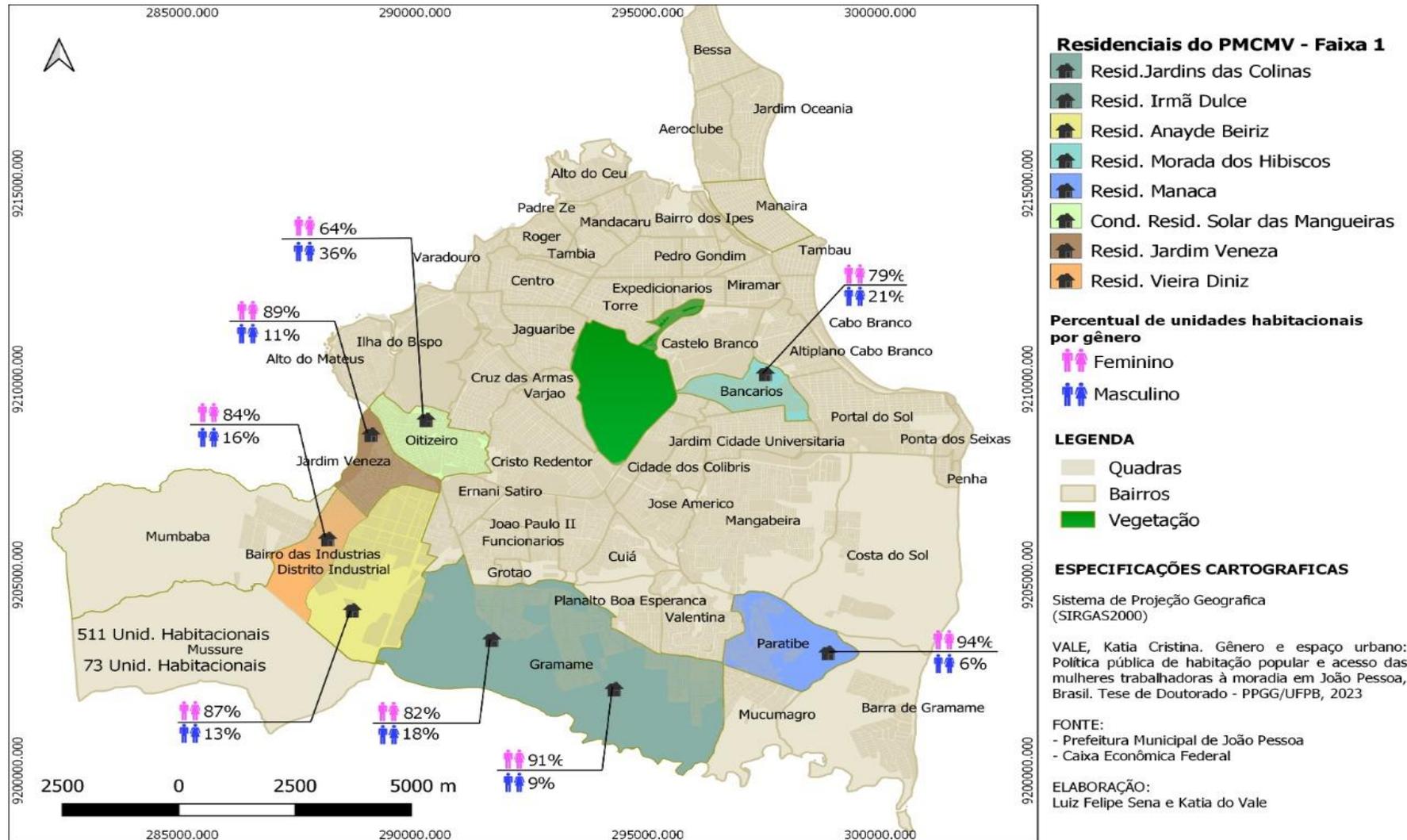
³⁶ Nas informações disponibilizadas pela CAIXA, constavam dados das(os) beneficiárias(os) que foram selecionados para aquisição da unidade habitacional.

O Residencial Irmã Dulce, localizado no Bairro de Gramame, é o maior com número de unidades habitacionais entregues, 1.244 UHs, sendo que 91% são de titularidade feminina, seguido do Residencial Multifamiliar Anayde Beiriz, localizado no Bairro do Distrito Industrial, com 584 UHs e 87,5% de titularia feminina entregues, e o Residencial Jardim Veneza, localizado no Bairro do Jardim Veneza, com 580 UHs, sendo 88,9% de titularidade feminina.

A Figura 11 mostra a localização dos empreendimentos construídos pelo PMCMV, com a distribuição do percentual da titularidade das unidades habitacionais dos Residenciais, comprovando que o Residencial Manacá tem a maior porcentagem das unidades habitacionais com titularidade feminina – 94% (230) das unidades – e com titularidade masculina de 6% – 14 unidades habitacionais. Na sequência, o Residencial Irmã Dulce, com 91% (1.128) das unidades habitacionais entregues com titularidade feminina e 9% (116) unidades com titularidade masculina. O Residencial Jardim Veneza apresentou um percentual de 89% (516) das unidades habitacionais com titularidade feminina e 11% (64) com titularidade masculina, ao passo que o Residencial Multifamiliar Anayde Beiriz apresentou a titularidade feminina correspondente a 87% (511) das unidades e titularidade masculina de 13% (73).

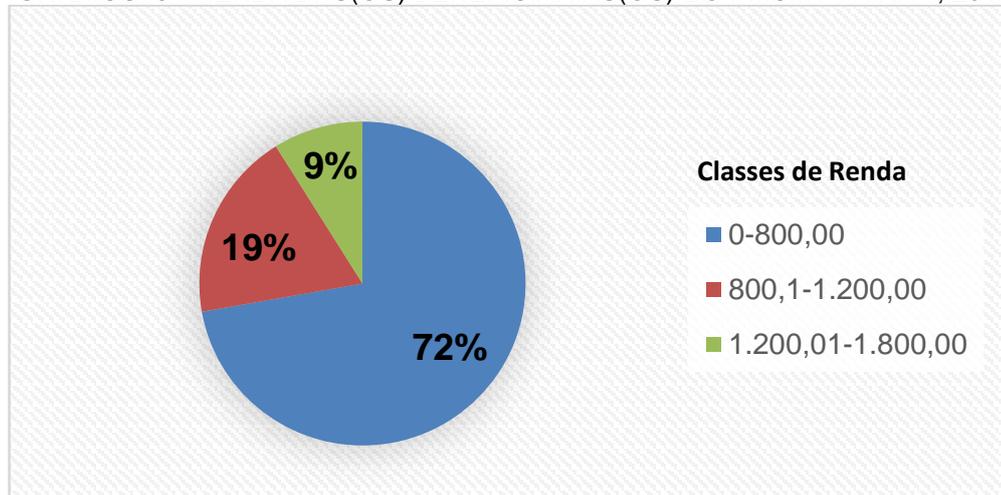
Estes dados da titularidade feminina do PMCMV, comparados aos expostos na tabela 7, mostra a predominância da propriedade masculina em todos os conjuntos habitacionais construídos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). Caso do bairro Ernesto Geisel, onde a titularidade masculina chegou a 72%; já o menor percentual é no bairro do Valentina, 56%. No entanto, faz-se necessário uma política pública com preferência à titularidade feminina da propriedade para que as mulheres sejam sujeitos de direito e conquistem a moradia própria.

FIGURA 11 - PERCENTUAIS DE UNIDADES HABITACIONAIS POR GÊNERO NOS EMPREENDIMENTOS DO PMCMV - FAIXA 1, EM JOÃO PESSOA, 2018



Ao analisarmos as faixas de renda das(os) beneficiárias(os)³⁷, percebemos uma acentuada diferença no rendimento mensal. O Gráfico 9 demonstra que há uma concentração de 72% das(os) beneficiárias(os) com renda de R\$ 0-800,00 reais; 19% correspondem a uma renda de R\$ 800,01-1.200,00 reais, e apenas 9% das(os) beneficiárias(os) ganham acima de R\$ 1.200,00 reais.

GRÁFICO 9 - RENDA DAS(OS) BENEFICIÁRIAS(OS) DO PMCMV FAIXA 1, 2018



Fonte: Caixa Econômica Federal, 2018

A Tabela 13, mostra a distribuição da renda das(os) beneficiárias(os) por empreendimento do PMCMV - Faixa 1. Das 2.773 beneficiárias que recebem até R\$ 800,00 reais mensais, 2.434 são mulheres chefes de família e 339 são homens. Dos rendimentos mensais que vão de R\$ 800,01 a R\$ 1.200,00 reais, que correspondem a 725 beneficiárias(os), 597 são mulheres e 128 são homens. E para a faixa acima de R\$ 1.200,01, que corresponde a 342 beneficiárias(os), 305 são mulheres e 39 são homens.

³⁷ O PMCMV - Faixa 1 atende à população de baixa renda que tem uma renda mensal de até 3 salários mínimos. A distribuição de renda correspondente ao gráfico 9 e à tabela 13 foi realizada pela autora com o objetivo de mostrar e especializar a condições de renda dos beneficiários do programa. Foram criadas três classe de renda: R\$ 0-800,00; R\$ 800,01-1.200,00 e R\$ 1.200,01-1.800,00 que representassem os rendimentos médios mensais dos beneficiários.

TABELA 13 - RENDA MENSAL EM REAIS DAS/OS BENEFICIADAS/OS POR EMPREENDIMENTOS DO PMCMV - FAIXA 1 EM JOÃO PESSOA , 2018

Empreendimento	Renda		
	0 – 800,00	8001,00 – 1.200,00	1.201,00 – 1.800,00
Resid. Jardim das Colinas	222	46	20
Resid. Jardim Veneza	473	62	45
Resid. Morada dos Hibiscos	123	69	32
Resid. Irmã Dulce	874	253	117
Resid. Anayde Beiriz	416	112	56
Resid. Manacá	196	36	12
Resid. Vieira Diniz	333	123	55
Cond. Resid. Solar das Mangueiras	136	24	5
Total	2.773	725	342

Fonte: Caixa Econômica Federal, 2018

As beneficiárias inclusas no grupo do Faixa 1 do PMCMV passam uma imagem de homogeneidade, por viverem uma mesma realidade social, dadas as condições a que estão submetidas, marcadas por experiências de desigualdade, exclusão e vulnerabilidade social (CAMPOS, 2019).

Os dados mostram a prioridade que o programa outorga às mulheres, e o compromisso expressa-se no espaço urbano de João Pessoa. A ampliação do acesso à titularidade residencial das mulheres trabalhadoras na cidade é significativa se comparada com os dados apresentados para o mesmo grupo em períodos anteriores (Tabela 7).

Se levarmos em conta os dados sobre a titularidade residencial feminina a partir dos residenciais analisados e pela extensão dos bairros onde estão localizados, podemos concluir que esses espaços representam o local de produção e reprodução das mulheres de forma diferenciada no espaço urbano. Tratam-se de locais que expressam forte presença de mulheres responsáveis pela sustentação das suas vidas e famílias. O processo da feminização desses espaços vai além da ampliação do número de mulheres neles, passando pela troca de experiências de vida e compartilhamento das necessidades e construção de “arranjos” femininos.

**CAPITULO IV - FEMINIZAÇÃO DA PERIFERIA: PRECARIZAÇÃO DA VIDA
DAS MULHERES NO ESPAÇO URBANO**

4.1 Chefia, família e acesso a moradia: indicadores da feminização da pobreza

Mulheres trabalhadoras, de baixa renda, moradoras de bairros das periferias urbanas em todo o Brasil sofrem no seu cotidiano os efeitos e contradições da “feminização da pobreza”. Neste capítulo, abordamos diferentes dimensões que caracterizam esse processo junto à precarização da vida, para, assim, apresentar o que, nesta tese, definimos como a **feminização da periferia**.

O conceito de feminização da pobreza foi cunhado nos Estados Unidos no final dos anos 1970. A bibliografia consultada (VEGA, 2019; WENNERHOLM, 2002; NOVELLINO, 2004; AGUIAR, 2011) coincide em atribuir a primeira referência a um trabalho de 1978 da pesquisadora Diana Pearce. Trata-se do artigo publicado na revista *Urban and Social Change Review*, intitulado “*Feminização da pobreza: mulher, trabalho e bem-estar*”. O artigo foi resultado da sua pesquisa sobre a condição econômica das mulheres chefes de família pobres no seu país e as políticas públicas existentes no final da década de 1970, que tinham essas mulheres como público-alvo. De acordo com Paula Aguiar (2011), Pearce revelou, introduzindo essa expressão, a necessidade do marcador de gênero na análise das famílias em situação de pobreza, afirmando que

Enquanto muitas mulheres são pobres porque vivem em famílias pobres chefiadas por homens, um número crescente de mulheres estão se tornando mais pobres por estarem sem companheiros e responsáveis pelos filhos (2011, p. 127 *apud* PEARCE, 1978).

O número de famílias monoparentais, ou não, sob a responsabilidade de mulheres aumentou continuamente nos Estados Unidos a partir da década de 1970. Pearce associava o processo de empobrecimento das mulheres ao aumento na proporção de famílias pobres chefiadas por mulheres. Para a autora, a pobreza estava se tornando rapidamente um problema feminino. Embora, como mostra a citação acima, reconheça que há mulheres pobres porque vivem em famílias chefiadas por homens que são pobres, ela concentrará sua análise nas mulheres “que são pobres porque são mulheres” (AGUIAR, 2011, p. 28). O que significa que as pesquisas que introduziram posteriormente o conceito passariam a indagar quais são as conseqüências econômicas e sociais de ser mulher responsável por uma família/domicílio –sem o apoio de um homem adulto –, que acabam por conduzir ou ampliar a situação de pobreza na qual vivem.

No Brasil, a posição de comando nas famílias e lares das mulheres cresceu de forma significativa no começo do século XXI. Segundo estudo dos demógrafos Suzane Cavenaghi e José Eustáquio Diniz Alves (2018), o crescimento é resultado das amplas transformações econômicas, sociais e demográficas ocorridas nas últimas décadas no país. Os autores revelam que, de 2001 a 2015, as famílias chefiadas por mulheres mais que dobraram em termos absolutos (105%), passando de 14,1 milhões em 2001 para 28,9 milhões em 2015. Quando observamos as famílias de núcleo duplo (casais com e sem filhos), o cenário torna-se mais acentuado.

[...] ao longo de 15 anos, o número de mulheres chefes passou de 1 milhão para 6,8 milhões, nos casais com filhos, um aumento de 551%. Entre os casais sem filhos, o percentual de crescimento foi ainda maior: de 339 mil famílias para 3,1 milhões, uma expansão de 822% (CAVENAGHI; ALVES, 2028, p. 09).

O aumento constatado ocorreu no Brasil como um todo, em todas as regiões, nas áreas rurais e urbanas, para todos os tipos de família e em todas as faixas de renda e educação. Embora, como os autores alertam, o despontar da chefia feminina, em parte, tenha ocorrido em decorrência de mudanças conceituais e na forma de coleta dos dados nas várias pesquisas domiciliares, não há dúvida de que representa um fenômeno social em aumento. De fato, a própria alteração na coleta da informação já é decorrente das mudanças sociais em relação à igualdade de gênero em curso.

Centrada nas mulheres de baixa renda, a pesquisa de Maria Salet Ferreira Novellino (2004) situa também, em 1978, a publicação de um trabalho pioneiro e referência nos estudos sobre a pobreza feminina no Brasil. Foi a pesquisa apresentada por Carmen Barroso no I Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, intitulada "*Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação das mulheres chefes de família*". Nele, a autora associa o aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres com o incremento de famílias chefiadas por mulheres em situação de pobreza. A autora não utiliza o conceito de Pearce, até porque este foi introduzido, como apresentamos, no mesmo ano. O interessante desse trabalho é que Barroso (1978) já identifica na década de 1970 esse aumento como um fenômeno especificamente urbano.

Maria Novellino (2004) pesquisou os estudos realizados entorno da feminização da pobreza, publicados durante os 25 anos seguintes ao surgimento do conceito. Neles, constatou que o conceito representava a ideia de que as mulheres vêm se tornando, ao longo do tempo, mais pobres do que os homens. Para a autora,

o processo “inicia-se quando a mulher passa a se responsabilizar pelo sustento da família e tem que, sozinha, manter a si e a seus filhos e filhas” (p. 2).

Nos estudos selecionados, Maria Novellino (2004, p. 3) identificou três tipos de motivos, diferentes e articulados, que justificariam o aumento da vulnerabilidade das mulheres, chefes de família, à pobreza:

- (a) O modo de participação da mulher no mercado de trabalho pelos seguintes motivos: (a) há uma prevalência de mulheres trabalhando em tempo parcial ou em regime de trabalho temporário; (b) discriminação salarial; (c) concentração em ocupações que exigem menor qualificação e para os quais os salários são baixos; e (d) participação nos mais baixos níveis da economia informal;
- (b) por entrarem no mercado de trabalho sem ter preparado seu capital humano para tal, pela baixa remuneração, para as quais se exige pouco ou nenhum tipo de treinamento profissional. A participação das mulheres que têm filhos no mercado de trabalho é comprometida pelas funções reprodutivas que têm que desempenhar. Como resultado, o seu trabalho pode ser julgado, por seus empregadores, como temporário ou secundário, e as suas casas e suas famílias como seu compromisso principal; o que lhes levariam a ter menor probabilidade de se engajar em atividades que representem gastos com pagamento de benefícios ou treinamento para seu empregador;
- (c) por ficarem dependentes de pensão alimentícia, que, na quase totalidade dos casos, não é recebida; ou porque os pais de seus filhos não estão acessíveis, isto é, tomaram direção ignorada, ou porque falta, a eles, recursos para sustentar uma nova família e, ao mesmo tempo, a anterior, isto é, eles não pagam pensão devido à sua própria pobreza.

Posteriormente, a categoria de gênero foi incorporada nas pesquisas sobre feminização da pobreza na década de 1980. Desde então, ampliaram-se as pesquisas acadêmicas sobre os problemas que enfrentavam as mulheres e que a categoria tornava visíveis. Ao tempo, surgiram as primeiras críticas à formulação original do conceito de feminização da pobreza, questionando que a evidência dada apenas à feminização não levava em conta aspectos de nacionalidade, raça e classe como explicativos e complementares na produção da desigualdade (AGUIAR, 2011).

Na década seguinte, 1990, vários periódicos internacionais publicaram números especiais sobre pobreza e gênero – incluindo o *World Development* (1995), *Gender and Development* (1997), *IDS Bulletin* (1997) e *Development and Change* (1999) –, formando uma vasta literatura que documentava a desvantagem das mulheres em diferentes dimensões da reprodução social (WENNERHOLM, 2002). Na época, a literatura focalizou particularmente o destino das famílias chefiadas por mulheres. Os resultados das pesquisas mostram evidências comuns aos espaços

industrializados, que apontavam maiores índices de pobreza entre esse grupo de famílias.

Questões e preocupações com a pobreza das mulheres foram expressas através de uma série de conferências mundiais durante o início da década de 1990: Viena, 1993; Cairo, 1994; Pequim, 1995; Copenhague, 1996. Elas constituíram um marco no avanço da luta por direitos das mulheres em todo mundo, dando-lhes visibilidade, como tratamos no primeiro capítulo desta tese.

Retomamos aqui a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (IV-CMM), de 1995, quando se criou a Plataforma de Ação contra a pobreza da Mulher. Na Declaração final dessa plataforma, tipificaram-se as múltiplas formas nas quais a pobreza feminina se revelava nos territórios e nas vidas das mulheres, e contra as quais dever-se-ia atuar.

[...] falta de renda e de recursos produtivos suficientes para garantir um meio de vida sustentável; fome e desnutrição; falta de saúde; falta de acesso, ou acesso limitado, à educação e a outros serviços básicos; aumento da enfermidade e da mortalidade causadas por doenças; moradia inadequada ou ausência de moradia; insegurança, discriminação e exclusão sociais (ONU MULHER, 1995, p. 164).

Todas elas remetiam à ausência de direitos humanos básicos garantidos para grande parte da população feminina global. A Declaração sinalizou também que a pobreza feminina “caracteriza-se pela falta de participação [das mulheres] no processo de tomada de decisões e na vida civil, social e cultural” (ONU MULHER, 1995, p. 164). A pobreza das mulheres estaria, segundo esta entidade, diretamente relacionada com

a falta de oportunidades e de autonomia econômicas; a falta de acesso aos recursos econômicos, inclusive crédito, propriedade da terra, direito à herança; a falta de acesso à educação, aos serviços de apoio e a sua participação mínima no processo de tomada de decisões (ONU MULHER, 1995, p. 164).

No mesmo ano da IV-CMM, o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) introduziu, em seus relatórios anuais sobre o desenvolvimento humano, o Índice de Desenvolvimento de Gênero (GDI) e a Medida de Empoderamento de Gênero (GEM). O GDI pretende medir a desigualdade de gênero, e a GEM tem como objetivo mensurar a participação das mulheres na tomada de decisões políticas, o seu acesso a oportunidades profissionais e seu poder aquisitivo (VEGA, 2019; WENNERHOLM, 2002). Para Carolina Wennerholm (2002),

esses indicadores utilizados na elaboração de relatórios mundiais têm associado o aumento da pobreza entre as mulheres à sua situação desigual no mercado de trabalho, ao seu tratamento nos sistemas de bem-estar social e ao seu status e poder na família.

Outras abordagens frequentes, segundo Paula Lucía Aguiar (2011), tem sido a predominância de mulheres entre os pobres; o impacto com viés de gênero da causa da pobreza; a tendência desproporcional do aumento progressivo de mulheres pobres; e o grau de vulnerabilidade da pobreza feminina. Todavia, para a autora, e concordando com ela, para além dessas abordagens, é necessário rever a condição de pobreza em relação à renda familiar.

No Brasil, se observarmos os dados apresentados pelo relatório *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, elaborado pelo IPEA, em 2015³⁸, havia no Brasil 28.614.895 famílias chefiadas por mulheres, sendo 15.872.953 (41,1%) chefiadas por mulheres negras e 12.741.942 (39,7%) chefiadas por mulheres brancas.

A ampla maioria das famílias chefiadas por mulheres negras recebiam até 1 salário mínimo (67,7%), seguidas das que recebiam de 1 a 3 salários mínimos (27,8%). No caso das mulheres brancas, uma alta porcentagem das famílias chefiadas por elas (42,5%), apenas recebiam 1 salário mínimo, seguidas, quase na mesma proporção (41,7%), das famílias que recebiam entre 1 a 3 salários mínimos. O que significa que, no caso das mulheres brancas, 84,25% das famílias sobreviviam, em 2015, com rendas mensais de até 3 salários mínimos, e, no caso das famílias chefiadas por mulheres negras, 95,5%. Dados que mensuram o “lado feminino” da pobreza e nos ajudam a entender o seu processo de feminização. A Tabela 14 recolhe e amplia essas informações.

³⁸ Foi utilizado na pesquisa o relatório do IPEA de 2015, por ser o mais recente encontrado com esses indicadores.

TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES, SEGUNDO COR/RAÇA* DA CHEFE DE FAMÍLIA E FAIXA DE RENDA FAMILIAR – BRASIL, 2015

Cor/ Raça	Percentual de Famílias chefiadas por mulheres	Renda familiar	Ano
			2015
Branca	39,7%	Até 1 SM	42,5
		Acima de 1 a 3 SM	41,7
		Acima de 3 a 5 SM	8,2
		Acima de 5 a 8 SM	4,5
		Acima de 8 SM	3,1
Negra	41,1%	Até 1 SM	67,7
		Acima de 1 a 3 SM	27,8
		Acima de 3 a 5 SM	2,9
		Acima de 5 a 8 SM	1,1
		Acima de 8 SM	0,6

*A população negra é composta por pretos e pardos

*Valores com base no Salário Mínimo em set./2015, R\$ 788,00

Fonte: IPEA, 2015
Elaboração: Katia Vale

Além da renda, concordamos com Ania Vega (2019), acerca da necessidade de se utilizarem outras dimensões da vida, como

“a saúde e educação, vulnerabilidade e risco, crime, violência e outros fatores ressaltados pelas pessoas pobres como importantes, e que informam sobre as formas desiguais em que afetam homens e mulheres” (2019, p. 182).

Isso porque, como lembra Paula Aguiar (2011), a ênfase na renda familiar tem provocado nas análises o descaso de outras dimensões da pobreza e de aspectos relacionados à discriminação de gênero, invisibilizando o acesso a recurso, a créditos, à propriedade da terra e, especificamente, a moradia.

Em relação ao direito a moradia adequada para as mulheres, como garantia da sua reprodução social e efetivação de outros direitos, para a relatora especial da ONU, Raquel Rolnik (2012, p. 6), são necessários os seguintes pilares:

segurança na posse, habitabilidade, disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, localização adequada, adequação cultural, não discriminação e priorização de grupos vulneráveis e custo acessível.

A habitação social produzida pelo PMCMV se apresenta com padrão construtivo semelhante e de localização periférica, acarretando, na vida das mulheres beneficiadas, uma nova forma de discriminação social e de gênero na cidade. Portanto, uma outra dimensão de violência estrutural e institucionalizada contra elas.

Nesta pesquisa, entendemos que essa discriminação não é cumulativa, ou seja, a simples superposição de relações de poder e sistemas de controle sociais/culturais sobre elas. É, todavia, uma “nova” forma de discriminação, resultado da interseccionalidade de sistemas de opressão diversos e articulados, como são a desigualdade de gênero, a exploração de classe, a discriminação racial e a segregação espacial.

Segundo Poliana Monteiro (2015, p. 84),

a desigualdade conformada por distintivos sociais, raciais e de gênero determina um processo de acúmulo de desvantagens. A posição social conformada pelo acúmulo dos distintivos classe e gênero determina o lugar possível que se reafirma no espaço vivenciado. A perspectiva que há uma profunda conexão entre a produção do espaço e a construção das relações de gênero determina a reflexão sobre como a organização territorial reflete nas desigualdades. As distâncias espaciais que afirmam distâncias sociais, organizam, qualificam e naturalizam as estruturas sociais materializadas pela produção capitalista do espaço.

O acúmulo de desvantagens dá lugar a novas formas de desigualdade. A produção capitalista do espaço urbano mercantiliza a terra e o imóvel. Portanto, a terra urbana ou imóvel são vistos como mercadorias valiosas que podem ser compradas, vendidas e/ou exploradas para se obter lucro. Para as mulheres chefes de família, a terra ou imóvel, enquanto moradia, significa muito mais que uma mercadoria. É um espaço essencial para a manutenção e proteção daqueles que dependem de seus cuidados.

O acesso à titularidade da moradia pelas mulheres nas periferias urbanas garante a propriedade feminina da habitação familiar. Ao tempo que ter uma casa é uma conquista real para essas mulheres, existe um tensionamento entre a efetivação desse direito e a ampliação das cargas da reprodução social e dos cuidados junto à ampliação da precariedade do trabalho e da vida nas periferias, por serem estes espaços de convívio desprovidos de serviços urbanos adequados. Por um lado, ao tempo que se conquista a casa própria, na periferia, a precarização da vida se amplia. É nessa contradição que se fundamenta a dialética da feminização da periferia, que apresentamos nos próximos itens.

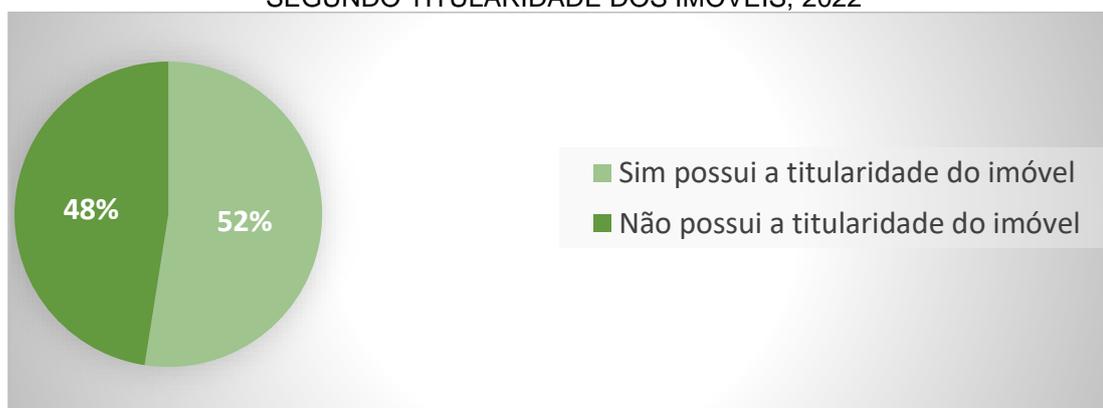
4.2 A titularidade feminina em residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de João Pessoa

Titularidade feminina significa que as mulheres têm o direito legal de serem proprietárias das casas em que vivem. Como foi exposto, no capítulo III, a titularidade feminina é parte de um programa habitacional no Brasil que visa proporcionar moradias para famílias de baixa renda.

Em João Pessoa, durante o período de 2009 a 2017, foram construídos 7 (sete) empreendimentos do PMCMV: 1 - Residencial Multifamiliar Anayde Beiriz (Bairro do Distrito Industrial); 2 - Residencial Irmã Dulce (Bairro de Gramame); 3 - Residencial Jardim Veneza (Bairro Jardim Veneza); 4 - Residencial Jardins das Colinas (Bairro de Gramame); 5 - Residencial Manacá (Bairro Paratibe); 6 - Residencial Morada dos Hibiscos (Bairro dos Bancários); e 7 - Residencial Vieira Diniz (Bairro das Indústrias).

Dados da CEF (2018) mostram que, no conjunto dos sete residenciais, as mulheres respondem por 87% das escrituras dos empreendimentos, e os homens por 13% das UH no cadastro dessa entidade. Todavia, a pesquisa de campo revelou-nos que a titularidade feminina dos empreendimentos no grupo selecionado é de 52% dos imóveis, sendo que 48% não participaram do cadastro, como mostra o Gráfico 10. Das mulheres titulares, 25% adquiriram os imóveis por repasse, 55% moram de aluguel e 20% em imóveis emprestados por outra mulher, como a mãe, sogra ou alguma familiar próxima.

GRÁFICO 10 - PERCENTUAIS DE MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA MORADORAS DE RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, SEGUNDO TITULARIDADE DOS IMÓVEIS, 2022



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Esse dado é relevante, principalmente para mostrar que as políticas e programas de habitação popular têm que favorecer a localização das famílias chefiadas por mulheres pobres em áreas mais centrais ou melhor comunicadas, para atender suas necessidades na produção e reprodução no espaço urbano. Mas também por mostrar que uma política habitacional proporciona segurança às mulheres e aos seus filhos, que, muitas vezes, eram colocados para fora de casa após uma separação, uma situação de violência doméstica, por não terem uma renda para pagar o aluguel de uma moradia. Agora, essas mulheres possuem um imóvel em seu nome.

A pesquisa realizada por Poliana Monteiro (2015) sobre a titularidade feminina no PMCMV relata a efetivação e a contribuição para a diminuição da vulnerabilidade da mulher em relação à titularidade da moradia. A autora realizou algumas entrevistas, onde foi relatado

[...] por uma moradora que era anteriormente casada, estava inscrita no PMCMV, mas recebia a ameaça do marido de vender o imóvel quando fossem contemplados, diante disso a entrevistada procurou a assistente social que efetivou a titulação feminina, prevenindo a arbitrariedade do cônjuge. Outro caso exemplar foi de uma entrevistada que relatou ter feito o cadastramento junto com o marido, mas a assistente social orientou a titulação feminina, o que, segundo a entrevistada, lhe ajudou, pois o marido ficou noivo de outra mulher pela internet. Eles ainda moram juntos, mas, na percepção da entrevistada, se o marido tivesse autonomia para vender ou expulsá-la do apartamento, estaria disposto a fazê-lo (MONTEIRO, 2015, p. 105).

No caso dos imóveis concedidos pelo PMCMV, o repasse é ilegal, sendo um processo ilícito a comercialização, ou seja, trata-se de uma negociação não intermediada pelo órgão responsável. Esse fato acontece por vários motivos, segundo pesquisa anterior de Katia do Vale (2012), e pode ser interpretado como um reflexo da insatisfação com o local e da dificuldade de adaptação, somando-se ao fator da violência urbana, dificuldade com o acesso aos transportes públicos, acesso a saúde e escolas para os filhos.

Porém, vários dos residenciais foram construídos distantes das áreas mais adensadas da cidade, sendo localizados nos limites da malha urbana, com perspectiva para uma valorização futura. Assim, quando as mulheres e suas famílias foram habitar nos residenciais, em seu derredor, existia uma vasta área para valorização já que, como apenas foram entregues as unidades habitacionais, o espaço não tinha sido tomado pelos equipamentos e serviços urbanos necessários. A presença dos equipamentos e serviços urbanos no entorno dos residenciais é

importante para as mulheres exercerem suas plenas funções em sociedade, como ter acesso ao mercado de trabalho, deixando seus filhos em creches e escolas e tendo acesso à saúde e ao lazer.

Segundo Poliana Monteiro (2015), é comum que a elaboração de políticas públicas ignore a vulnerabilidade feminina na cidade. Fato que acontece por serem desconsideradas as funções sociais generificadas que condicionam a mulher segundo as demandas da convivência cotidiana familiar, e não a partir das necessidades como mulher, da sua produção e reprodução no espaço urbano.

Outro fator que é negligenciado na elaboração de políticas públicas são as especificidades de composição familiar e o número de residentes. Para Poliana Monteiro, (2015 p. 107), “a provisão de habitação de interesse social homogeneizada e homogeneizadora reafirma a faceta mercantilizada da moradia em oposição ao direito à habitação”

Quando adentramos no campo da titularidade feminina de imóveis concedidos pelo poder público, verificamos que existe o empoderamento e a segurança das mulheres em relação à propriedade privada (moradia), e, por outro lado, observa-se a realização de uma política que não leva em consideração as necessidades diversas das mulheres, principalmente em relação à localização dos residenciais e à disponibilidade de equipamentos e serviços públicos.

4.3 Os limites dos cuidados e da dependência na vida das mulheres

A vulnerabilidade das mulheres da periferia pode ser analisada a partir das relações do cuidado e dependência dos filhos e idosos; do acesso ao conhecimento; das relações de trabalho instáveis e de baixa remuneração; da disponibilidade de recursos e das condições de habitação (MONTEIRO, 2015). A vulnerabilidade das mulheres, portanto, não se restringe à ausência de cônjuge e nem à carência financeira, mas ao possível acúmulo de inseguranças relacionadas à sua posição social e espacial na cidade.

As tarefas desenvolvidas pelas mulheres, como os afazeres das responsabilidades inerentes à criação dos filhos e filhas e ao cuidado de idoso e/ou familiares doentes, definem a sua vivência no cotidiano (MONTEIRO, 2015).

Para analisar o peso dos cuidados e da dependência na vida das mulheres entrevistadas, levantamos a quantidade de pessoas morando na mesma unidade

habitacional; o tipo de composição familiar e a presença de dependentes; o número de filhos e netos; a existência de ajudas governamentais com a transferência de renda ou de pessoas autônomas para o cuidado das crianças e/ou familiares enfermas³⁹.

O número de residentes nas unidades habitacionais tem seu maior percentual em moradias com dois e três moradores (26%); quatro moradores (25%) e um morador (11%). Os domicílios com cinco residentes totalizam 6%; seis moradores, 3%. Enquanto que domicílios com sete ou mais moradores representam 2% (Tabela 15).

TABELA 15 - NÚMERO DE RESIDENTES POR UNIDADE HABITACIONAL DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)

Número de residentes	Percentual por domicílios
1 residente	11%
2 residentes	26%
3 residentes	26%
4 residentes	25%
5 residentes	6%
6 residentes	3%
7 ou mais residentes	2%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Em algumas moradias, foi observada uma maior densidade de ocupação com até 10 moradores, embora seja uma exceção. O fato comprova uma homogeneização da provisão habitacional e a padronização das necessidades de moradia, independentemente da quantidade de pessoas no arranjo familiar.

As unidades habitacionais construídas pela Faixa I do PMCMV baseiam-se no modelo familiar considerado padrão: um casal e dois filhos. Os imóveis são construídos com uma área de 42 m², sendo compostos por dois quartos, portanto inadequados para famílias que comportam mais de quatro moradores.

Na nossa pesquisa, o tipo de composição familiar foi elaborado a partir da definição do estado civil declarado pelas mulheres entrevistadas. Para as famílias conjugais, consideramos as unidades habitacionais cuja composição familiar é de casados ou com união estável. As famílias monoparentais femininas são compostas pelas unidades habitacionais cuja composição é de mulheres solteiras, divorciadas ou

³⁹ Ver modelo de questionário nos Anexos

viúvas com filhos. Por último, outros arranjos familiares são formados pelas famílias mais agregados.

O tipo de composição familiar predominante nas unidades habitacionais pesquisadas são as famílias monoparentais femininas (42%), seguido pelas famílias conjugais (32%) e outros arranjos familiares (25%), conforme Tabela 16.

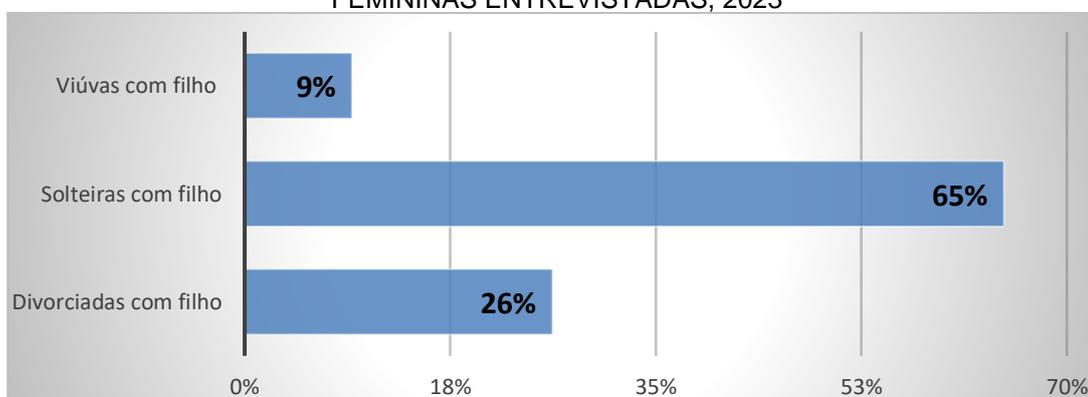
TABELA 16 - PERCENTUAIS DO TIPO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR POR DOMICÍLIO DAS MULHERES ENTREVISTADAS, 2023

Composição Familiar	Percentual por domicílio
Família conjugal	32%
Família monoparental feminina	42%
Outros arranjos familiares	25%

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Das mulheres entrevistadas, 65% são solteiras com filhos; 26%, divorciadas com filhos; e 9% viúvas com filhos, como mostra o Gráfico 11. As mulheres solteiras, divorciadas e viúvas com filhos, são consideradas “mães solo”, por serem responsáveis integralmente pela criação, cuidado e educação de seus filhos. A vida dessas mulheres é sobrecarregada pelo excesso de responsabilidade na criação dos filhos e por exercerem suas atividades diárias nas múltiplas jornadas de trabalho.

GRÁFICO 11 - PERCENTUAIS DO TIPO DE COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS ENTREVISTADAS, 2023

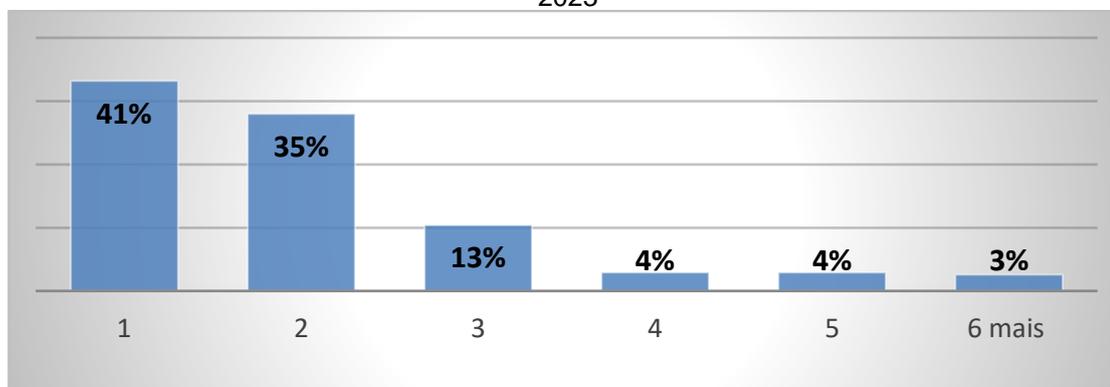


Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

O número de residentes por domicílios associado à faixa etária dos filhos é importante para quantificar o número de dependentes por unidades habitacionais. A quantidade de moradias com a presença de filhos corresponde a 69%. Em relação à quantidade de filhos por unidade habitacional, foi observada a presença de mais de 6

(seis) filhos (3%), embora esta seja uma exceção. A quantidade de filhos que apresenta maior porcentagem é 1 (um) filho por moradia (41%); seguido por 2 (dois) filhos (35%) e 3 (três) filhos (13%), conforme demonstrado no Gráfico 12.

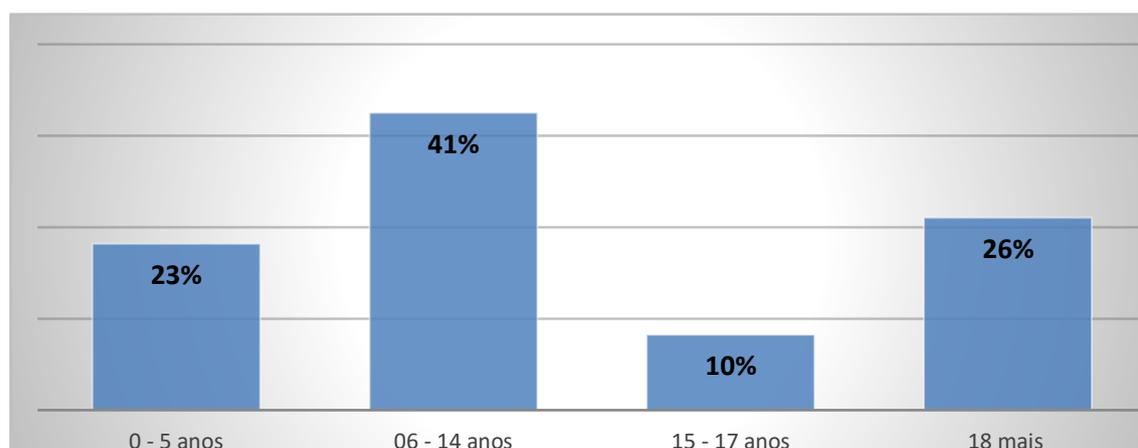
GRÁFICO 12 - PERCENTUAIS DE FAMÍLIAS ENTREVISTADAS SEGUNDO NÚMERO DE FILHOS, 2023



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

A dependência e cuidados são relevantes nas moradias em que as mulheres possuem filhos crianças e adolescentes. Das mulheres entrevistadas, 74% têm filhos dependentes de cuidado. Destas, 23% têm filhos na faixa etária de 0 a 5 anos; 41% têm filhos de 06 a 14 anos; 10% têm filhos de 15 a 17 anos e 26% têm filhos com mais de 18 anos, como mostra o Gráfico 13. Esses dados mostram que há um alto grau de dependência dos filhos com as mães, considerando que há um grande percentual de “mães solo”.

GRÁFICO 13 - PERCENTUAIS DAS FAIXAS ETÁRIAS DOS FILHOS E FILHAS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS, 2023



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

A análise da transferência de renda associada às especificidades de gênero, classe e composição familiar, é importante para a compreensão do grau de vulnerabilidade das famílias, principalmente da família monoparental feminina. O principal benefício recebido é o Bolsa Família; na amostragem da pesquisa, 73% das famílias são beneficiadas, e 25% não estão cadastradas no programa. Além do Bolsa Família, foram identificadas outras formas de renda, como auxílio doença e pensão de pais (2%).

O Bolsa Família é uma política pública destinada aos grupos de baixa renda, ou seja, os mais pobres, e, em particular, às mulheres responsáveis pela saúde e escolaridade dos filhos. A vacinação e escolarização são condições impostas para manutenção do programa.

Das 73% das mulheres que recebem o Bolsa Família, 63% correspondem a domicílios compostos por famílias monoparentais femininas, e 37% são domicílios com famílias conjugais com presença de criança. As mulheres que não recebem o programa do Bolsa Família (26%) compõem as famílias conjugais. Em alguns casos, as entrevistadas declaram não precisar da renda extra, pois seus esposos ou companheiros trabalham, e o rendimento mensal dá para suprir as necessidades da casa. Em outros casos, ambos os responsáveis trabalham.

Durante a pesquisa de campo, o relato de uma entrevistada reforça a importância do Programa Bolsa Família como uma renda regular para as famílias de baixa renda. Uma criança foi hospitalizada com desnutrição infantil porque seus pais estavam passando por extrema dificuldade financeira. Uma das entrevistadas afirmou não ter nenhum alimento para seus filhos no dia seguinte. Para algumas famílias dos residenciais do PMCMV, o Bolsa Família é a principal renda do domicílio, sendo, assim, um paliativo no enfrentamento da pobreza e das necessidades básicas, como alimentação e remédios. Isso reforça também o papel da mulher no cuidado e nos provimentos dos filhos, considerando que, na maioria, são famílias monoparentais femininas.

Das mulheres entrevistadas com filhos, apenas 15% recebem ajuda das mães, sogras ou irmãs no cuidado das crianças. Algumas relataram deixar as crianças para trabalhar, ou quando precisam se deslocar do residencial para uma consulta médica, fazer compras etc. Já 85% relataram não ter com quem deixar seus filhos para poderem trabalhar ou mesmo se deslocar do residencial por alguma necessidade.

O cuidado e dependência, segundo Poliana Monteiro (2015, p. 88) “centraliza a realidade cotidiana das mulheres, pois determina a possibilidade de acesso ao conhecimento, ao mercado de trabalho e, conseqüentemente, de geração de renda autônoma”. A probabilidade das mulheres socializarem o cuidado com os dependentes é a efetivação dos serviços básicos de creche e escola próximos ao local de moradia.

Os dados confirmam que as mulheres são prioritariamente as beneficiárias pela modalidade do PMCMV, que possuem, em sua maioria, uma transferência de renda governamental (Bolsa Família) como subsídio para minimizar a pobreza, dando suporte para atender às suas necessidades básicas. A composição das famílias monoparentais femininas evidencia a precariedade da vida das mulheres na periferia urbana.

4.4 Os limites do trabalho remunerado na trajetória das mulheres

A análise das relações de trabalho sinaliza as diferenças no nível de acesso ao espaço urbano e, conseqüentemente, o grau de autonomia e vulnerabilidade das mulheres, dentro e fora do lar, ao se observarem os tipos de trabalhos exercidos pelas mulheres entrevistadas, os locais e a jornada de trabalho, forma de transporte utilizado para o deslocamento e a renda mensal e a renda familiar obtidas. Esses dados foram associados à localização dos empreendimentos, à composição familiar e à escolaridade das entrevistadas.

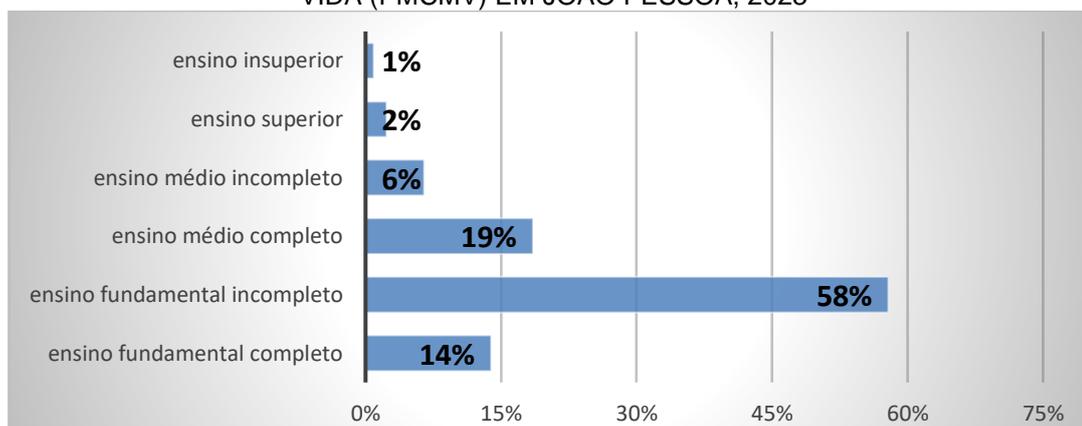
A primeira verificação em relação ao acesso ao trabalho está relacionada à localização dos residenciais do PMCMV, construídos em áreas periféricas, refletindo nas condições e relações de trabalho das moradoras, já que essas localidades se apresentam sem potencial de oferecer postos de trabalho no seu entorno imediato.

Nos residenciais do PMCMV estudados, 40% das entrevistadas exercem alguma atividade remunerada, e 60% declaram não exercer nenhuma atividade remunerada. Entre as mulheres que afirmaram não exercer atividade remunerada, 45% declaram-se como donas-de-casa; 35% como desempregadas – isto é, um fator conjuntural não estarem inseridas no mercado de trabalho –; 16% como aposentadas; 3% recebem auxílio doença dos filhos, e 1% pensão do ex-marido.

Outro fator relevante para a análise desse grupo é o acesso das mulheres à educação formal e profissional, sendo, portando, um meio de ascensão no mercado

de trabalho quando possuem maior nível de escolaridade. Como podemos visualizar no Gráfico 14, o Ensino Fundamental incompleto foi o nível de escolaridade mais frequente entre as mulheres entrevistadas (58%), seguido do Ensino Médio (19%) e do Ensino Fundamental completo (14%). Apenas 1% das entrevistadas tem uma formação superior na área de educação e saúde.

GRÁFICO 14 - PERCENTUAIS DE NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DAS MULHERES ENTREVISTADAS NOS RESIDENCIAIS SELECIONADOS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2023



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

O acesso ao trabalho com carteira assinada ou a um serviço público, ou seja, recebendo os direitos trabalhistas, corresponde a 22% das entrevistadas. Destas, 29% são em empresa privada e 19% em serviço público.

O trabalho sem carteira assinada é expressivamente superior (78%) entre as mulheres, reafirmando a informalidade e a precariedade das relações de trabalho feminino. As atividades remuneradas informais são a única opção de geração de renda autônoma para muitas que, sozinhas, cuidam dos seus filhos.

As mulheres que trabalham sem carteira assinada, ou seja, autônomas, são: vendedoras de salgados, caldos, produtos de beleza, comércio na residência, como brechós, mercadinhos e bares (21%); agricultoras (2%); cuidadoras de idosos e crianças (3%); diaristas/faxineiras (23%); empregadas domésticas (1%); e trabalhadoras da indústria da reciclagem (3%), como apresentamos na Tabela 17.

TABELA 17 - TRABALHOS EXERCIDOS PELAS MULHERES DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2023

Trabalho com direitos	Trabalho sem carteira assinada (autônomas)
<p>Setor público: Serviço prestado à PMJP; Agente administrativa/PSF; Técnica de análise clínica e Agente de saúde;</p> <p>Setor privado: administrativo de hospital, técnica de enfermagem, Pedagoga, Professora, Empregada doméstica, Recepcionistas, Auxiliar de Farmácia, Administradora na área financeira, Empregada doméstica.</p>	<p>Vende produtos de beleza, caldos e salgados; comércio na própria residência: Brechós, mercadinhos e bares; Faxineira/diarista; Empregada doméstica, Agricultora, Auxiliar de serviços gerais, Auxiliar de cozinha, Cabeleira, Cuidadora de idoso, Cuidadora de Crianças, Garçonete, Reciclagem.</p>

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

As mulheres que exercem atividades produtivas nas unidades habitacionais para a geração de renda familiar – como brechós, mercadinhos, bares, cabelereiras, vendedoras de salgados, caldos, produtos de beleza – modificaram os projetos iniciais do residencial.

Ainda que o PMCMV tenha sido previsto apenas para o uso residencial exclusivo, verificamos que, atualmente, há outros usos no local que traduzem as demandas e necessidades não contempladas no projeto original. Com isso, as garagens de algumas unidades habitacionais dos residenciais Irmã Dulce e Jardim Veneza foram transformadas em comércios ou áreas para prestação de serviços à comunidade.

Esses usos relacionam-se, principalmente, com a necessidade de trabalho e renda, concomitantemente ao fato de atenderem às necessidades diárias da população do residencial e do entorno. Os "novos" usos compreendem basicamente estabelecimentos como mercadinhos, fiteiros, salão de beleza, pet shop e depósito de bebidas, conforme demonstra a Figura 11.

FIGURA 12 - MUDANÇA DE USO NO RESIDENCIAL IRMÃ DULCE, JOÃO PESSOA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Os residenciais Irmã Dulce, Jardim Veneza e Manacá possuem uma garagem para cada proprietário das unidades habitacionais, tornando possível a construção de anexos para o uso complementar. A proprietária do comércio “Oxente Bebidas” (Figura 11) relatou que abre às 9:30hs da manhã e fecha às 00:00hs, porque o maior movimento é noturno, e considera o residencial seguro para trabalhar à noite. O trabalho de atendimento no comércio é compartilhado com seu esposo. A entrevistada, além de trabalhar no comércio, também exerce sozinha as atividades domésticas, que não são compartilhadas com o esposo.

No residencial Morada dos Hibiscos, cada habitação possui sua garagem, mas o regulamento do condomínio proíbe a mudança de uso. Já os residenciais Jardins da Colina, Anayde Beiriz e Vieira Diniz são garagens rotativas, ou seja, as unidades habitacionais não possuem uma garagem própria, inviabilizando a mudança do uso, como podemos observar na Figura 12.

FIGURA 13 - RESIDENCIAL JARDINS DA COLINA COM GARAGENS ROTATIVAS, JOÃO PESSOA

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Segundo a pesquisa realizada por Leiliane Bhering (2014) com um grupo de mulheres chefes de família, o trabalho constitui-se como algo essencial na vida das mulheres, pois simboliza a luta diária por melhores condições de vida e a garantia da sua sobrevivência e da família. Além do cansaço diário pela dupla jornada de trabalho, pela sobrecarga do trabalho doméstico, há também a insatisfação dos baixos rendimentos mensais pela baixa escolaridade e pouca ou nenhuma qualificação profissional.

As atividades exercidas pelas mulheres são bastante diversificadas, e, em algumas funções desempenhadas no trabalho com carteira assinada, há uma necessidade maior de qualificação profissional. Nesse sentido, verificou-se maior escolaridade entre as mulheres, sendo que 35% concluíram o Ensino Médio, e 8% finalizaram o Ensino Técnico e Superior e exercem suas profissões como pedagoga, professora, biomédica e técnica em enfermagem. A qualificação profissional das mulheres em nível superior do ensino foi algo bem restrito.

Os rendimentos mensais obtidos pelo trabalho das mulheres mostram que 48% recebem menos de 1 salário mínimo; 40% recebem 1 salário mínimo; e 10% recebem até 2 salários mínimos. Constatamos que 67% das entrevistadas são as principais provedoras da moradia, uma vez que são responsáveis pela principal renda do domicílio.

A precariedade do trabalho feminino é visível nos dados apresentados e estão constantes nos trabalhos vinculados à informalidade, concomitante aos baixos

rendimentos mensais e aos baixos níveis de educação formal. No entanto, 71% dessas mulheres declararam receber outra renda proveniente de programas sociais (30%), cônjuge (29%), aposentadoria de idosos e auxílio doença (8%) e outros (5%).

Das entrevistadas que não têm sua renda como basilar no domicílio, 49% declararam como principal renda os subsídios de programas sociais, 32% a renda do cônjuge, 5% aposentadoria e 14% outros.

Além da precarização do trabalho feminino, há também a flexibilização do trabalho, que mensuramos pela carga horária de trabalho diária. Como demonstra a Tabela 18, as mulheres têm carga horária extensa na maioria das atividades exercidas diariamente.

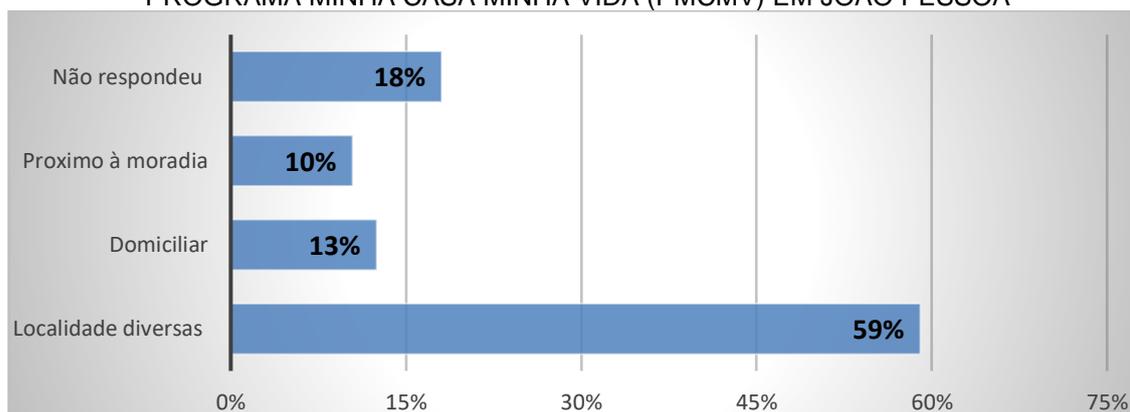
TABELA 18 - CARGA HORÁRIA DIÁRIA DAS MULHERES ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV), EM JOÃO PESSOA, 2023

Carga Horária	Atividades realizadas
4h	Vendedoras de salgados, caldos, produtos de beleza; Coleta de reciclagem;
5h	Pedagoga; Comércio na residência: Brechó e bar
6h	Serviços Gerais; Faxineira / diarista; Cuidadora de idoso; Agente de saúde
7h	Faxineira / diarista
8h ou mais	Comércio na residência: mercadinho, bar; Faxineira; Funcionária pública; Auxiliar de farmácia; Recepcionista; Cabeleireira; Agente administrativa PSF; Atendente de Farmácia; Atendente de Hotel; Podóloga; Coleta de reciclagem; Auxiliar de limpeza; Garçonete
Escala	Técnica de enfermagem; Técnica em laboratório

Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

As atividades são exercidas em diferentes locais: 10% relataram trabalhar próximo à moradia; 13% trabalham no próprio domicílio, e 59% relataram se deslocar do residencial para outros bairros, como mostra o Gráfico 15. Os bairros onde as mulheres exercem os seus trabalhos são: Água Fria, Bancários, Bessa, Bairro das Indústrias, Cabo Branco, Cristo, Cruz das Armas, Distrito Industrial, Expedicionários, Jaguaribe, Mangabeira, Manaíra, Miramar, Tambaú, Torre e Valentina.

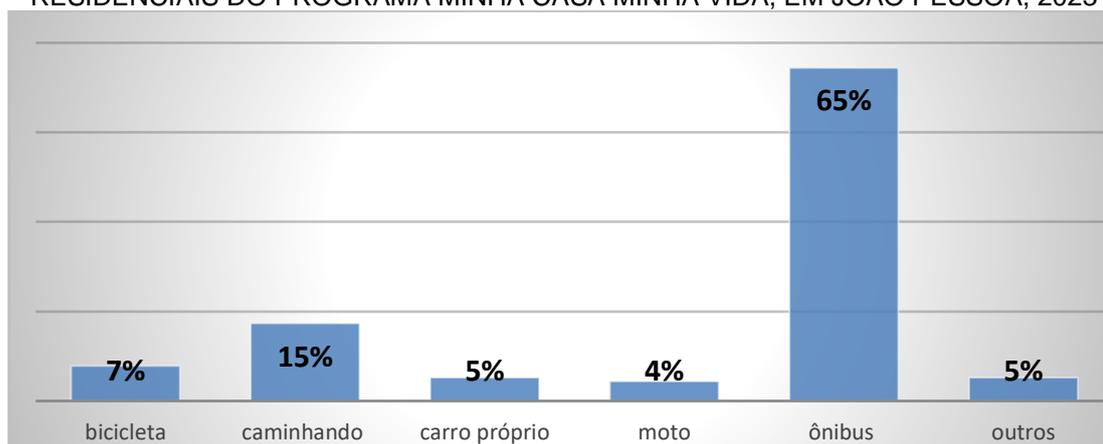
GRÁFICO 15 - LOCAL DE TRABALHO DAS ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

O principal meio de deslocamento que as entrevistadas utilizam para chegarem ao trabalho é o ônibus (65%). Essa porcentagem é menor para o deslocamento a pé, tendo em vista que 15% utilizam a caminhada para se locomoverem; o uso de bicicleta é de 7%; carro próprio, 5%; moto, 4%; e outros, 5%, como mostra o Gráfico 16.

GRÁFICO 16 - FORMAS DE DESLOCAMENTO AO TRABALHO DAS ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, EM JOÃO PESSOA, 2023



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

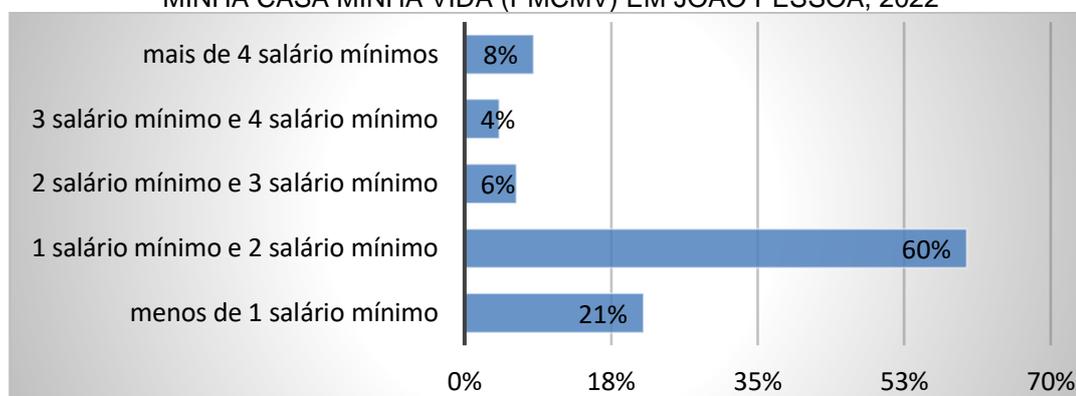
O tempo gasto no transporte público no cotidiano das mulheres representa um entrave ao acesso ao sistema urbano. A localização dos residenciais e o acesso ao transporte público somado ao tempo do deslocamento, segue a lógica da construção de habitação de interesse social no padrão da produção capitalista da cidade.

Segundo Helena Hirata (2019), na mobilidade para a produção e reprodução da vida, as mulheres são mais afetadas do que os homens, porque, em geral, as

mulheres fazem não só o trabalho produtivo como também são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo. Ou seja, o número de deslocamentos realizado pelas mulheres é mais intenso que o dos homens. Elas são as responsáveis por levarem os filhos para creches e escolas, para atendimento médico, por realizarem as compras da casa etc.

Através da renda obtida pelas mulheres, somada aos outros rendimentos, como a renda cônjuge, bolsa família, aposentadoria etc, calculamos a renda familiar. Das entrevistadas, 21% têm renda familiar com menos de 1 salário mínimo; 60%, 1 salário mínimo a 2 salários mínimos; e 8%, mais de 4 salários mínimos (Gráfico 17). As famílias que recebem mais de 4 salários mínimos são aquelas em que os filhos estão exercendo atividade profissional, ou seja, estão no mercado de trabalho.

GRÁFICO 17 - RENDA FAMILIAR DAS ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2022



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Em pesquisa de campo, identificamos a diferença de renda, estrutura física e organização dos residenciais. As famílias que possuem maior renda moram no residencial Morada dos Hibiscos. O residencial Jardim Veneza, Vieira Diniz e Manacá são compostos por famílias que têm as menores rendas. Entende-se que essa diferença de renda está associada ao valor da terra urbana agregado à localização dos residenciais.

Considerando que o residencial Morada dos Hibiscos está localizado no bairro dos Bancários, classificado como Classe D (2 a 4 SM), o preço da terra urbana mais elevado tende a um maior poder aquisitivo dos moradores. Assim, quando ocorre o repasse dos imóveis, o valor pago é de acordo com a localização.

Os dados, em geral, revelam que grande parte das mulheres dos residenciais são pobres, porque estão inseridas no trabalho precarizado e flexibilizado,

desempregadas, baixo nível de escolaridade e sobrecarregada de trabalho doméstico. O que, ao tempo indica que sua participação no trabalho precário e mal remunerado esteja associado à condição de pobreza e sobrevivência familiar.

4.5 Os limites da divisão sexual do trabalho doméstico

A divisão sexual do trabalho doméstico refere-se à forma como as tarefas e responsabilidades relacionadas às atividades domésticas são distribuídas entre os membros de uma família com base no gênero. Historicamente, tem sido comum que as mulheres assumam a maior parte do trabalho doméstico não remunerado, enquanto os homens têm menos envolvimento nessas tarefas.

Essa divisão desigual de trabalho doméstico tem raízes profundas em normas sociais, papéis de gênero e expectativas culturais. Essas normas podem variar de acordo com a cultura, mas, muitas vezes, refletem a visão de que as mulheres são naturalmente responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados dos filhos, enquanto os homens são responsáveis pelo sustento financeiro da família.

Neste item, dedicamo-nos a pensar as desigualdades de gênero na divisão sexual do trabalho doméstico, colocando como centro da análise a participação e divisão das tarefas de limpeza da casa, realização das compras do domicílio, a tarefa de cozinhar, gestão para administrar os recursos e tarefas de reparos. A mediação dos dados de trabalho doméstico com tipos de famílias, conjugal ou monoparental feminina, será de importância fundamental para compreender as disparidades existentes na reprodução da vida das mulheres.

Nos residenciais do PMCMV, em 93% dos domicílios entrevistados, as mulheres são as principais responsáveis pela limpeza da casa; em 6%, as tarefas são compartilhadas; e em 1%, a responsabilidade é do homem.

Quando nos remetemos aos tipos de famílias, nas conjugais, em 86%, as atividades são atribuídas às mulheres; em 13%, a tarefa é compartilhada; e em 1% são atribuídas aos homens da casa. Já na família monoparental feminina, esses dados são maiores: 97% das mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico de limpeza da casa.

O trabalho feminino nos domicílios é relevante no quesito tarefas da cozinha: 93% das mulheres desempenham a tarefa de cozinhar; 6% é de tarefa compartilhada; e 1% é de responsabilidade do homem. Na família conjugal, 85% das mulheres são

responsáveis por cozinhar; 13% é tarefa compartilhada entre o casal; e em 2% são os homens responsáveis.

Em todos os domicílios, o percentual do trabalho doméstico feminino é significativamente superior em relação ao masculino, refletindo a desigualdade da divisão sexual do trabalho doméstico.

Para a manutenção da casa na compra de alimentos, 87% das entrevistadas são responsáveis por exercerem essa tarefa; 9% compartilha essa atividade, e 4% dos homens são responsáveis. Na família conjugal, 72% das mulheres são responsáveis pelas compras; 7% dos homens são responsáveis, e 21% é tarefa compartilhada. Esse dado referente à família monoparental feminina corresponde a 97% de responsabilidade feminina.

A administração das contas da casa pelas mulheres, no geral, foi mais expressiva (88%). Quando relacionamos esses dados com a composição familiar, verificamos, nas famílias conjugais, que 72% das mulheres são responsáveis por administrar, e 22% das famílias compartilham essa atividade. Sendo que, na família monoparental feminina, esse dado é mais significativo: 98% das mulheres administram o lar.

Quando a unidade habitacional precisa de reparos como pintura, manutenção elétrica ou hidráulica etc., 64% contratam alguém para executar o serviço; 17% dos reparos são realizados pelos homens da casa; 14% das mulheres relataram realizar o conserto; e 6% realizam de forma compartilhada.

Ao mostrarmos a precariedade e a flexibilidade do trabalho feminino com os baixos rendimentos mensais e carga horária de trabalho diária, parecem ser ainda piores as relações de trabalho no âmbito do doméstico.

Dentre as cinco atribuições que integram o trabalho doméstico, todos os quesitos dos cuidados – como tarefa de limpeza, cozinhar, fazer as compras e administrar a casa – permaneceram em maior porcentagem para as mulheres, com diferença na realização de tarefas dos reparos das unidades habitacionais, que contratam sempre um homem para a execução do serviço.

Segundo Helena Hirata, nos últimos vinte anos, aconteceram mudanças muito lentas na divisão sexual do trabalho e de cuidado na esfera doméstica.

É difícil intervir nessa repartição do trabalho doméstico entre homens e mulheres por diversas razões. Em primeiro lugar, trata-se da esfera dita “privada”. Em segundo lugar, o peso da ideologia patriarcal, da cultura machista (cultura enquanto cristalização das relações sociais),

dos estereótipos e dos modelos (por exemplo: o modelo maternal e o desejo – inconsciente – de reproduzir, de reexperimentar essa relação de interdependência ou de dependência mãe-filho) (2015, p. 15).

No entanto, é preciso questionar essa divisão tradicional do trabalho doméstico, para que a igualdade de gênero se torne um objetivo mais amplamente reconhecido e as mulheres busquem por uma distribuição mais equitativa das responsabilidades domésticas e do cuidado com as crianças.

Há uma série de benefícios na desconstrução da divisão sexual do trabalho doméstico. Um dos benefícios é permitir que as mulheres tenham mais oportunidade de participar do mercado de trabalho formal e possam fazer capacitações profissionais ou mesmo aumentar o nível de escolaridade e, assim, melhorar sua condição financeira, com aumento de salários, e formas de condição de trabalho.

4.6 Os limites da falta de acesso a serviços urbanos pelas mulheres

Para Raquel Rolnik (2011, s/p), “toda pessoa tem direito à moradia adequada”. A moradia deve ser compreendida de forma ampla, não ficando nos limites da própria casa. Para essa autora, a moradia é:

É um lugar, um portal a partir do qual o indivíduo, a família e a comunidade podem acessar outros direitos humanos como educação, o trabalho, a saúde e o meio ambiente. Ou seja, não dá para pensar em moradia sem cidade, não dá para imaginar política de moradia desvinculada de uma política urbana que leve em consideração a questão da moradia social (ROLNIK, 2016, s/p).

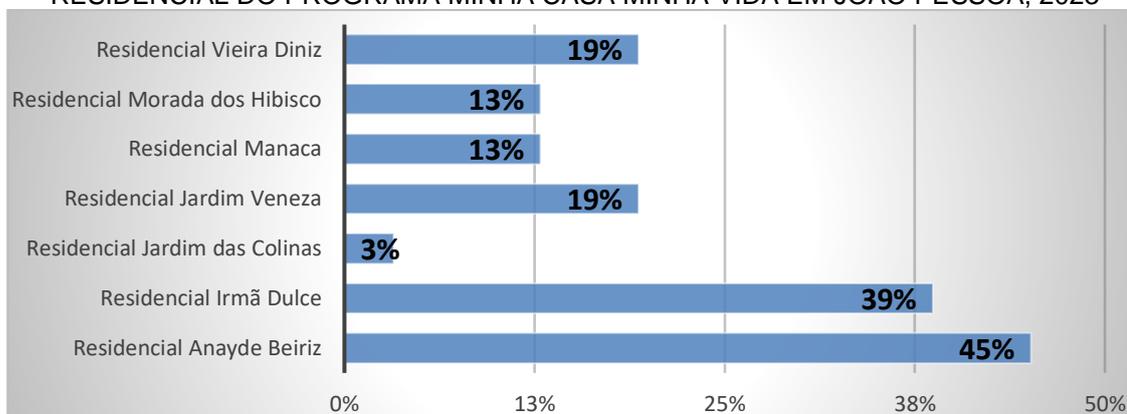
O acesso a moradia adequada pelas mulheres tem que se associar ao uso dos serviços públicos. Nesse sentido, este item tem o objetivo de avaliar o nível de apropriação dos serviços urbanos, como creche, escolas, posto de saúde e transporte urbano entre as mulheres moradoras dos residenciais selecionados do PMCMV.

Os serviços públicos oferecidos no entorno dos residenciais, de maneira geral, são insuficientes.

O acesso das crianças à educação infantil oferecida por creches e pré-escolas é um fator importante na vida das mulheres para a ampliação da autonomia e reprodução da vida. Em relação à creche e pré-escola, das 130 crianças das famílias pesquisadas que têm até 5 anos, apenas 36% frequentam o ensino infantil (creche). Das crianças matriculadas, 45% são do Residencial Anayde Beiriz; 39%, do

Residencial Irmã Dulce; 19% são dos Residenciais Jardim Veneza e Vieira Diniz; 13%, dos Residenciais Morada dos Hibiscos e Manacá, como mostra o Gráfico 18.

GRÁFICO 18 - PERCENTUAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS NO ENSINO INFANTIL POR RESIDENCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM JOÃO PESSOA, 2023



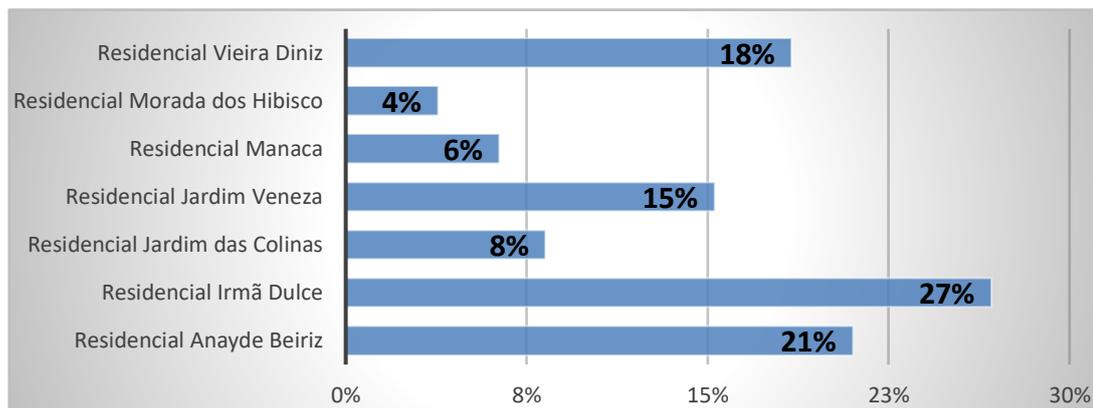
Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Das crianças que estão matriculadas no ensino infantil, 68% estão matriculadas no bairro em que moram, e 32% têm que se deslocar para outros bairros. As razões expostas pelas entrevistadas é a carência de vagas das instituições do ensino infantil próximas ao residencial para atender o volume de crianças nessa faixa etária.

As crianças não matriculadas no ensino infantil correspondem a 64%. O principal motivo relatado é o baixo número de vagas ofertadas pelas instituições públicas de ensino. As mães não querem matricular seus filhos em creches distantes do residencial, pelo fato do deslocamento até a unidade de ensino. Muitas dessas mulheres não têm condições financeiras para pagar a tarifa do transporte público urbano para deixarem, todos os dias, os filhos pequenos na creche.

Das entrevistas realizadas, 43% têm matrícula nas escolas de Ensino Fundamental I (6 a 10 anos) e II (11 a 14 anos), sendo que 82% das mulheres têm filhos, e 18% têm algum familiar matriculado. Essas matrículas são representadas em 27% pelo Residencial Irmã Dulce; 21% pelo Residencial Anayde Beiriz; 18% pelo Residencial Vieira Diniz; 15% pelo Residencial Jardim Veneza; 8% pelo Residencial Jardim das Colinas; 6% pelo Residencial Manacá; e 4% pelo Residencial Morada dos Hibiscos (Gráfico 19).

GRÁFICO 19 - PERCENTUAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL I E II POR RESIDENCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2023



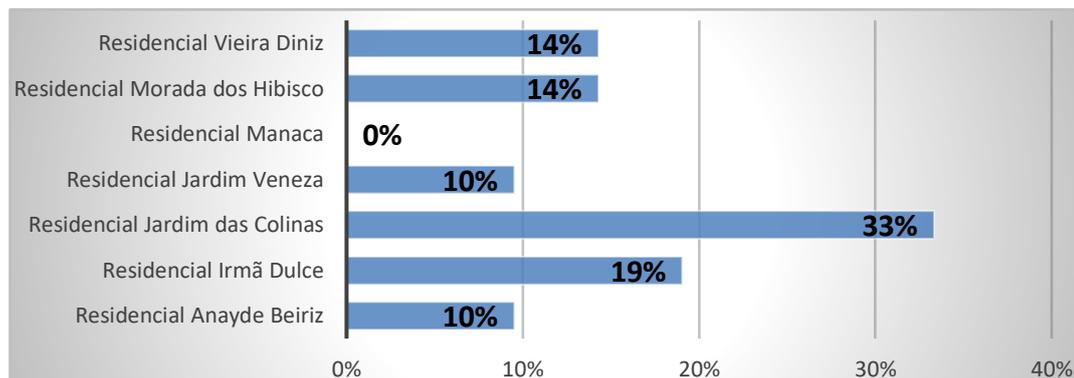
FONTE: pesquisa de campo, 2022

Desse percentual, 91% estudam próximo ao residencial, e 9% deslocam-se para outros bairros, a exemplo de estudantes do residencial Jardim Veneza (bairro Jardim Veneza), que saem para o bairro do Castelo Branco, localizado a 14 quilômetros de distância; do residencial Anayde Beiriz (bairro Distrito Industrial) para o bairro de Jaguaribe, com uma distância de 8,5 quilômetros; do residencial Irmã Dulce (bairro de Gramame) para estudarem no bairro do Cristo, a 6 quilômetros de distância; e do residencial Jardim das Colinas para o Bairro do Grotão, a 1,5 quilômetro de distância.

Segundo relatos, as crianças foram matriculadas distantes do residencial porque as famílias não conseguiram vagas nas escolas do entorno ou algumas escolas não oferecem essa faixa etária de ensino, acarretando, muitas vezes, no deslocamento para escolas mais distantes.

Em relação ao Ensino Médio, dos 55 adolescentes de 15 a 17 anos, 38% frequentam a escola, sendo 10% do residencial Anayde Beiriz; 19% do residencial Irmã Dulce; 33% do residencial Jardim das Colinas; 10% do residencial Jardim Veneza; 14% do residencial Morada dos Hibiscos; e 14% do residencial Vieira Diniz (Gráfico 20).

GRÁFICO 20 - PERCENTUAL DE CRIANÇAS MATRICULADAS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO POR RESIDENCIAL DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2023



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Dos adolescentes matriculados no Ensino Médio, 71% estudam no entorno do residencial, e 29% têm que se deslocar para outros bairros. A exemplo de estudantes que saem do residencial Anayde Beiriz (Bairro do Distrito Industrial) para o bairro Costa e Silva; do residencial Irmã Dulce (Bairro de Gramame) para o Bairro do Centro; residencial Jardim das Colinas (Bairro de Gramame) para o Bairro do Valentina e Centro.

O percentual de crianças e adolescentes matriculados nas instituições de ensino, no geral, são baixos. A etapa do ensino básico que apresenta maiores déficits no número de crianças matriculadas é a educação infantil. Esse fato ocorre pela quantidade de vagas oferecidas pelas unidades de ensino público no entorno dos residenciais, que é baixo para o número de crianças nessa faixa etária.

Outro fator preponderante é o tipo de transporte utilizado. A forma de deslocamento mais significativa para todas as fases do ensino é o deslocamento a pé, considerando que boa parte estuda no bairro em que moram. As demais formas de transporte incluem o ônibus urbano, bicicleta e moto.

Os serviços de saúde no entorno dos residenciais foram considerados insuficientes (91%) e de péssima qualidade (90%). Os postos de saúde receberam bastantes críticas das entrevistadas. Algumas reclamações mais comuns levantadas em relação a esses serviços foram a falta de profissionais de saúde – como médicos, dentistas e enfermeiras –, resultando, muitas vezes, em longas esperas e dificuldade para conseguir consultas e tratamentos adequados.

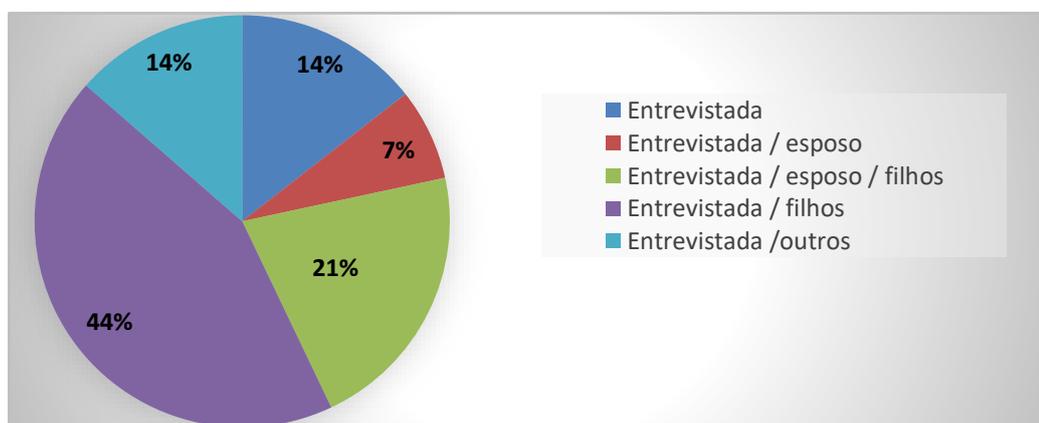
Além disso, a falta de medicamentos, vacinas e materiais necessários para o atendimento é uma preocupação recorrente das mulheres, bem como a falta de

equipamentos de exames e suprimentos básicos, que afetam negativamente a qualidade dos serviços prestados.

Outro ponto que contribui para a insatisfação das mulheres é a péssima estrutura física dos postos de saúde. Muitas unidades de saúde apresentam condições precárias, com instalações mal conservadas, falta de infraestrutura adequada para o atendimento dos moradores, principalmente, as necessidades específicas das mulheres.

Em relação ao atendimento no posto de saúde, uma parcela expressiva das entrevistadas afirmou procurar atendimento (96%). Destas, 44% levam os filhos; 21%, os esposos e filhos; 14%, alguém da família; e 7%, esposo, como demonstra o Gráfico 21. O atendimento nas unidades de saúde é procurado quando são sintomas leves ou na busca de exames de rotinas.

GRÁFICO 21 - PERCENTAGEM DAS MULHERES QUE PROCURAM ATENDIMENTOS NOS POSTOS DE SAÚDE DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2023



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Muitas mães deixaram de fazer o acompanhamento de suas crianças nos postos de saúde para a manutenção do recebimento do Programa Bolsa Família. Segundo relatos das entrevistadas, o governo vigente, de 2019 a 2022, não exigia o acompanhamento de saúde e educação para a permanência do recebimento do programa. A busca pelo atendimento é por necessidade de saúde das entrevistadas ou de alguém da família.

Em caso de doenças graves ou mesmo de urgência, as entrevistadas optam por buscar atendimento nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) ou hospitais mais próximos aos residenciais. Em relação ao atendimento em UPAs, 52% das mulheres procuram atendimento. Segundo relatos, existe uma dificuldade com o

deslocamento para chegarem às unidades mais próximas. Elas precisam, muitas vezes, da ajuda de vizinhos ou parentes que possuem carro ou dependem do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

As entrevistadas dos residenciais Anayde Beiriz (89%), Vieira Diniz (88%) e Jardim Veneza (56%) procuram atendimentos, principalmente, na UPA do Bairro de Cruz das Armas. Já nos residenciais Irmã Dulce (88%), Jardim das Colinas (70%) e Manacá (100%), as mulheres dão preferência à UPA do bairro do Valentina, e as do residencial Morada dos Hibiscos (100%), à UPA do Bairro dos Bancários. A busca pela unidade está justificada na proximidade aos residenciais.

No residencial Jardim das Colinas, quando estávamos em pesquisa de campo aplicando os questionários, uma senhora pedia ajuda para o seu esposo que, naquele momento, passava mal. Na ocasião, solicitamos um motorista de aplicativo, e, ao mesmo tempo, a senhora ligou para um dos filhos. O motorista de aplicativo recusou a solicitação – fato que acontece constantemente, dado que aplicativo mostra que é uma área de risco –, e o filho chegou após 15 minutos.

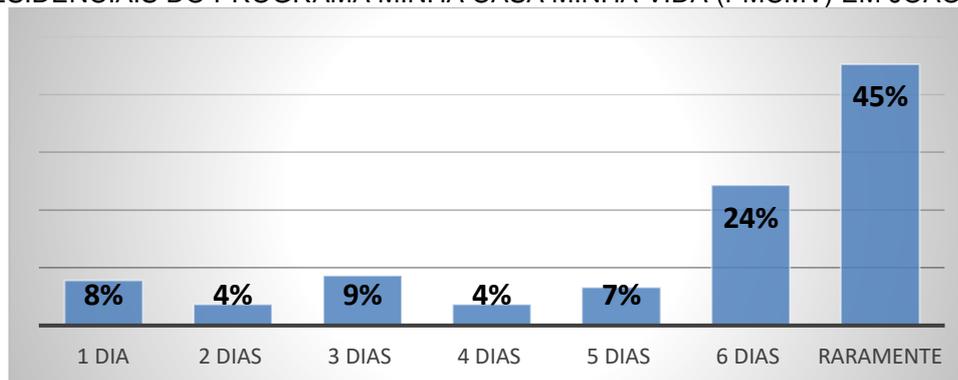
A realidade cotidiana das mulheres que vivem nos residenciais do PMCMV torna-se mais aguda quando analisada a saúde pública, pois, nas proximidades das moradias, não há um atendimento de qualidade, deixando as mulheres e suas famílias à mercê dos serviços de saúde. Segundo Poliana Monteiro (2015), essa precariedade está relacionada à localização periférica das habitações, que posiciona as mulheres em localidades onde as oportunidades e a insuficiência dos serviços públicos são inerentes às regiões periféricas, dificultando, portanto, o atendimento médico cotidiano.

A procura por hospital apresentou menor porcentagem, no quesito saúde, entre as entrevistadas (41%). A busca pelo atendimento é, principalmente, para os filhos, no Hospital Infantil Municipal do Valentina e no Hospital Infantil Arlinda Marques. Ambos são hospitais referência em pediatria na cidade de João Pessoa.

As entrevistadas dos residenciais utilizam como principal meio de deslocamento o transporte público urbano (75%). As principais atividades realizadas são: trabalho (25%), compras (23%), saúde (22%) e outros (30%).

Em relação à frequência do uso do transporte público (ônibus), 45% utilizam raramente; 24%, em 6 dias da semana, principalmente, para deslocar-se até o local de trabalho; 9%, em 3 dias; e 8%, em 1 dia, como mostra o Gráfico 22.

GRÁFICO 22 - USO DIÁRIOS DO TRANSPORTE PÚBLICO PELAS MULHERES MORADORAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Os esposos/companheiros das entrevistadas utilizam os transportes públicos (22%) como principal meio de deslocamento para a realização de atividades como: trabalho (64%), compras (15%), saúde (9%) e outros (13%). Os filhos (23%) utilizam, principalmente, para realizar o deslocamento do local de moradia para as escolas (25%), saúde (18%), compras (16%), trabalho (9%) e outros (32%).

De maneira geral, os serviços públicos dos entornos dos residenciais foram considerados insuficientes e de péssima qualidade. Não apenas o serviço de saúde, mas também o serviço de educação e transporte urbano receberam muitas reclamações.

O serviço de transporte foi considerado insuficiente (96%) e de péssima qualidade (93%). As insatisfações das mulheres giram em torno do baixo número da frota que circula pelos residenciais, o tempo de espera nas paradas de ônibus, a superlotação dos transportes – muitas vezes, dificultando a entrada das mesmas e tendo que esperar o próximo ônibus – e o valor da tarifa cobrada por viagem.

Ainda que o transporte público seja o principal meio de deslocamento das mulheres dos residenciais, muitas relataram não utilizar o serviço devido ao valor da tarifa. Como é o exemplo de uma moradora do residencial Anayde Beiriz, que deixou de fazer o acompanhamento médico por não ter condições financeiras de pagar as tarifas. Outra moradora, do residencial Jardim das Colinas, também relatou precisar de acompanhamento médico e não ter como se deslocar, pois sua única renda é a venda de caldos na própria residência.

Além do valor da tarifa, outra reclamação é o baixo número da frota dos ônibus circulando durante o dia, com uma redução à noite nos dias de semana e ausência do serviço nos finais de semana em alguns residenciais. Nos finais de semana, nos

residenciais Irmã Dulce e Jardim das Colinas, os ônibus circulam até as 13:00hs do sábado, de modo que, no sábado, a partir desse horário, e o domingo inteiro, a população fica sem transporte público urbano.

Com falta de disponibilidade do transporte público nos finais de semana, dificulta-se ainda mais o acesso dessas mulheres e de suas famílias à realização de atividades, como trabalho, estudo e lazer, e o acesso a outros locais da cidade.

As mulheres passam por várias dificuldades para se deslocar dos residenciais para outras áreas da cidade, primeiro, devido à questão da indisponibilidade de recurso financeiros para pagar a tarifa, e depois, devido ao próprio transporte urbano, que não dá acesso a todos os bairros da cidade, apenas aos bairros que levam até o centro.

Quando perguntadas “*o que está faltando no bairro para melhorar o transporte público?*”, todas as entrevistadas responderam que é necessário aumentar a frota dos ônibus que circulam nos residenciais para diminuir a superlotação, principalmente, nos chamados horários de pico. Faz-se necessário também aumentar o número de linhas para que os moradores tenham acesso a outros bairros da cidade, sem ser preciso pegar mais de uma condução. Outra melhoria é em relação às paradas de ônibus, que são mal sinalizadas e não têm conforto.

Em relação às paradas de ônibus, as mulheres consideram insuficientes o quantitativo (55%), inseguras (63%), escuras (59%), desconfortáveis (99%) e mal sinalizadas (65%). A exemplo da Figura 13, uma das paradas de ônibus que atende as moradoras e moradores dos residenciais Irmã Dulce e Jardim das Colinas não tem iluminação. Portanto, ao cair da noite, fica escura, além de não possuir assento, tornando-se desconfortável.

FIGURA 14 - PARADA DE ÔNIBUS DO RESIDENCIAL IRMÃ DULCE, BAIRRO DE GRAMAME - JOÃO PESSOA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

As mulheres dos residenciais enfrentam desafios significativos quando se trata de acesso a serviços públicos urbanos. Os residenciais e o seu entorno são áreas caracterizadas pelos serviços precários e pela segregação socioespacial. Essa realidade afeta de maneira desproporcional as mulheres, limitando suas oportunidades de acesso aos serviços essenciais.

Um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres é a falta de acesso a serviços de saúde e educação de qualidade. Os atendimentos nos postos de saúde são limitados nas áreas dos residenciais, o que torna difícil para as mulheres obterem atendimento médico adequado, especialmente na realização de consultas para os filhos pequenos. Além disso, questões de saúde específicas das mulheres, como o acesso a exames ginecológicos e contracepção, são negligenciados, devido à escassez de recursos e à falta de profissionais de saúde.

Outra área em que as mulheres enfrentam desafios é a educação. Embora existam as creches e escolas, estas, muitas vezes, estão sobrecarregadas e não fornecem vagas para atender toda a demanda dos residenciais e do entorno. Isso afeta negativamente as oportunidades para as mulheres, pois, seus filhos pequenos na creche ou na escola, facilita a sua reprodução e abre perspectivas para o trabalho formal.

Portanto, o acesso das mulheres aos serviços públicos é essencial para sua reprodução. São necessárias políticas inclusivas e programas abrangentes que levem em consideração as necessidades específicas dessas mulheres, garantindo seu acesso igualitário a serviços essenciais, como saúde, educação, segurança e infraestrutura básica.

4.7 Os limites da falta de acesso a espaços públicos pelas mulheres

Neste tópico, destacam-se as características do espaço público próximo aos residenciais do PMCMV, visando compreender a relevância do seu papel na reprodução da vida das mulheres. As implicações dos serviços públicos urbanos são observadas em relação à disponibilidade de equipamentos de lazer, como praças e quadras esportivas.

Os únicos equipamentos de lazer identificados nos residenciais foram a praça e a academia ao ar livre. A praça é um espaço de uso coletivo. O seu uso depende de vários fatores, como segurança, condições de manutenção e conservação do local e adequação dos equipamentos e mobiliários existentes. Contudo, observa-se que esses espaços, quando existem, não oferecem estrutura para os moradores.

Os residenciais Anayde Beiriz e Morada dos Hibiscos não dispõem de praça ou qualquer outro equipamento de lazer próximo. Já os moradores do Residencial Manacá dispõem da praça como área privilegiada de lazer (Figura 14). A praça é bem estruturada, com uma área ampla, que contém 2 (duas) quadras esportivas (vôlei e futsal), academia ao ar livre, área infantil e mobiliário para assento.

FIGURA 15 - PRAÇA PRÓXIMA AO RESIDENCIAL MANACÁ, BAIRRO PARATIBE, JOÃO PESSOA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Os residenciais Irmã Dulce e Jardim das Colinas não dispõem de praça próximo. Em uma pequena área, foi construída a academia ao ar livre, como mostra a Figura 15. Além de atender aos praticantes de atividade física, os mobiliários servem como brincadeiras para as crianças no final da tarde.

FIGURA 16 - ACADEMIA AO AR LIVRE PRÓXIMA AO RESIDENCIAL IRMÃ DULCE E JARDIM DAS COLINAS, BAIRRO DE GRAMAME, JOÃO PESSOA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Os residenciais Vieira Diniz e Jardim Veneza também não dispõem de uma estrutura de lazer próximo. Em uma área com pouquíssima ou quase nenhuma estrutura, foi construída a academia ao ar livre, como mostra a Figura 16. Pelas poucas condições, os moradores não frequentam regularmente essa área para a realização de alguma atividade física ou como momento de lazer com os filhos.

FIGURA 17 - ACADEMIA AO AR LIVRE PRÓXIMA AO RESIDENCIAL VIEIRA DINIZ E JARDIM VENEZA, BAIRRO DAS INDUSTRIA, JOÃO PESSOA



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Em relação ao uso da praça ou academia ao ar livre, 79% das entrevistadas e nenhum membro de sua família frequentam. As mulheres consideram o espaço

inseguro (52%) e mal equipado (65%). À noite, avaliam como iluminado (70%) e não violento (66%).

As mulheres (21%) que frequentam as praças e academia ao ar livres relataram que fazem caminhadas no final da tarde. Os filhos frequentam à noite para se reunirem com os amigos, ao passo que algumas levam os filhos pequenos para brincar.

Sobre a segurança nos residenciais, 80% das mulheres consideram seguros. Esse fato, para as entrevistadas, ocorreu após a presença de uma única facção criminosa no comando do território dos residenciais. Como expõe o relato de uma moradora do residencial Manacá: “no início, era muito tiroteio por briga de facções. Agora, é uma única facção que toma conta de todo território”. Já em outro relato, agora de uma das moradoras do residencial Irmã Dulce: “aqui é muito tranquilo, caso aconteça algo é só chamar o menino, que ele resolve tudo, e não podemos chamar a polícia”.

A realidade cotidiana decorrente da localização periférica e dos baixos rendimentos mensais das famílias dos residenciais dificulta o acesso à cultura e ao lazer. Das mulheres entrevistadas, 42% não frequentam nenhum espaço de lazer. O principal fator é a renda, que é baixa e não dá para pagar a tarifa do ônibus e, muitas vezes, o custo para permanecer no local. Os relatos de algumas mães citaram o valor da tarifa, além de que os filhos sempre pedem algo que elas não podem comprar, mesmo sendo barato.

As mulheres que frequentam espaços de lazer na cidade não o fazem com assiduidade. É algo esporádico na vida delas e dos filhos. As opções de lazer identificadas, foram: praia (20%); Parque da Lagoa (11%); shoppings (8%), principalmente, o shopping Tambiá, localizado no centro da cidade de João Pessoa; Parque Zoobotânico Arruda Câmara (Bica) (7%); igreja (4%); casa de familiares (4%); e outras opções (5%).

Por meio dos relatos apresentados e da observação nos residenciais, percebe-se que a localização periférica das habitações coloca as mulheres em moradias onde as oportunidades de trabalho e estudo são escassas e precárias. Os serviços públicos e espaços públicos são precários e insuficientes para atender as necessidades da população.

Apesar de toda precariedade dos serviços públicos oferecidos, a pesquisa mostra que, nos residenciais, não há grupo ou roda de conversas de mulheres para

discutir as dificuldades ou necessidades da comunidade em geral e específicas do público feminino.

4.8 Perspectivas e desafios das mulheres moradoras de periferia em João Pessoa

Por fim, neste último item, enseja-se a análise que liga o desejo do futuro das mulheres dos residenciais com o seu cotidiano e as necessidades específicas para a produção e reprodução da vida.

Quando indagadas sobre o desejo para a vida, as mulheres mencionam o sonho de ter a casa própria; conforto para os filhos; reformar a unidade habitacional; acesso ao mercado de trabalho; acesso à saúde, educação e transporte de qualidade; infraestrutura para os residenciais; além de sonhos específicos para os filhos, como formação profissional e um trabalho para ajudar no orçamento da casa.

As mulheres que sonham em ter uma casa própria correspondem a 35% das entrevistadas, que moram de aluguel ou na casa de algum parente. Para essas mulheres, trata-se de um sonho compartilhado por muitas outras mulheres ao redor do mundo. Ter um lugar onde possam se sentir protegidas, sem depender de aluguéis ou da vontade de terceiros, além de terem autonomia e estabilidade para sua família.

A busca por um lar onde possam construir sua vida, criar seus filhos com segurança e se sentirem seguras e confortáveis é uma aspiração que reflete a independência e autonomia feminina.

No entanto, o sonho da casa própria ainda é um desafio para muitas mulheres. A desigualdade de gênero, o acesso desigual da terra urbana e a moradia, os baixos salários e sobrecarga de trabalho doméstico e cuidado com os filhos, dificultam o acesso aos recursos financeiros para adquirir uma casa.

Após o sonho da casa própria, outro desejo relatado é de ter um emprego – com os direitos trabalhistas garantidos e uma remuneração regular –, ou um trabalho informal mais valorizado. Esse desejo estende-se de mães para os filhos. Muitas mães sonham que seus filhos tenham um emprego, uma profissão ou sejam concursados para terem estabilidade profissional.

Há várias razões pelas quais as mulheres desejam ter um trabalho. Estas estão associadas ao desejo da casa própria. Outras gostariam de fazer melhorias nos apartamentos, dar melhor condição de vida aos filhos, comprar um automóvel para o

deslocamento da família e ter condições para manter os netos, principalmente, na alimentação.

O desejo das mulheres em ter um trabalho reflete sua busca por igualdade, independência e realização pessoal. Trabalhar não apenas para proporcionar melhorias individuais, mas também contribuir para uma melhor qualidade de vida para a família.

Um desejo em comum que permeia os sonhos das mulheres dos residenciais é ter acesso a serviços públicos de qualidade. Saúde, educação e transporte são serviços fundamentais em que as mulheres enfrentam bastante dificuldades por serem insuficientes e de péssima qualidade.

As mulheres dos residenciais enfrentam dificuldades quando se trata de obter cuidados médicos qualificados. Essas mulheres sonham com um atendimento médico de qualidade, espaço com infraestrutura adequada, exames de rotina, acesso a medicamentos essenciais e vacina para as crianças.

A educação é outra área em que as mulheres almejam mudança, principalmente aquelas com crianças na primeira fase escolar. Desejam creches e escolas próximas aos residenciais, com número de vagas suficientes para atender à população.

O transporte é um desafio diário para as mulheres trabalhadoras dos residenciais. Muitas delas enfrentam longas jornadas até seus locais de trabalho, utilizando transporte público lotado e alto valor das tarifas. Desejam transportes públicos que atendam às suas necessidades, com horários eficientes e linhas que circulem por todas as áreas da cidade.

Também desejam praças e locais de lazer onde possam levar seus filhos para brincar. Então, é necessário que sejam iluminados, com boa visibilidade, com mobiliários para academia ao ar livre e espaços para brincadeiras de crianças e adolescentes. Esses espaços são importantes para o convívio social, com atividades recreativas e estabelecimento de relações com a comunidade.

Os desejos das mulheres moradoras dos residenciais por uma casa própria, um emprego digno, serviços públicos e espaços públicos de qualidade refletem seus anseios por uma vida melhor para si e para suas famílias. Elas são conscientes de que esses serviços são essenciais para alcançarem uma maior igualdade de oportunidade, segurança e bem-estar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Decidi iniciar as considerações finais desta tese com o relato da minha história de vida. Nasci no ano de 1983 e, aos 3 (três) anos de idade (1986), fui morar no Conjunto habitacional do Valentina, construído pelo Banco Nacional de Habitação (BNH). A minha morada no Valentina durou 20 anos, e, nesse tempo, pude vivenciar o cotidiano do que é morar em um conjunto construído com pouca infraestrutura urbana e poucos serviços prestados à população.

O bairro, inicialmente, era isolado, pois foi contruído com inúmeras unidades habitacionais e distante do centro da cidade, em um momento em que a cidade estava em expansão. Em se tratando dos serviços urbanos, como saúde, educação e transporte público, estes sempre foram ofertados de forma precária à população residente nos espaços periféricos.

É a partir da minha história de vida, ao crescer na periferia de João Pessoa e ser filha de uma mulher que criou três filhas sozinhas, que fortaleço a necessidade para a realização de escrever e refletir a partir das mulheres moradoras da periferia urbana de João Pessoa.

No início dessa jornada de pesquisa, sabíamos dos desafios que nos esperavam na realização dos levantamentos de dados e nas leituras para entender as questões postas no estudo da mulher na periferia urbana. Além das reflexões e conceitos vistos na academia, existia o sentimento e a vivência compartilhada no cotidiano com outras mulheres, antes mesmo de se tornar uma tese.

Foi nesse sentimento de pertencimento que esta tese foi trilhada, no comprometimento com a realidade da qual fiz parte, nos estudos de conceitos e teorias da geografia urbana e geografia de gênero, e com um olhar nas questões que causavam incômodos, quais sejam a desigualdade e as injustiças de gênero no acesso à habitação.

Com isso, entendemos que atingimos o objetivo geral desta tese, que foi articular o fenômeno do crescimento do número de mulheres pobres chefes de família no Brasil com a expansão da periferia urbana, priorizando nossa atenção na contradição do acesso das mulheres à casa própria e a ausência de equipamentos e serviços urbanos necessários para uma condição de vida digna.

Tal objetivo conduziu-nos ao estudo com as mulheres moradoras dos 7(sete) residenciais do PMCMV, localizados em diferentes bairros periféricos da cidade e

caracterizados pelo mesmo padrão construtivo, buscando analisar a titularidade feminina da moradia, a partir de uma política pública de habitação social e a precarização da vida das mulheres na produção do espaço urbano.

A partir das leituras, observação e vivência da realidade, foram levantadas algumas questões norteadoras: Quais foram e quais são os limites concretos para o acesso das mulheres trabalhadoras a moradia? Na atualidade, o acesso das mulheres à política pública de habitação aprofunda ou não o processo de feminização da periferia?

Para responder a esses questionamentos, percorreu-se uma trajetória de investigação desenvolvida em 4 (quatro) capítulos. As leituras realizadas durante os cinco anos de doutorado nos possibilitaram entender que a questão da falta de moradia para as mulheres se dá por um conjunto de fatores históricos que estão ligados à divisão sexual do trabalho, à desigualdade salarial – que condicionam a mulher a rendas mais baixas que a dos homens, inclusive entre aquelas que estão em atividade no mercado de trabalho – e à ausência de políticas públicas de habitação social destinadas às mulheres de baixa renda.

Por meio da pesquisa realizada e pelos dados obtidos, verificamos que, na cidade de João Pessoa/PB, existe um acesso diferenciado das mulheres à moradia no espaço urbano. Constatou-se que o percentual de titularidade masculina é predominante nas unidades habitacionais em todos os conjuntos construídos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) (1960 a 1986). Assim, entende-se que há uma concentração de recursos econômicos pelos homens que possibilita o acesso a bens materiais, sobretudo a propriedade privada da terra e da moradia.

As conversas, diálogos, estudos e leituras realizadas ao longo do doutorado juntamente com geógrafas(os) e mulheres residentes da periferia urbana revelaram que as condições econômicas e sociais das mulheres são voltadas, na sua maioria, aos trabalhos informais e precários, com salários baixos e, muitas vezes, com exclusão do direito à cidade em face da localização da moradia.

Entendemos que a interseccionalidade entre gênero e classe é crucial para compreender as complexas dinâmicas sociais que moldam a realidade das mulheres na periferia urbana. Quando tratamos da moradia das mulheres na periferia, essa intersecção desempenha um papel significativo na forma como as desigualdades se manifestam e se aprofundam nos espaços.

Na pesquisa com as mulheres moradoras dos residenciais do PMCMV, pudemos constatar que essa interseccionalidade entre gênero e classe é evidente na produção da periferia urbana em João Pessoa. Essa realidade é moldada pela interação de diferentes sistemas de opressão, como a falta de atuação e/ou ausência do estado no fornecimento de serviços e equipamentos para melhor qualidade de vida nessas áreas.

As mulheres da periferia urbana de João Pessoa, em sua maioria, são empurradas para trabalhos informais e precários, como empregadas domésticas, vendedoras autônomas, e trabalhos na indústria da reciclagem. Esses trabalhos frequentemente oferecem baixos salários, falta de benefícios e segurança, deixando as mulheres em situação de vulnerabilidade econômica.

O trabalho para as mulheres que moram na periferia se constitui como estratégia de sobrevivência para elas e suas famílias. É em torno deste que se processa sua trajetória de vida e, em alguns casos, explica a condição das famílias monoparentais femininas.

O trabalho feminino também representa um valor moral que gera dignidade e honestidade, mas remete as mulheres à prática de exploração e precarização do trabalho presentes na instabilidade, salários baixos, ausência de direitos trabalhistas e informalidade.

A intersecção entre gênero e classe também se reflete no acesso limitado a serviços essenciais, como educação, saúde e transporte público. A presença dos equipamentos e serviços urbanos são relevantes para as mulheres exercerem suas funções sociais, como ter acesso ao mercado de trabalho, deixando os filhos em creches e escolas, acesso à saúde e ao lazer.

A trajetória de vida dessas mulheres é marcada pela pobreza, pelos baixos níveis de escolaridade e de especialização, o que acaba proporcionando uma situação contínua de desfavorecimento em termos das chances de exercerem alguma atividade remunerada que proporcione melhores salários e direitos trabalhistas.

A situação de precariedade socioeconômicas dessas mulheres está bem-posta e visível nas condições atuais de moradia, baixos salários, educação, saúde, transporte e lazer. Os serviços públicos, como creche, escolas, posto de saúde, transporte urbano e os espaços públicos dos residenciais, foram considerando insuficientes e de péssima qualidade, o que constitui dificuldades para essas mulheres em relação à criação dos filhos e ao cuidado de si.

Vale ressaltar que a porcentagem de crianças e adolescentes que não estão matriculados nas instituições de ensino, no geral, são altas. E os serviços de saúde de atendimento nos postos de saúde receberam muitas reclamações das mulheres. Portanto, é necessário um investimento urgente na melhoria dos serviços de educação e saúde, com especial atenção para as demandas e necessidades das mulheres e seus filhos.

A insatisfação das mulheres com o serviço de transporte urbano é uma questão relevante, pois afeta suas vidas na periferia, restringindo sua autonomia e limitando suas possibilidades de realizarem suas atividades, como ir ao trabalho, levar os filhos à escola, sair para lazer ou acessar serviços básicos.

Das mulheres residentes nos residenciais do PMCMV, uma grande porcentagem (42%) não frequenta nenhum espaço de lazer. Um fator significativo que contribui para essa realidade é a baixa renda, o que torna difícil arcar com a tarifa do ônibus e, muitas vezes, com os custos adicionais envolvidos, como ingressos, alimentação e outras despesas, que podem ser financeiramente desafiadoras. A falta de acesso a espaço de lazer pode ter um impacto negativo na vida dessas mulheres. O lazer é fundamental para o relaxamento, recreação e construção de relações sociais, além de promover saúde mental e física.

Os residenciais foram construídos distantes das áreas centrais, sendo localizados nos limites da cidade. Quando as unidades habitacionais foram entregues às mulheres e suas famílias, ao seu redor, existia uma vasta área para a valorização, sem a presença de equipamentos e serviços urbanos necessários. Com o passar dos anos, foram construídas escolas, creches e posto de saúde, mas há uma precariedade nos serviços oferecidos.

Quando refletimos sobre o acesso das mulheres a uma política pública de habitação com titularidade feminina, é necessário levarmos em conta os elementos fundamentais para a garantia do direito a moradia adequada na realização das atividades do cotidiano e na efetivação de outros direitos, como foi relatado por Raquel Rolnik (2012).

Os elementos de análise que orientam a pesquisa em sete residenciais construídos pelo *Programa Minha Casa, Minha Vida* (PMCMV) são: a titularidade feminina, cuidado e dependência, trabalho, divisão sexual do trabalho doméstico, acesso aos serviços públicos urbanos e acesso aos espaços públicos. Esses

elementos abordam a vivência das mulheres nos residenciais e revelam a precarização da vida na periferia na cidade de João Pessoa/PB.

A titularidade feminina faz parte da política de habitação do PMCMV, que beneficia as mulheres e reconhece a efetivação do seu direito. Por meio do levantamento de dados na Caixa Econômica Federal (CEF) de oito residenciais entregues, 87% das escrituras são no nome das mulheres.

Na pesquisa de campo, constatamos que a titularidade das unidades habitacionais tem maior porcentagem entre as mulheres (52%). Sendo assim, faz-se relevante mostrar que a política de habitação do PMCMV proporciona a segurança das mulheres e dos seus filhos, a moradia e o empoderamento feminino. Contudo, é necessário que a construção de unidades habitacionais seja em localidades mais centrais para atender as demandas e necessidades específicas das mulheres na produção e reprodução no espaço urbano.

A conclusão a que se chega ao final desta tese é que existe a Feminização da periferia. Ou seja, a precarização da vida das mulheres na periferia ocorre em meio a uma série de contradições e desafios. Embora a política pública de habitação do PMCMV tenha sido implementada para garantir o direito e o acesso a moradia das mulheres trabalhadoras, em contrapartida, surgem processos que contribuem para a precarização de suas vidas na periferia urbana de João Pessoa.

A precarização da vida das mulheres na periferia vai além das condições habitacionais. Existem os elementos associados que contribuem para essa precarização, como: falta de acesso a serviços de saúde e educação adequados, falta de acesso a transporte público, espaços públicos escassos, empregos precários, dupla ou tripla jornada de trabalho, a posse da moradia.

Portanto, embora o PMCMV tenha sido um avanço significativo para garantir o direito e o acesso a moradia das mulheres trabalhadoras, é fundamental reconhecer que é necessário abordar as questões de desigualdade de gênero, pobreza feminina, acesso a serviços públicos básicos, acesso aos espaços públicos dentre outros fatores, a fim de se criarem condições de vida mais dignas e igualitárias para as mulheres na periferia.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 20(1): 344, janeiro-abril/2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100006/21853>. Acesso em: 2021
- AGUILAR, Paula Lucía. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/M7zzFssbz6WFhLhTbPpB6DH/?format=pdf>. Acesso em: 2022
- ALMEIDA, Andressa Cristiane Colvara, VELEDA DA SILVA, Susana Maria. Trabalho, moradia e chefia familiar: o caso do processo de expansão portuária no Bairro Getúlio Vargas – Rio Grande (RS). **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 138-149, 2012. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/3213/pdf_38. Acesso em:
- ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de Almeida. **Habitação Social: origens e produção (Natal, 1889-1964)**. Dissertação (Mestrado): Universidade de São Paulo. Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2007
- ALVES, José Eustáqui Diniz; CAVENAHI, Suzana Marta; CARVALHO, Angelita Alves de; SOARES, Maira Covre Sussai. Meio século de feminismo e o empoderamento das mulheres no contexto das transformações sociodemográficas do Brasil. IN: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (org.). **50 anos de feminismo : Argentina, Brasil e Chile**. 1 ed- São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2019
- AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo, SHIMBO, Lúcia Zanin, RUFINO, Maria Beatriz (Org.). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015
- ARAÚJO, Luciana Medeiros de. **A produção do espaço intra-urbano e as ocupações irregulares no Conjunto Mangabeira**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN, João Pessoa – Pb, 2006
- AROCHENA, J. F. L. El enjuiciamiento de género. **Revista de Estudios Jurídicos**, UJAEN, España, NUM. 21, 2021
- BARROS, Ricardo; FOX, Louise; MENDONÇA, Rosane. **Pobreza e domicílios chefiados por mulheres**. II Seminário nacional: políticas econômicas, pobreza e trabalho. Rio de Janeiro: IPEA. p. 79-85, 1994
- BERNARDES, Viviane Margarida Melo Menezes; ANTONELLO, Ideni Terezinha. Dinâmicas Femininas e Segregação Socioespacial: Reflexão a partir do Conjunto Habitacional Vista Bela – Londrina, Paraná. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 66-89, 2019

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzana. Direitos reprodutivos de mulheres e homens face à nova legislação brasileira sobre esterilização voluntária. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 19, 2003

BERQUÓ, Elza; CAVENAGHI, Suzane M. Oportunidades e fatalidades: um estudo demo- gráfico das pessoas que moram sozinhas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1998, Olinda/PE. *Anais...*, Olinda/PE: ABEP, 1988.

BICEGLIA, Tânia Regina. A mulher e a evolução histórica de suas conquistas na legislação civil e constitucional brasileira. **Revista Intertemas**, São Paulo, v. 5, 2003

BIROLI, Flávia; QUINTELA, Débora Françolin. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, SEPARAÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO: contribuições para a análise do gênero das democracias. **Revista de Ciências Sociais**, nº 53, p. 72-89, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/51417/3312>. Acesso em:

BLAY, Eva Alterman. Como as mulheres se constituiram como agentes políticas e democráticas : o caso do brasileiro. IN: BLAY, Eva Alterman; AVELAR, Lúcia (org.). **50 anos de feminismo : Argentina, Brasil e Chile**. 1 ed- São Paulo : Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2019

BLAY, Eva Alterman. **Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1985.

BLAY, Eva Alterman. Habitação: a política e o habitante. In: BLAY, Eva Alterman (Org.). **A luta pelo espaço**. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1978

BONATES, Mariana Fialho. **Ideologia da casa própria... sem casa própria. O Programa de Arrendamento Residencial na cidade de João Pessoa-PB**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFRN, Natal-RN, 2007.

BONATES, Mariana Fialho. Política de habitação nas áreas centrais: retórica versus prática. *Cadernos Metrópole*. Vol.21, pp. 105-129, 10 sem, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5958/4312>. Acesso em:

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**. vol. 127, p.711-732, 1994

BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Arquitetura moderna, Lei do inquilino e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**. Editora Unesp: Edições Sesc São Paulo, volume 1 - 1 edição, 2014

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**. Editora Unesp: Edições Sesc São Paulo, volume 2 - 1 edição, 2014

BORGES, Antonádia. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. **Cadernos PAGU**. Vol. 40, p197-227. 31p, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cpa/a/H5qHq55yXcm39PNJ8tVg3Sn/abstract/?lang=pt>.
Acesso em: 2021

BOTELHO, Adriano. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

BRASIL (2009). LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009 Acessado em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11977-7-julho-2009-589206-normaatualizada-pl.pdf>

BRASIL. **ESTATISTICA DE GÊNERO: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**, IBGE: Rio de Janeiro, 2014

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação** – Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2010

BRASIL. Ministério das Cidades/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CABRAL, Melissa Karina. **Manual de direitos da mulher**. 1º ed. São Paulo: Mundi Editora e Distribuidora Ltda – ME, v. 01, 2008

CALIÓ, Sonia Alves. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano. In: **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA**. Observatório Geográfico, 1997. v. 1, p. 1 – 9. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/737.pdf>. Acesso em:

CALIÓ, Sônia Alves. **Relações de gênero na cidade: uma contribuição do pensamento feminista à geografia urbana**. Doutorado (Tese), Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1991

CALIXTO, Maria José Martinelli; MAIA, Doralice Satyro; SPINELLI, Juçara. Desigualdades socioespaciais, dinâmica imobiliária e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias brasileiras. Notas introdutórias. In: CALIXTO, José Martinelli; MAIA, Doralice Sátyro; SPINELLI, Juçara (orgs.). **Desigualdade socioespaciais, dinâmica imobiliária e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022

CAMPOS, Catherine Fernandes de. **A Crise do Subprime e seus efeitos sobre os Estados Unidos e reflexos no Brasil**. Monografia - UNESP, Araraquara 2010

CAMPOS, Mariana de Lima. A TITULARIDADE FEMININA EM PROGRAMAS HABITACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV). **Prelúdios**, Salvador, v. 8, n. 8 p. 35-60, jul./dez. 2019

CARBONARI, Ana Paula Araújo. **Direito à moradia e sua efetivação à luz da garantia do mínimo existencial e da cláusula da reserva do possível**. Monografia/Curso de Direito/Universidade de Passo Fundo, 2017. Disponível em: <http://repositorio.upf.br/bitstream/riupf/1244/1/PF2017Ana%20Paula%20Araujo%20Carbonari.pdf>. Acesso em:

CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B.A. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto. 2011

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A "Geografia Urbana" como disciplina: uma abordagem possível**. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume Especial 30 Anos, 2012

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Geografia crítica- radical e a teoria social. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SANTOS, César Simoni; ALVAREZ, Isabel Pinto (Org.). **Geografia Urbana crítica. Teoria e método**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

CARRASCO BENGOA, Cristina. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas: revista dos pós-graduandos em ciências sociais**, Campinas, 26, (52): 31-68, 2018. Disponível em: <https://www.cesit.net.br/wp-content/uploads/2019/03/Dossi%C3%AA-economia-feminista.pdf>. Acesso em:

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. A TERRITORIALIZAÇÃO DO TRABALHO DOMICILIAR DAS MULHERES. **Revista Pegada**. Vol. 22, n.1. 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/Katia/Downloads/8261-Texto%20do%20Artigo-32616-32358-10-20210720.pdf>. Acesso em:

CASIMIRO, Ligia Maria Silva Melo de. As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI. In: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. **Direito à cidade: uma visão por gênero**– São Paulo: IBDU, 2017

CASTRO, Mary Garcia. **"Feminização da pobreza" em cenário neoliberal**. I Conferência Estadual da Mulher, Governo do Estado do Rio Grande do Sul — 1999. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/mulher/2001/artigo6.pdf>. Acesso em:

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

COMARU, Francisco de Assis. Áreas centrais urbanas e movimentos de moradia: transgressão, confrontos e aprendizados. **Revista Cidades**. Vol. 13, nº 22, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/11925/7633>. Acesso em:

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4. Ed. São Paulo: Editora Ática, 2004

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950**. São Carlos: Rima, 2004

COUTINHO, Larissa Fernanda Vasconcelos; ALMEIDA, Yasmin Costa. A evolução dos direitos da mulher na legislação Civil e Constitucional. In: SILVA, Fabiana Leite Domingues da (Org.). *Gênero, Direito e as múltiplas vulnerabilidades e violências contra a mulher*. São Paulo: Studio Sala de Aula, 2021

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2002. p.171-188

CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. Cruzamento: raça e gênero. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/InterseccionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf. Acesso em: junho de 2023

DAMIÁN, Gisela Espinoza. Mujeres del Movimiento Urbano Popular. IN: MASSOLO, Alejandra (Org.). **MUJERES Y CIUDADES: Participación social, vivienda y vida cotidiana**. Editora: EL COLEGIO DE MÉXICO. 1994

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 11^o ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016

FEDERICI, Sílvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. 1 ed. –São Paulo: Boitempo, 2019

FEDERICI, Sílvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. 1 ed. –São Paulo: Boitempo, 2021

FRANCO GARCIA, María. **A Luta pela Terra sob enfoque de gênero. Os lugares da diferença no Pontal Paranapanema**. Tese de doutorado em Geografia, Unesp, Presidente Prudente, 2004.

FRANCO-GARCIA, Maria. Espacios rurales y representaciones de gênero: las bases materiales de la violencia simbólica contra las mujeres rurales gallegas (España) y nordestinas (Brasil). **Terra Livre**, [S.L.], v. 2, n. 57, p. 279-326, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2342/1824>. Acesso em: 2023

FRASER, N. Fortunas del Feminismo. Madrid, **Instituto de Altos Estudios Nacionales, Universidad de Posgrado del Estado**, TdS, 2015

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil – 2016-2019**, Belo Horizonte: FJP, 2021.

GALIZA, Matheus Sousa Maciel Gualberto De. **Cidades Sustentáveis: Descrição de Implementação de Políticas Públicas de Urbanização Sustentável nas Cidades de São Paulo e Santiago**. Monografia/ Curso de Relações Internacionais/ UFPB, 2019

GÁRCIA RAMON, Maria Dolores. Para no excluir del estudio a la mitad del género humano: un desafío pendiente em geografia humana. **Boletim da Associação de Geografos Espanhois**, Vol. 9, 1989

GOBBATO, Flávia Gazzola; PICCININI, Livia Teresinha Salomão. O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E A CONSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS. **Revista Mundi Sociais e Humanidades**. Curitiba, PR, v. 2, n. 1, 22, jan./jul., 2017

GUARNIERI, Tathiana Haddad. OS DIREITOS DAS MULHERES NO CONTEXTO INTERNACIONAL – DA CRIAÇÃO DA ONU (1945) À CONFERÊNCIA DE BEIJING (1995). **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**. Curso de Direito - N. 8, JAN/JUN 2010. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br>. Acesso em:

GUBERMAN, Daniela. Perspectivas de género em geografia: aportes para La renovación de La enseñanza de La geografia escolar. **Cuadernos de territorio** Nº 19, 2019. Disponível em: http://dspace5.filo.uba.ar/bitstream/handle/filodigital/13198/uba_ffyl_IG_a_Cuadernos%20de%20Territorio_19_01-128.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em:

HAYDEN, Dolores. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. **Signs**, Vol. 5, No. 3. Universidade de Chicago, 1981. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173814>. Acesso em: 2021

HEIN, Cleonice Dias dos Santos; SANCHES, Debora. **Mulheres da união em luta: na construção do direito à cidade**. - 1. ed. -- São Paulo: 2020.

HELENE, Diane. Gênero e direito à cidade a partir das lutas dos movimentos de moradia. **Caderno Metropole**, São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 951-974, set/dez 2019

HIRATA, Helena. O TRABALHO DE CUIDADO. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.13 n.24,pg 53 – 64, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>. Acesso em:20/01/2021

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: Divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Análise**, nº 7, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmDsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em:

HIRATA, HELENA; LABORIE, FRANÇOISE; LE DOARÉ, HÉLÈNE; SENOTIER, DANIÈLE (Orgs.) DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO. Fundação Editora da UNESP (FEU). São Paulo – SP, 2009

IBGE. **Censo demográfico**, 2010

IBGE. **Estatísticas de Gênero: Uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2014

IKUTA, F. K. **A Questão da moradia para além de quatro paredes: uma reflexão sobre a fragmentação dos momentos sociais da produção e da reprodução em Presidente Prudente**. Dissertação (Mestrado): Universidade Estadual Paulista, Faculdade de ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2003, 163p

IKUTA, F. K. **PRÁXIS E DINÂMICA TERRITORIAL DA LUTA PELA MORADIA: Articulação, contradições e possibilidades no âmbito do conflito capital x trabalho**. Tese (Doutorado): Universidade Estadual Paulista, Faculdade de ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2008, 321p.

IPEA . **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça**, 2015. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_chefia_familia.html. Acesso em:

IPEA, **Retrato da desigualdade gênero e raça. Programa Igualdade de Gênero e Raça** – UNIFEM. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/primeiraedicao.pdf>. Acesso em: 2023

ITIKAWA, Luciana. **Mulheres na periferia do urbanismo : informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai**, São Paulo e Durban. 1a ed . - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2015

IVO, Any Brito Leal. A agenda habitat das nações unidas sobre as cidades novas incursões na produção dos estudos urbanos. In: IVO, Anete Brito Leal, ed. **A reinvenção do desenvolvimento: agências multilaterais e produção sociológica** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 151-194. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523218577.0005>. Acesso em: novembro de 2022

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (orgs.). **DICIONÁRIO CRÍTICO DO FEMINISMO**. Editora Unesp, 2009

KLINTOWITZ, Danielle. Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista?. **Caderno Metropole**. São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 165-190, abr 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3508>. Acesso em: agosto de 2021

KOWARICK, Lúcio & BONDIKI, Nabil. 1988. Espaço urbano e espaço político: do populismo à redemocratização. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

KUJAWA, Henrique Aniceto; ZAMBAM, Neuro José. **CONQUISTA DA MORADIA NO LOTEAMENTO CANAÃ EM PASSO FUNDO, BRASIL**. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, e17031, 2018.

LACERDA, Rayssa Bernardino de. SOARES, Maria de Lourdes. **MINHA CASA... E A VIDA? OS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA-PB**. In: SOARES, Maria de Lourdes. PAZ, Rosângela Dias Oliveira da (orgs). **A estrutura socioespacial, produção dos agrupamentos habitacionais e as condições de habitação na cidade de João Pessoa** - João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

LAN, Diana. Los estudios de género en la geografía argentina. In: García, María Verónica Ibarra e Herrera; Irma Escamilla. **Geografía feministas de diversas latitudes: Orígenes, desarrollo y temática contemporâneas**. México, UNAM, Instituto de Geografía, 2016.

LAVIERI, João Roberto; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira. Evolução Urbana de João Pessoa Pós-60. In: Gonçalves, Regina Célia. **A questão urbana na Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1999.

LEAL, Camila. **A habitação de interesse social como elemento estruturador do crescimento urbano: um panorama da cidade de João Pessoa – PB (Brasil)**, 2014. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/55477/documento_completo.pdf?sequence=1 Acesso em:

LEAL, Caroline Maria. **Divisão sexual e social do trabalho: reprodução das desigualdades de gênero**, 2011. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/QUESTOES_DE_GENERO_ETNIA_E_GERACAO/DIVISAO_SEXUAL_E_SOCIAL_DO_TRABALHO_REPRODUCAO_DAS_DESIGUALDADES_DE_GENERO.pdf. Acesso em:

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEVY, Charmain; LATENDRESSE, Anne; CARLE-MARSN, Marianne. Movimento popular urbano e mulheres no Brasil: uma experiência de feminização das políticas públicas de habitação. **Caderno Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v.18, n.63, jul/dez. 2013

LIMA, Denise Furtado Alencar. **A política de titularidade residencial feminina no contexto da política pública habitacional**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade, Fortaleza, 2012.

LUCENA, Wilma Guedes de. **A produção do espaço urbano da cidade de Patos/PB: do BNH ao programa minha casa minha vida**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

LUCENA, Wilma Guedes de; MAIA, Doralice Sátyro. **Habitação e expansão urbana: análise do programa minha casa minha vida nas cidades de Campina Grande, PB e Caruaru, PE** 2016. Disponível em: http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468205160_ARQUIVO_Wilma_Doralice_trabalho_completo_ENG2016_vfinal.pdf. Acesso em:

MACEDO, Márcia dos Santos. MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E A PERSPECTIVA DE GÊNERO: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, Maio/Ago. 2008

MACEDO, Márcia dos Santos. Na trama das interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador. Tese (Doutorado) – UFBA – PPGCS, 2008

MACEDO, Márcia S. Relações de gênero no contexto urbano: um olhar sobre as mulheres. In: SOS CORPO GÊNERO E CIDADANIA. **Perspectivas de Gênero: debates e questões para as ONGs**. Recife: GT Gênero - Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO, 2002

MAIA, Doralice Sátyro. Desigualdades socioespaciais, dinâmica imobiliária e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias brasileiras: notas introdutórias. In: CALIXTO; M. J. M.; MAIA, D. S; SPINELLI, J.. (Org.). **Desigualdade socioespaciais, dinâmica imobiliária e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022

MAIA, Doralice Sátyro. Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB. **Geosul**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p 89-113, jul./dez. 2014

MARIANO, Silvana. Cidadania na perspectiva das mulheres pobres e papéis de gênero no acesso a políticas assistenciais. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº2. Brasília, julho-dezembro de 2009, pp. 119-157

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. Editora Expressão Popular. São Paulo. 2015. 112 p

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Editora Vozes, 3 ed. – Petropolis, 2014

MARICATO, Ermínia. **Política habitacional no Regime Militar. Do milagre brasileiro à crise econômica**. Editora: Vozes. RJ, 1987

MARTINS, Bruno Xavier. **O Programa Minha Casa Minha Vida: a mercadoria habitação a serviço da reprodução do capital em contexto de crise**. Dissertação (mestrado). USP. Departamento de Geografia. São Paulo, 2016

MARTINS, Paula Dieb. **O imobiliário e a reestruturação urbana: a cidade de João Pessoa/PB no século XXI**. Tese (Doutorado), PPGAU/UFPB - João Pessoa, 2019.

MARTUCCI, Ricardo. **Projeto tecnologico para edificações habitacionais: utopia ou desejo?** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

MASSOLO, Alejandra. Introducción de La investigación urbana. IN: MASSOLO, Alejandra (Org.). **MUJERES Y CIUDADES: Participación social, vivienda y vida cotidiana**. Editora: EL COLEGIO DE MÉXICO. 1994

MCDOWELL, LINDA. BEYOND PATRIARCHY: of women's subordination a class-based explanation. **Antipode**. 18:3, 1983, pp. 311-321 ISSN 0066 4812. Disponível em: https://eswnonline.org/wp-content/uploads/gravity_forms/23-b28d66b6400f67d9648a049f8faf44e0/2015/07/McDOWELL1986-Beyond-patriarchy.pdf

MCDOWELL, Linda. **Género, identidad y lugar Un estudio de las geografías feministas**. 1999. Disponível em: <https://kolektivoporoto.cl/wp-content/uploads/2015/11/Linda-McDowell-G%C3%A9nero-Identidad-y-Lugar.-Un-Estudio-de-Las-eograf%C3%ADas-Feministas.pdf>. Acesso em: junho de 2020.

MOLINA, Irene. Introducción: Estudios de espacio y género - desde la cuenta de cuerpos hasta las intersecciones del poder. IN: **Rompiendo Barreras: género y espacio em el campo y la ciudad**. Santiago de Chile: Ediciones El Tercer Actor, 2006

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, e16015, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/mercator/a/ZkVrVHZqbHWQwK6HRpGrcXN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em:

MONTEIRO, Poliana Gonçalves. **O GÊNERO DA HABITAÇÃO: A diretriz de titulação feminina no marco do Programa Minha Casa Minha Vida**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional - Rio de Janeiro, 2015

NACIONES UNIDAS. **LA MUJER Y EL DERECHO A UNA VIVIENDA ADECUADA**. Naciones Unidas Derechos Humanos, 2012. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Publications/HR.PUB.11.2_sp.pdf. Acesso em: 13 de setembro de 2022

NASCIMENTO NETO, Paulo; ULTRAMARI, Clovis. Política habitacional no Brasil: manifestações territoriais de uma década de habitação social de mercado. **Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais**, 24(1), 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202206>. Acesso em: 2019

NASCIMENTO, Eduardo Alexandre do. **O Programa Minha Casa Minha Vida no Rio Grande do Norte: uma análise comparativa da habitação popular em contextos urbanos distintos**. Tese (doutorado) - UFRN, CCHLA/PPGPG, 2017

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. OS ESTUDOS SOBRE FEMINIZAÇÃO DA POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES. **XXVIII Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, de 26 a 30 de outubro de 2004. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242302882>. Acesso em: 2023

NUNES, Ângela Araújo. **A atuação do Montepio na produção estatal de habitação em João Pessoa de 1932**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Ambiental/UFPB, João Pessoa, 2008

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios**. São Paulo: editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **As mulheres, os direitos humanos e a democracia**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000069.pdf>. Acesso em:

OLIVEIRA, Viviane Fernanda de. DO BNH AO MINHA CASA MINHA VIDA: MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA POLÍTICA HABITACIONAL. **Caminhos de Geografia Uberlândia**. v. 15, n. 50 Jun/2014

ONU MULHER. **Conferências Mundiais da Mulher**, 2022. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em: setembro de 2022

ORTIZ GUITART, Anna. **Hacia una ciudad no sexista. Algunas reflexiones a partir de la geografía humana feminista para la planeación del espacio urbano. Territorios** 16-17 / Bogotá 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/357/35701702.pdf>. Acesso em: 2021

OSÓRIO, Leticia. **Direto à moradia no Brasil**. Texto elaborado para o Fórum Nacional da Reforma Urbana. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.fna.org.br/site/uploads/noticias/arquivos/Direito_a_Moradia_no_Brasil.pdf. Acesso em: setembro de 2007

PATEMAN, Carole. **Críticas feministas à dicotomia público/privado**, ANO. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1844681/mod_resource/content/0/Pateman%2C%20C%20Cr%C3%ADticas%20feministas%20%C3%A0%20dicotomia%20p%C3%ABblico-privado.pdf. Acesso em: 2022

PINHEIRO, Valéria. O peso da vida urbana sobre os ombros das mulheres e a dimensão dos despejos forçados. In: **Direito à cidade: uma visão por gênero**— São Paulo: IBDU, 2017

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003

QUERINO JUNIOR, SIDNEY . **A produção do espaço urbano e os programas de habitação de interesse social : COHABs, CDHU e o Programa Minha Casa Minha Vida em Marília e Araçatuba**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente : [s.n], 2017

RAMON, Maria Dolores García. Para no excluir de lestudio a lamitad del género humano: undesaíependiente em geografia humana. **Boletim da Associação de Geografos Espanhois**, Vol. 9, 1989

REBELLO, Yúri de Alcântara Pinto; LIMA, José Júlio Ferreira; LIMA, Alberto Patrick Cassiano. Políticas de habitação e a urbanização periurbana na Amazônia: o caso do Assentamento Mártires de Abril, Mosqueiro, Belém, Pará. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, SÃO PAULO, V.21, N.1, p.98-116, JAN.-ABR. 2019

REIS, Maíra Lopes. Estudos De Gênero Na Geografia: Uma Análise Feminista Da Produção Do Espaço. **ESPAÇO E CULTURA**, UERJ, RJ, N. 38, P.XX-XX, JUL./DEZ. DE 2015

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO. Programa Minha Casa Minha Vida. Ministério da Economia. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/cgu-divulga-prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica-de-2020/relatorio-de-avaliacao-pmcmv.pdf>. Acesso em:

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2003

RODRIGUES, Arlete Moysés. Prefácio. In: CALIXTO, José Martinelli; MAIA, Doralice Sátyro; SPINELLI, Juçara. **Desigualdade socioespaciais, dinâmica imobiliária e o**

Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022

RODRIGUES, Rodrigo da Silva; VELOSO FILHO, Francisco de Assis. O ESTUDO GEOGRÁFICO DOS ESPAÇOS URBANOS: EVOLUÇÃO DAS PESQUISAS GEOGRÁFICAS DA CIDADE DE TERESINA-PI. Revista Equador (UFPI), Vol. 4, Nº 2, p.77 – 97,2015. Disponível em: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>. Acesso em: 2023

ROLNIK, Raquel. Como fazer valer o direito das mulheres a moradia? 2012. Disponível em: https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2011/12/guia-mulheres-pt_ok.pdf. Acesso em: 2023

ROLNIK, Raquel. **Entrevista com Raquel Rolnik:** “moradia não é um teto e quatro paredes”, 2016. Disponível em: <https://www.caupr.gov.br/?p=18648>. Acesso em:

ROMAGNOLI, Alexandre J. **O programa “minha casa, minha vida”: continuidades, inovações e retrocessos.** S.D. Disponível em: <https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemaSdeAdministracaoPublica/artigoalexanderromagnoli.pdf>. Acesso em: agosto de 2021

ROMERO, M.; ORNSTEIN, S. **Avaliação Pós-Ocupação: Métodos e Técnicas Aplicados à Habitação Social.** Porto Alegre: ANTAC, 2003.

ROSA, Edenilse Pellegrini da. **Gênero e Habitação: participação e percepção feminina na construção de viveres.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007

RUBIN, Beatriz. O Papel das Conferências Mundiais sobre as Mulheres frente ao Paradigma do Empoderamento Feminino. **Revista LEOPOLDIANUM**, Universidade Católica de Santos, Volume 38, 2012, P. 61 - 84

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência.** 2.ed.—São Paulo : Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015

SALES, Alessandra do Amaral; TORRES, Iraíldes Caldas. A ATUAÇÃO DAS MULHERES NA LUTA POR MORADIA: UM OLHAR SOBRE O MOVIMENTO ORQUÍDEAS EM MANAUS. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2017. Disponível em: agosto de 2022

SAMARA, E. M. O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). *Psicol. USP*, São Paulo, v.13, n.2, 2002.

SAMPAIO, Leticia; FRANÇA, Lauro. **As relações de gênero aplicadas à análise sócio espacial: como a construção cultural no espaço urbano aprisiona as mulheres.** 2015. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/genero59-70.pdf>. Acesso em: setembro 2022

SANTOS, Eliane Campos dos. Política Pública Habitacional: O Programa Minha Casa Minha Vida em João Pessoa – PB. **XIII ENANPEGE** – São Paulo, 2019. Disponível em:

http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562602170_ARQUIVO_POLITICAPUBLICAHABITACIOAIOPROGRAMAMINHACASAMINHAVIDAEMJAOPESSOA.pdf. Acesso em: agosto de 2021

SANTOS, Eliane Campos. **O Programa Minha Casa Minha Vida e a expansão Urbana na Zona Sul da cidade de João Pessoa: Uma análise do Bairro Gramame**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPB, João Pessoa, 2020

SARAIVA, Yanna Débora Ferreira. **Política Habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida em relação ao seguimento financeiro dos inscritos no município de Crato-CE**. Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social)/ CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO, 2020

SCHNEIDER, Élen Cristiane. **O Valor Social do Trabalho Doméstico e a Justiça Consubstancial**. Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação Social, Habitação de Mercado. A confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010

SILVA, Joseli Maria. Amor, Paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano feminino. **Espaço e cultura**, n. 22, p. 97109, 2007.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, v. 22, n. 44, p 117134, 2007.

Silva, Kamila Anne Carvalho da. **O direito à cidade e à moradia das mulheres beneficiárias do programa minha casa minha vida faixa I no município de Curitiba**. Dissertação (Mestre em Planejamento Urbano), Universidade Federal do Paraná, 2021

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Política habitacional brasileira: verso e reverso**. Ed. Cortez. 1989

SILVA, Mércia Maria Alves da. MULHERES E DIRETO À CIDADE: DILEMAS PARA IGUALDADE DE GÊNERO NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**. (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017

SILVA, Phillipe Cupertino Salloum e. **Minha propriedade, minha vida: as interfaces entre o direito à cidade e a política habitacional na cidade de João Pessoa-PB**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Jurídicas/ UFPB- João Pessoa, 2015

SILVA, ARACI FARIAS. ESPAÇO URBANO E GÊNERO: RESISTÊNCIA E LUTA DAS MULHERES DO PORTO DO CÁPIM EM JOÃO PESSOA, PARAÍBA. Tese (Doutorado), PPGG/UFPB – João Pessoa, 2020

SOUSA, Jéssica Liana de. **A produção do espaço e da habitação: o Programa minha Casa minha Vida em Russas – Ceará**. Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCEN/PPGG.

SOUZA, LUCIENE LIRA DE. **Política pública para mulheres através do Programa Mulheres Mil : ações no Instituto Federal de Pernambuco**. Dissertação (mestrado profissional em políticas públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Recife, 2018.

VALE, K.C. do. **Avaliação Pós-ocupação do Conjunto Residencial Gervásio Maia**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Engenharia Urbana e Ambiental. UFPB, 2012, 110p.

VALE, K.C. do. **Geografia da luta pela moradia em João Pessoa: o acampamento urbano Jorge Luiz (MNLN)**. Monografia (Geografia). Graduação em Geografia. João Pessoa: UFPB, 2007. 89 p.

VALE, Katia Cristina ; GARCIA, María. Franco. . LUTA PELA MORADIA E TRABALHO PRECARIZADO NO ACAMPAMENTO URBANO DO MNLN JORGE LUIZ, JOÃO PESSOA. **Revista Pegada Eletrônica** (Online) , v. 9, p. 1-14, 2008.

VALENÇA, Marcio Moraes. Anotações críticas acerca da política habitacional brasileira. IN: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. **Direito à moradia adequada: o que é, para quem serve, como defender e efetivar**. Editora Fórum – Belo Horizonte, 2014

VÁZQUEZ M. De Lourdes García. HABITAR EL DISEÑO: LA VIVIENDA DESDE LA IGUALDAD DE GÉNERO. **VIVIENDA & CIUDAD**. VOLUMEN 3: 77-84, DICIEMBRE 2016

VEGA, Ania Pupo. POBREZA FEMININA DESVENDANDO SUAS RAÍZES. **Revista TEL**, Irati, v. 10, n.2, p. 177-200, jul. /dez. 2019- ISSN 2177-6644. Disponível em: file:///C:/Users/Katia/Downloads/oseias,+9+Dossi +-+POBREZA+FEMININA+DESVENDANDO+SUAS+RA_ZES+Ok.pdf. Acesso em:

VELEDA DA SILVA, Susana Maria. GEOGRAFIA E GÊNERO/GEOGRAFIA FEMINISTA. O QUE É ISTO? **Boletim Gaúcho de Geografia** - Porto Alegre - p. 7-144 - Março 1998

VILLAGRÁN, Paula Soto. Repensar El Hábitat Urbano Desde Una Perspectiva De Género. Debates, Agendas Y Desafíos. **Revista Andamios**. Volumen13, Número 32, Septiembre-Diciembre, 2016

WEKERLE, Gerda. **A Woman's Place is in the City**. 1984. https://www.researchgate.net/publication/306183933_A_Woman's_Place_is_in_the_City. Acesso em: 2022

WENNERHOLM, Carolina Johansson. **The 'Feminisation of Poverty' The use of a concept**. 2002. Disponível em: <https://cdn.sida.se/publications/files/sida2616en-the-feminisation-of-poverty-the-use-of-a-concept.pdf>. Acesso em: 2023

ANEXO I

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATA E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

QUESTIONÁRIO

Nº

Gênero e espaço urbano: Política pública de habitação e acesso das mulheres trabalhadoras à moradia em João Pessoa, Brasil

ENTREVISTADOR/A:

Nº QUESTIONÁRIO

RESIDENCIAL:

DATA:

HORA:

1. PERFIL DA ENTREVISTADA1.1 Idade: _____ Gênero: F M Outros

1.2 Origem (localidade de nascimento): _____

1.3 Escolaridade: () ensino fundamental incompleto () ensino fundamental completo
 () ensino médio incompleto () ensino médio completo
 () ensino superior incompleto () ensino superior completo

1.4 Cor/Etnia: _____

1.5 Estado Civil: () solteira () Casada () Separada () Divorciada () Viúva

1.6 Titularidade da casa: () sim () não: Quem? _____

2. CUIDADO E DEPENDÊNCIA

2.1 Nº de pessoas que residem no domicílio: _____

2.2 Filhos: () sim () não Nº de filhos: _____

2.3 Netos: () sim () não Nº de Netos: _____

2.4 Idade dos residentes:

Quem	Idade
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	

6.

2.5 Recebe ajuda para o cuidado das crianças? () sim () não. Se sim, quais?

Institucional: _____

Governamental: _____

Pessoas autônomas: () vizinhos () familiares () outros: quem?

2.5.1 Tem custo? () sim () não Quanto: _____ (Mês)

2.6 Recebe ajuda para os cuidados das pessoas enfermas? () sim () não Se sim, quais?

Institucional: _____

Governamental: _____

Pessoas autônomas: () vizinhos () familiares () outros: quem?

2.6.1 Tem custo? () sim () não Quanto: _____ (Mês)

3. DISTRIBUIÇÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS NOS LARES

3.1 Quem é responsável pelas tarefas de limpeza da casa?	3.2 Quem é responsável pelas tarefas da cozinha?
<input type="checkbox"/> As mulheres da casa	<input type="checkbox"/> As mulheres da casa
<input type="checkbox"/> Os homens da casa	<input type="checkbox"/> Os homens da casa
<input type="checkbox"/> Tarefa compartilhada	<input type="checkbox"/> Tarefa compartilhada
<input type="checkbox"/> Contrata-se o serviço () M () H	<input type="checkbox"/> Contrata-se o serviço () M () H
3.3 Quem é responsável pelas tarefas das compras?	3.4 Quem é responsável pelas gestões para administrar a casa?
<input type="checkbox"/> As mulheres da casa	<input type="checkbox"/> As mulheres da casa
<input type="checkbox"/> Os homens da casa	<input type="checkbox"/> Os homens da casa
<input type="checkbox"/> Tarefa compartilhada	<input type="checkbox"/> Tarefa compartilhada
<input type="checkbox"/> Contrata-se o serviço () M () H	<input type="checkbox"/> Contrata-se o serviço () M () H
3.5 Quem é responsável pelas tarefas dos reparos da casa?	
<input type="checkbox"/> As mulheres da casa	
<input type="checkbox"/> Os homens da casa	
<input type="checkbox"/> Tarefa compartilhada	
<input type="checkbox"/> Contrata-se o serviço () M () H	

4. OCUPAÇÃO/EMPREGO E RENDA NO LAR

4.1 Ocupação atual: _____

4.2 Local de Trabalho _____

4.3 Jornada de trabalho: Horas por dia: _____ Dias da semana: _____

4.4 Forma de transporte até o local do trabalho: _____

4.5 Carteira de trabalho assinada: () sim () não

4.5.1 Tipo de contrato: _____

4.6 Renda obtida pela ocupação: _____ (\$) diária _____ (\$) mensal _____

4.7 É a principal fonte de renda da casa? () sim () não

4.7.1 Recebe outra renda no domicílio?

() renda do conjugue: Valor _____ () programas sociais () outros _____

4.8 A ocupação atual é a mesma de quando realizou o cadastro para o Programa Minha Casa Minha Vida? () sim () não

4.8.1 Qual era então? _____

5. ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS URBANO

5.1 Acesso à educação: Algum membro da casa freqüenta?

5.1.1 Creche: () não () sim. Nº _____ Quem: () filha/o () neta/o () outros: _____
 No Bairro () sim. Qual? _____
 () não. Onde? _____

5.1.2 Escola de Ensino Fundamental: () não () sim. Nº _____
 Quem: () pai () mãe () filha/o () outros _____
 No Bairro () sim. Qual? _____
 () não. Onde? _____

5.1.3 Escola de Ensino Médio: () não () sim. Nº _____
 Quem: () pai () mãe () filha/o () outros _____
 No Bairro () sim. Qual? _____
 () não. Onde? _____

5.1.4 Escola de Técnico: () não () sim. Nº _____
 Quem: () pai () mãe () filha/o () outros _____
 No Bairro () sim. Qual? _____
 () não. Onde? _____

5.1.4 Universidade : () não () sim. Nº _____
 Quem: () pai () mãe () filha/o () outros _____
 No Bairro () sim. Qual? _____
 () não. Onde? _____

5.2 Acesso à saúde: Algum membro da casa frequenta ou frequentou?

5.2.1 Posto de saúde comunitário () não () sim. Nº _____
 Quem: () pai () mãe () filha/o () outros _____
 No Bairro () sim. Qual? _____
 () não. Onde? _____

5.2.2 UPA (Unidade de Pronto Atendimento) () não () sim. Nº _____
 Quem: () pai () mãe () filha/o () outros _____
 No Bairro () sim. Qual? _____
 () não. Onde? _____

5.2.3 Hospital () não () sim. Nº _____
 Quem: () pai () mãe () filha/o () outros _____
 No Bairro () sim. Qual? _____
 () não. Onde? _____

5.2.4 Como você considera os serviços de saúde no bairro
 () Suficiente () Insuficiente . Por que? _____
 () Boa Qualidade () qualidade ruim: Por que? _____

5.2.5 O que esta faltando no bairro para melhorar o acesso a saúde? _____

5.3 Acesso a Transporte público: Alguém da casa usa o transporte público

5.3.1 Ônibus () não () sim. Nº _____
 Quem: () pai () mãe () filha () filho () outros _____

5.3.2 Com que frequência

pai	() todos os dias () 6 d () 5 d () 4 d () 3 d () 2 d () 1 d Qual o motivo principal: () trabalho () estudo () saúde () compras () outros
mãe	() todos os dias () 6 d () 5 d () 4 d () 3 d () 2 d () 1 d Qual o motivo principal: () trabalho () estudo () saúde () compras () outros
filho	() todos os dias () 6 d () 5 d () 4 d () 3 d () 2 d () 1 d Qual o motivo principal: () trabalho () estudo () saúde () compras () outros
filha	() todos os dias () 6 d () 5 d () 4 d () 3 d () 2 d () 1 d Qual o motivo principal: () trabalho () estudo () saúde () compras () outros
outros	() todos os dias () 6 d () 5 d () 4 d () 3 d () 2 d () 1 d

	Qual o motivo principal: () trabalho () estudo () saúde () compras () outros
--	---

5.3.3 Você considera os serviços de transporte (ônibus) no bairro?

() Suficiente () Insuficiente . Por que? _____

() Boa Qualidade () qualidade ruim: Por que? _____

5.3.4 O que esta faltando no bairro para melhorar o transporte público? _____

5.3.5 Qual sua opinião em relação aos pontos de ônibus que frequenta no bairro

() suficiente	() insuficiente	() confortável	() desconfortável
() seguro	() inseguro	() bem sinalizado	() mau sinalizado
() iluminado	() escuro	() Perto do residencial	() longe do resid.
() bem localizado	() mau localizado		

6. ACESSO AOS ESPAÇOS PÚBLICOS (segurança e iluminação)

6.1 Alguém da casa frequenta

() praça do bairro. Quem? _____

() feira/mercado. Quem? _____

() quadra esportiva. Quem? _____

() outros. Quem? _____

6.2 Você considera esse espaço? (ver qual o espaço publico que a entrevistada frequenta)

() seguro	() inseguro	() bem equipado	() mau equipado
() bem iluminado	() mau iluminado	() violento	() não violento
() arborizado	() sem arborização		

6.3 Considera o entorno do residencial seguro: () sim () não.

7. FEMINIZAÇÃO DA PERIFEIRA

7.1 Você frequenta algum grupo de mulher () não () sim. Qual: _____

7.2 As mulheres do residencial se reúnem para alguma mobilização ou necessidade específica? Quais? _____

7.3 Quais os espaço de lazer da cidade que você frequenta? _____

7.4 Qual o seu desejo? _____

Comentários:

AUTORIZAÇÃO
É COM MINHA CONCORDÂNCIA E MEU CONSENTIMENTO
QUE AUTORIZO O USO DESSES DADOS PARA FINS DE
DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA.

ASSINATURA DA/O ENTREVISTADA/O

ANEXO II

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GÊNERO E ESPAÇO URBANO: Política pública de habitação e acesso das mulheres trabalhadoras à moradia em João Pessoa, Brasil

Pesquisador: KATIA CRISTINA DO VALE

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 63110322.0.0000.5188

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.079.397

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa diz respeito a tese doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB, que visa contribuir com o conjunto de estudos sobre o acesso das mulheres trabalhadoras à moradia nas cidades brasileiras, desde a perspectiva espacial e sob uma abordagem de gênero. Nosso intuito é entender melhor um dos principais problemas sociais urbanos do Brasil: as assimetrias de gênero e classe no acesso à habitação. Teoricamente, fundamentamo-nos nas análises que entendem a "questão da moradia" como um problema que integra o debate sobre "o direito à cidade".

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Refletir sobre a produção do espaço urbano, a partir da análise do acesso das mulheres trabalhadoras de baixa renda à moradia popular através de políticas públicas de habitação implementadas na cidade de João Pessoa.

Objetivos Secundários:

1. Analisar as principais políticas públicas de habitação social brasileiras formuladas e executadas

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 6.079.397

historicamente, desde a perspectiva de gênero;

2. Analisar o desenvolvimento da Política de Titularidade Residencial Feminina em João Pessoa;

3. Analisar como a Geografia Urbana brasileira tem abordado o tema da habitação popular e, especificamente, sua interrelação com o gênero;

4. Identificar e analisar o processo de feminização da periferia da cidade de João Pessoa.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Na avaliação dos riscos e benefícios apresentados estão coerentes com a Resolução 466/2012 CNS, item V "Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos em tipos e gradações variadas. Quanto maiores e mais evidentes os riscos, maiores devem ser os cuidados para minimizá-los e a proteção oferecida pelo Sistema CEP/CONEP aos participantes.

Riscos:

-Possibilidade de constrangimento ao responder o questionário- Desconforto do entrevistado- Cansaço ao responder as perguntas- Invasão de privacidade- Tomar tempo do entrevistado ao responder o questionário.

Benefícios:

Ter uma pesquisa científica que identifique como as mulheres de baixa renda dos Residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida estão tendo ou não acesso aos serviços urbanos e o direito à cidade

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O presente projeto apresenta coerência científica, mostrando relevância para a academia, haja vista a ampliação do conhecimento, onde se busca, principalmente, refletir sobre a produção do espaço urbano, a partir da análise do acesso das mulheres trabalhadoras de baixa renda à moradia popular através de políticas públicas de habitação implementadas na cidade de João Pessoa.

CENTRO DE CIÊNCIAS DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA -
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 6.079.307

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os Termos de Apresentação Obrigatória, foram anexados tempestivamente.

Recomendações:

RECOMENDAMOS QUE, CASO OCORRA QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO (MUDANÇA NO TÍTULO, NA AMOSTRA OU QUALQUER OUTRA), A PESQUISADORA RESPONSÁVEL DEVERÁ SUBMETER EMENDA INFORMANDO TAL(S) ALTERAÇÃO(ÕES), ANEXANDO OS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS.

RECOMENDAMOS TAMBÉM QUE AO TÉRMINO DA PESQUISA A PESQUISADORA RESPONSÁVEL ENCAMINHE AO COMITÊ DE ÉTICA PESQUISA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, RELATÓRIO FINAL E DOCUMENTO DEVOLUTIVO COMPROVANDO QUE OS DADOS FORAM DIVULGADOS JUNTO À(S) INSTITUIÇÃO(ÕES) ONDE OS MESMOS FORAM COLETADOS, AMBOS EM PDF, VIA PLATAFORMA BRASIL, ATRAVÉS DE NOTIFICAÇÃO, PARA OBTENÇÃO DA CERTIDÃO DEFINITIVA.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

TENDO EM VISTA O CUMPRIMENTO DAS PENDÊNCIAS ELENCADAS NO PARECER ANTERIOR E A NÃO OBSERVÂNCIA DE NENHUM IMPEDIMENTO ÉTICO, SOMOS DE PARECER FAVORÁVEL A EXECUÇÃO DO PRESENTE PROJETO, DA FORMA COMO SE APRESENTA, SALVO MELHOR JUÍZO.

Considerações Finais a critério do CEP:

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.